



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**NA VOZ DAS CRIANÇAS VENEZUELANAS REFUGIADAS, A
CONSTRUÇÃO DE INFÂNCIAS EM DESLOCAMENTO**

Maria Isabel Ramos da Silva Abelson

**Rio de Janeiro
Junho de 2023**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

NA VOZ DAS CRIANÇAS VENEZUELANAS REFUGIADAS, A CONSTRUÇÃO DE INFÂNCIAS EM DESLOCAMENTO

Maria Isabel Ramos da Silva Abelson

Projeto de Tese apresentada à Pós-graduação em Saúde da Mulher, do Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em 28 de junho de 2023.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Gonçalves de Assis
Coorientadora: Prof. Dra. Liane Maria Braga da Silveira

**Rio de Janeiro
Junho de 2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Abelson, Maria Isabel Ramos da Silva.

Na voz das crianças venezuelanas refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento / Maria Isabel Ramos da Silva Abelson. - Rio de Janeiro, 2023.

225 f.; il.

Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde da Criança e da Mulher) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2023.

Orientadora: Simone Gonçalves Assis.

Co-orientadora: Liane Maria Braga Silveira.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. infâncias em deslocamento. 2. crianças venezuelanas refugiadas. 3. Instituições de Acolhimento. 4. Famílias Migrantes. 5. Escuta de Profissionais. I. Título.

“(…) O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” (José Guimaraes Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Agradecimentos

Sergio Abelson, Ariela Haya Abelson e Sara Abelson, para quem sempre retorno.

José Areolino da Silva e Teresinha Izabel Ramos, que sempre compartilharam com alegria as migrações internas.

Mariana Ramos e Areolino Joaquim da Silva Neto, companheiros de viagem e de vida! São com vocês as melhores lembranças das partidas e chegadas.

Ao grande amigo Edilberto de Castro Feitosa (in memoriam), presente da vida! Devo a você todo o acolhimento recebido no campo de pesquisa em São Paulo e Boa Vista.

A todas as mães e crianças entrevistadas. Com elas aprendi que o mais importante da vida é celebrá-la. Ter o direito de comemorar o aniversário, a vida, já é motivo de migrar.

A minha orientadora, Simone Gonçalves de Assis, mulher forte, visionária, sábia, acolhedora, persistente, cheia de alegria e junto comigo embarcou nesta busca das infâncias refugiadas. Agradeço todo o seu conhecimento, compreensão e apoio. Esteve presente em todos os momentos e vibrou cada conquista. Sou grata aos nossos encontros de orientação.

A minha Coorientadora, Liane Maria Braga da Silveira. Mulher puro afeto. Igualmente forte e persistente. Comemorou e esteve comigo durante todo o campo de pesquisa, sempre com palavras que traziam aconchego e muitas vibrações positivas. Sou grata aos nossos encontros de orientação.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher (IFF/Fiocruz). Agradeço por todo aprendizado compartilhado e por contribuírem para meu crescimento acadêmico e profissional. Vocês foram muito importantes na minha caminhada acadêmica! Aos amigos de Doutorado, que a pandemia separou e o WhatsApp juntou.

À banca examinadora, ilustres pesquisadores, pela disponibilidade em participar desse momento tão relevante para a minha vida acadêmica e profissional. É uma honra ter o trabalho lido e avaliado por vocês.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo suporte financeiro durante parte do curso de Doutorado.

À Faperj pelo suporte financeiro durante a parte final do curso de Doutorado.

Lista de Siglas e Abreviaturas

OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
IFF	Instituto Fernandes Figueira
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TECLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

Lista de Figuras

Figura 1 - Campo verde: lugar de contação de histórias.....	46
Figura 2 - Oficina de Argila.....	47
Figura 3 - Oficina de Pintação de Unhas com mães e filhas.....	48
Figura 4 - Brincando de Massinha na entrada de uma das casas.....	50
Figura 5 - Crianças desenham o caminho da Venezuela para o Brasil.....	51
Figura 6 - Atividade de recorte e colagem com as crianças.....	51
Figura 7- Festa de Natal com músicas venezuelanas.....	52
Figura 8 – Subida para chegar na ONG Vila de Infâncias.....	61
Figura 9 - Cardápio preparado pelas famílias em acolhimento.	67
Figura 10 - Escola em Pacaraima - na Fronteira.....	70
Figura 11 - Local de espera para atendimento – Controle Migratório.	70
Figura 12 - Abrigo de trânsito - Acolhimento para famílias em Pacaraima.....	71
Figura 13 - Abrigo temporário para Banho e alimentação da população de Rua.	72
Figura 14 - Abrigo Rondon 1 – mais de 2000 famílias vivem e aguardam o processo de interiorização.....	73
Figura 15 - Abrigo Picumã: para refugiados com deficiência e doenças físicas.	73
Figura 16 - Posto de Triagem para documentação, trabalho e cursos - Boa Vista.	74
Figura 17 - Entrada da Casa de Passagem - Boa Vista.....	75
Figura 18 - Gangorra na parte interna da casa de passagem: porta de entrada.	76
Figura 19 - Quarto da Casa de Passagem.....	76
Figura 20 - Quintal da casa de passagem.....	76
Figura 21 - Projeto Sumauma - Mexendo Panelas.....	77
Figura 22 - Centro Social São Francisco Xavier: atendimento para crianças no contraturno escolar.....	77
Figura 23 - Projeto Caritas Orinoco – banho e lavanderia para refugiados e brasileiros.	77
Figura 24 - IDMH Solidário – acesso a documentação básica	77

	VIII
Figura 25 - Sala de atividades para as crianças de 8 e 9 anos.....	78
Figura 26 - Fluxo de localização e seleção dos artigos.....	92
Figura 27 - cri15_F_7anos_Família ampliada.	159
Figura 28 - Da direita para a esquerda: irmã mais velha, Cri13_F_9 anos, irmão, irmã, mãe e pai.....	160
Figura 29 - Da direita para a esquerda: pai, mãe, cri29_M_10 anos, irmão, irmã, avô e avó paternos.	160
Figura 30 - O pai e cri32_M_7 anos.	161
Figura 31 - Da direita para a esquerda: pai, cri32, mãe e avô paterno.	162
Figura 32 - Casa na Venezuela - cri25_F_8anos.....	163
Figura 33 - Cri1_F_8 anos - casa na Venezuela.	165
Figura 34 - Trajeto_cri6_F_5anos.	170
Figura 35 - Cri5_F_8anos: montanhas, estrada e ônibus.	171
Figura 36 - Cri28_F_9anos: saída casa na Venezuela a caminho do Brasil. Nas janelas cifrões, pois a casa foi vendida logo após partida da família.	172
Figura 37 - Cri21_M_7anos, da direita para a esquerda: ônibus - avião – ônibus.....	173
Figura 38 - Cri7_F_10anos - casa onde planeja morar com a família em São Paulo.	175
Figura 39 - Cri18_F_9 anos – Casa na Venezuela, onde vai encontrar os pais.	176
Figura 40 - Cri9_F_9anos: desenho da casa da instituição, irmã bebê e a mãe ao lado, fora da casa.	177

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Famílias entrevistadas nas instituições de acolhimento pesquisadas	55
Tabela 2 - Entrevistas com profissionais das instituições de acolhimento e da educação.....	56
Tabela 3 - Distribuição das crianças que desenharam família, casa e trajeto segundo cidade e idade (N=32).	84
Tabela 4 - Abordagens metodológicas para a coleta de dados com crianças em situação de refúgio e migração (N=92)	95
Tabela 5 - Protagonismo e informantes sobre migração e refúgio infantil (N=92)	96
Tabela 6 - Entrevistas com profissionais das instituições de acolhimento e da educação.....	118

RESUMO

O objetivo desta tese foi compreender a partir da perspectiva das crianças venezuelanas refugiadas suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio, privilegiando a escuta da criança, além de seus pais e profissionais envolvidos, a fim de fomentar a construção de conceitos de infâncias em deslocamento. Realizou-se um estudo etnográfico com crianças refugiadas venezuelanas, no período da infância, até 10 anos de idade. O trabalho de campo foi realizado no Estado de Roraima, porta de entrada do fluxo migratório venezuelano e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que recebem diariamente famílias e crianças refugiadas. Para ampliar a compreensão dessas infâncias em deslocamento, foram entrevistadas as famílias das crianças e os profissionais das instituições brasileiras que atendem e acolhem crianças e famílias refugiadas. Participaram da pesquisa 32 crianças. O desenho da família, foi o de maior adesão, seguindo da casa da Venezuela e do Trajeto. Com as famílias, buscou-se compreender sua visão sobre o processo migratório e adaptação ao país anfitrião, com ênfase nas necessidades e dificuldades infantis, articulado à visão da criança sobre o tema. Nas entrevistas com os profissionais envolvidos, buscou-se identificar e descrever os fluxos de trabalho (acolhimento, atendimento e encaminhamento) de serviços dos Estados de Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro que se destinam à proteção de crianças refugiadas. Foi realizada uma análise sócioantropológica dos dados, dialogando os dados empíricos com estudiosos da Infância e articulando às teorias da migração e refúgio. Constatou-se que são escassas legislações e protocolos de escuta de crianças por autoridades, levando em consideração o melhor interesse da criança. Nas instituições, os profissionais não tinham experiência anterior com a temática das migrações e não dominavam o espanhol. O acolhimento, desde a entrada na fronteira, privilegia o cuidado físico das famílias, ficando a voz das crianças silenciada e sua presença invisível. É preciso construir fluxos de acolhimento ainda na fronteira com foco nas crianças. Fazer uma escuta qualificada das suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio. Entender que os processos de atendimento e acolhimento precisam partir destes sujeitos, pois, mesmo fazendo parte de um grupo familiar, são sujeitos de direitos e precisam ser vistos, ouvidos e levados em consideração em suas incertezas, dúvidas e anseios.

Palavras-Chave: infâncias em deslocamento, refúgio, crianças acompanhadas, acolhimento, escuta de crianças, famílias migrantes.

ABSTRACT

The objective of this thesis was to understand, from the perspective of Venezuelan refugee children, their perceptions, expressions and feelings about the experience of refuge, focusing on listening to the child, in addition to their parents and professionals involved, in order to encourage the construction of concepts of childhoods in displacement. An ethnographic study was carried out with Venezuelan refugee children, from childhood to 10 years of age. Fieldwork was carried out in the state of Roraima, the entry point for the Venezuelan migratory flow, and in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro, which receive refugee families and children on a daily basis. To broaden the understanding of these childhoods on the move, the children's families and professionals from Brazilian institutions that care for and welcome refugee children and families were interviewed. 32 children participated in the research. The family drawing was the most popular, followed by Casa da Venezuela and Trajeto. With the families, we sought to understand their view on the migratory process and adaptation to the host country, with emphasis on children's needs and difficulties, articulated with the child's view on the subject. In the interviews with the professionals involved, an attempt was made to identify and describe the work flows (reception, assistance and referral) of services in the states of Roraima, São Paulo and Rio de Janeiro that are intended to protect refugee children. A socio-anthropological analysis of the data was carried out, dialoguing the empirical data with scholars of Childhood and articulating the theories of migration and refuge. It was found that there are few laws and protocols for listening to children by authorities, taking into account the best interest of the child. In the institutions, the professionals had no previous experience with the topic of migration and did not speak Spanish. Reception, from the moment they enter the border, privileges the physical care of the families, leaving the children's voices silenced and their presence invisible. It is necessary to build welcome flows even on the border with a focus on children. Qualified listening to their perceptions, expressions and feelings about the refugee experience. Understanding that the care and reception processes need to start from these subjects because, even being part of a family group, they are subjects of rights and need to be seen, heard and taken into account in their uncertainties, doubts and anxieties.

Key words: children on the move, refuge, accompanied children, shelter, listening to children, migrant families.

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	14
Capítulo 2 – Objetivos	25
2.1 Objetivo Geral	25
2.2 Objetivos Específicos.....	25
Capítulo 3 - Fundamentação Teórica	26
3.1 Migrações e Deslocamentos.....	26
3.2 Migrações Contemporâneas e Refúgio: Visibilidade das Crianças.....	30
3.3 Reflexos do refúgio sobre a vida, percepções e sentimentos das crianças	36
Capítulo 4 - Passos metodológicos: chegada e vivência no campo de pesquisa	39
4.1 Entrevistas com Pais e Técnicos	53
4.2- As instituições de acolhimento e o desafio do trabalho com crianças ...	56
Cidade do Rio de Janeiro.....	58
Instituição 1 - Casa de acolhida Irmã Dulce	59
Instituição 2 - ONG Vila de Infâncias.....	59
Cidade de São Paulo	63
Instituição 3 - Casa de Passagem Dom Evaristo.....	63
Cidade de Pacaraima - Roraima	69
Cidade de Boa Vista – Roraima	72
Instituição 4 - Casa de Passagem Dom Helder	72
Instituição 5 - Centro social São Francisco Xavier – Boa Vista	76
4.3 A interação com as crianças: campo, processamento e análise dos dados	79
Análise de conteúdo do material das entrevistas	80
Desenhos	81
Sobre os desenhos das casas, da família e do trajeto.....	82
4.4 Revisão bibliográfica sistemática	84
Capítulo 5 – Resultados	87
5.1 Nas margens da insegurança: investigações sobre crianças em situação de migração e refúgio (<i>Aceito para publicação na Revista Physis,</i> <i>2023</i>).....	87

5.2 Crianças em Trânsito: Instituições Brasileiras de Acolhimento para Famílias de Refugiados Venezuelanos (A ser encaminhado para Revista Científica indexada)	113
5.3 Crianças e famílias: a escuta das narrativas e suas histórias	146
<i>A chegada ao Campo: conhecendo famílias e crianças</i>	146
<i>A nova vida e a saudade na Venezuela</i>	152
<i>As incertezas e dificuldades do trajeto migratório</i>	165
<i>O cotidiano, as dificuldades, positivities da vida no Brasil: para onde iremos</i>	173
6. Considerações Finais	178
Referências Bibliográficas	186
ANEXOS	199
ANEXO I – REGISTRO DE PROJETO	200
ANEXO II - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	201
APÊNCIDES	206
APÊNDICE I - PLANILLA DE CONSENTIMIENTO - PADRES O RESPONSABLES AUTORIZAN LA PARTICIPACIÓN DE NIÑOS HASTA LOS 10 AÑOS DE EDAD	207
APÊNDICE II - PLANILLA DE CONSENTIMIENTO - PADRES, MADRES O RESPONSABLES	212
APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS	216
APÊNDICE IV - TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO	219
APÊNDICE V – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES	222
APÊNDICE VI – PLANILLA DE ENTREVISTA - PADRES Y RESPONSABLES DE LOS NIÑOS	224

Capítulo 1 – Introdução

Esta tese buscou compreender, a partir da perspectiva das crianças venezuelanas refugiadas, suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio. O que a criança sentiu por ter tido que sair do seu país? Que situações vivenciou pelos caminhos ou rotas de fuga? Quais sentimentos carregou consigo até a chegada na fronteira de um novo país? Uma vez instalada em um novo território, o que mudou em sua realidade? O estudo levou em consideração a lógica infantil de como as coisas acontecem e como elas constroem e vivenciam os conceitos já existentes do mundo adulto, reinventando do jeito delas novas fantasias infantis e realidades objetivas. Para tanto, foi realizado um trabalho de campo no Estado de Roraima, porta de entrada do fluxo migratório venezuelano e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que recebem diariamente famílias e crianças refugiadas venezuelanas e de diversas outras nacionalidades.

No Brasil, existem leis que garantem a entrada e permanência dos imigrantes e refugiados. A nova Lei n. 13.445/2017 começa com uma mudança relevante, não é mais o Estatuto do Estrangeiro e sim a Lei de Migração. A luz dos direitos humanos, muda-se o termo estrangeiro - utilizada na Lei n. 6.815/80, para migrante na nova lei (Mendes, *et al.* 2020). Embora se utilize a nomenclatura migrantes para generalizar todos os que aqui chegam, a condição econômica e social dos refugiados determina um não-lugar de pertencimento e de exclusão. Os impactos psicológicos, físicos e educacionais nas crianças em deslocamento, marcam profundas desigualdades no seu desenvolvimento socioemocional. Na tese, buscamos escutar as crianças em situação de deslocamento, sendo a condição do refúgio a mais relevante para o estudo.

A infância é considerada o período mais sustentável do desenvolvimento humano (Jornal da USP, 2021; The Lancet, 2016; OPAS/OMS, 2014; ONU News, 2019; Venâncio, 2020) e reconhecido como fazendo parte dos Objetivos de desenvolvimento sustentável de 2030 (ONU/Brasil). No objetivo 10, onde a meta é reduzir desigualdade dentro dos países e entre eles, dispõe no item 10.7 *“facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas”*. (ONU, 2021).

Existem leis nacionais, como o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), que justifica, através de estudos da neurociência, o quanto é relevante investir nas crianças de 0 a 6 anos. As vivências nesta fase têm um impacto direto no desenvolvimento cerebral, contribuindo para a construção e elaboração das emoções, da aprendizagem e do comportamento (Jornal da USP, 2021). Até os 10 anos as crianças estão construindo habilidades cognitivas e emocionais para lidar com o mundo adulto de forma autônoma. Para Vygotski (2018), “quanto mais a criança viu, ouviu e vivenciou, mais ela sabe e assimilou” (p.25), combinando e reelaborando, de forma criadora, novas situações. Compreender a perspectiva da criança em deslocamento nas diferentes fases do seu desenvolvimento, é algo que tem sido pouco explorado na literatura. Os estudos existentes estão mais voltados para as questões educacionais das crianças imigrantes (Magalhães, 2010, Alves, 2015; Neves, 2018; Nascimento, 2020, Aguiar, 2023).

A decisão de pesquisar crianças refugiadas é antiga. Ainda na Graduação de Psicologia, tomei a decisão de estudar, trabalhar e conhecer histórias e narrativas de crianças e suas diferentes infâncias. Fui em busca das meninas e meninos em situação de exclusão. Comecei, há 20 anos, na clínica do autismo. Foi o Centro de

Atenção à Saúde Mental Infantil (CAPSi) e o Projeto Saúde na Escola: Tempo de Crescer que me fizeram apostar e investir no atendimento clínico e no processo de escolarização desses pequenos sujeitos marcados pela exclusão no discurso social. Paralelamente, ingressei no Mestrado em Educação, onde busquei abarcar as representações sociais do professor sobre o aluno da escola pública. Naquele momento, era importante compreender porque determinadas crianças ficavam à margem da ação do professor. Nessa busca de fazer a inclusão através do discurso, fui trabalhar no Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) como consultora, na Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Espírito Santo nos temas da primeira infância e proteção de violências em crianças e adolescentes.

Todo adulto já foi criança. As lembranças desse tempo que passou são sempre fragmentadas, sendo possível lembrar se comiam, se estudavam, se brincavam, se eram cuidadas ou se tinham amigos. Contudo, poucas crianças são informadas sobre o que se passa ao seu redor, não sendo uma cena comum compartilhar afazeres e decisões familiares com as crianças. Quando uma família decide migrar, o impacto das perdas para cada criança, somada às inúmeras mudanças cotidianas, vão reconstruir a história de cada uma delas, quase sempre com muita superação interna, para suportar o desamparo e a exclusão social. Para Lopes (2007), a infância das crianças migrantes é atravessada por vários acontecimentos em seus trajetos. As memórias e os sentimentos de pertencimento são ancorados pelas lembranças dos lugares que passou.

A história da infância como a conhecemos vem de uma análise de pinturas, esculturas e vitrais feitos pelo historiador Philippe Ariès (1981), francês, que ao analisar, através de obras de arte em diferentes momentos históricos, a história das sociedades tradicionais europeias e o lugar social da criança e da família, concluiu

que o sentimento de infância é algo moderno e historicamente construído a partir do final do século XVIII, com a Revolução Industrial.

Na Idade Média, a criança não era vista como alguém digno de cuidados especiais. Para Costa (2010), não se tinha consciência de uma série de particularidades intelectuais, comportamentais e emocionais que passaram, então, a ser consideradas como inerentes ou até mesmo naturais às crianças (p.8).

Até o séc. XVII, a ideia de infância estava ligada a ideia de dependência, de paparicação. Passada essa fase, o mundo adulto e o mundo do trabalho, o esperavam. Para as crianças mais abastadas, havia um caminho a ser seguido, antes da vida adulta, o disciplinamento e a aprendizagem para que pudessem se desenvolver como pessoas racionais e cristãs. Nas palavras de Ariès, “a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos (ARIÈS, 1981, p.227). É preciso pontuar que Ariès constrói uma narrativa de uma sociedade europeia ocidental específica, que tem sua história documentada e preservada – das elites.

Essa concepção de infância pertencente a uma família como um grupo coeso, central e responsável pelos cuidados e futuro dos seus filhos pequenos, foi largamente aceita e difundida mundo afora, como se toda criança correspondesse a uma única infância. Dessa forma, se excluem todas as outras infâncias que não correspondem a esse ideal, como as crianças em situação de rua, em situação de trabalho infantil, fora da escola, abrigadas, migrantes e as refugiadas. Para Cohn (2005), “precisamos nos desvencilhar das imagens pré-concebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam. Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e o seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista (p.8)

Nessa perspectiva, Boaventura Santos et al. (2009), em sua obra, *Epistemologias do Sul*, propõe a difícil tarefa de fazer um deslocamento do pensamento moderno ocidental, abissal, para o outro lado da linha, “a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Esta distinção invisível é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais” (p. 24).

Não só é urgente pensar nas diferentes infâncias, como marcar essas distinções globalmente. Há presença de milhares de crianças migrantes e refugiadas nos países ricos, com pouco acesso à direitos fundamentais e a justiça social, em especial nas fronteiras dos EUA e campos de refugiados na Europa. Contudo, são nos países do Sul Global, com escassas políticas de proteção do Estado, que elas sempre estiveram.

Sarmiento *et al.* (2020) propõem sair dessa matriz ocidental europeia para uma infância mais plural, com atenção especial às crianças em situação de exclusão, propondo contribuições e desafios para a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC) de 1989. A convenção, instrumento internacional mais aceito na história, ratificado por mais de 196 países (UNICEF, 2019), incluindo o Brasil, é um tratado abrangente de instrumentos legais e um marco de reconhecimento das crianças como sujeitos em desenvolvimento, atuantes e, portanto, sujeitos de direitos. Embora tal documento tenha sido amplamente discutido e adotado pela maioria dos países ocidentais, sua aplicabilidade na forma da lei e de práticas cotidianas objetivas, continua sendo um desafio se não levar em consideração as desigualdades sociais e a pluralidade das infâncias. Lopes (2013), reiterando os postulados acima, acrescenta que, por ser a infância uma construção social e plural, repercute no entendimento de sua dimensão espacial, pois as infâncias passam a ser lugares destinados às crianças

e que se materializam em formas de paisagens nas diferentes sociedades (p. 291). Para Loffer *et al.* (2020), o entusiasmo em torno da CDC nestes trinta anos não traduziu avanços às camadas mais populares da América Latina. As crianças pobres continuam sem acesso aos serviços públicos básicos de saúde, de educação e de saneamento básico.

É preciso pensar as crianças de um outro lugar, em especial as crianças em deslocamento, refugiadas. Como essas crianças são, de distintas maneiras, periféricas num sistema que discrimina o sujeito considerado menor por sua condição de devir. Além disso, há a natureza sociopolítica minoritária dos migrantes transnacionais, a sua alterização e a sua exclusão da esfera da humanidade política por sua identificação negativa, enquanto “não cidadão, não nacional e quase não humano” (ELHAJJI, 2017, p. 204).

Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a migração infantil não é exatamente um fenômeno novo, existindo desde a antiguidade. Contudo, a visibilidade contemporânea da infância refugiada assume contornos específicos e relevantes. Ou seja, as crianças sempre migraram acompanhando suas famílias, em busca de novas oportunidades ou de segurança, não representando ameaça às nações. O que vemos agora é uma outra forma de migração infantil, insegura, ameaçadora e que expõe crianças e adolescentes (OIM, 2019), se deslocando separadas dos seus pais ou sozinhas. Histórias trazidas pela mídia e dados oficiais de Organizações Internacionais como ACNUR, UNICEF e IOM, situam a vulnerabilidade e exposição que crianças pequenas migrantes passam nas travessias entre seu país de origem e novas fronteiras de chegada, mesmo quando acompanhadas. O acolhimento realizado nas fronteiras dos países, não inclui, em sua maioria, ouvir as narrativas infantis como forma de melhorar protocolos, sistematizar

documentos oficiais de proteção das infâncias refugiadas ou simplesmente de apoiar naquele momento de desamparo. Na maioria dos documentos e políticas existentes, a criança é citada como algo abstrato, idealizado, pouco aparecendo como atores principais (LOPES E MOTTA, 2021).

Durante as crises (questões climáticas ou econômicas, perseguições, guerras e conflitos armados) e deslocamentos, as crianças são as mais vulneráveis, pois estão em risco de tráfico, exploração sexual, abandono e fome. Os deslocamentos e repressão nas fronteiras expõem as crianças a cenas traumatizantes de desamparo e violência, afetando sua saúde física e mental. Assis *et al.* (2017) comentam que a violência por ser da ordem da dimensão humana, será sempre multifatorial e não um ato isolado, por isso é preciso compreender no contexto mais amplo o que as crianças migrantes e refugiadas provocam de tão perturbador para gerar contra si tamanha invisibilidade. Para o UNICEF (2017), o número global de crianças refugiadas e migrantes que se deslocam sozinhas atingiu um recorde, aumentando quase cinco vezes desde 2010. Pelo menos 300 mil crianças desacompanhadas e separadas de suas famílias foram registradas em cerca de 80 países em 2015-2016, contra 66 mil em 2010-2011. A publicação *A Child is a Child: Protecting children on the move from violence, abuse and exploitation* (UNICEF, 2017) apresenta uma visão global das crianças refugiadas e migrantes, as motivações por trás de suas viagens e os riscos que enfrentam ao longo do caminho. O relatório mostra que um número cada vez maior dessas crianças está seguindo por rotas altamente perigosas – muitas vezes à mercê de contrabandistas e traficantes – para chegarem a seus destinos, justificando claramente a necessidade de um sistema de proteção global para mantê-las a salvo de exploração, abuso e morte.

Na América Latina, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), entende a infância como uma construção social permeada pelo seu entorno cultural, histórico e social e a família como uma unidade fundamental de apoio e de ponte com o mundo externo. Como sujeitos ativos, as crianças participam e podem opinar sobre o que acontece em suas vidas. Sob essa perspectiva, a publicação *Voces y experiencias de la niñez e adolescência venezolana migrante em Brasil, Colombia, Ecuador y Perú* (CLACSO, 2020), fez um levantamento, levando em consideração os relatos de crianças e adolescentes venezuelanos sobre suas trajetórias migratórias em países da América do Sul, buscando compreender, através de suas narrativas, como se deu o processo de integração em seus novos destinos. No Brasil, Martuscelli (2014, 2019), Lazarin (2019), Bezerra *et al.* (2019) e Paraguassu (2020) mapeiam a recente infância refugiada no Brasil e no mundo sob o viés da análise estatística de dados secundários, narrativas de crianças refugiadas e suas marcas na saúde mental. Vale ressaltar que apesar dos processos migratórios e de refúgio envolverem em geral, deslocamentos de famílias com suas crianças, tem sido pouco problematizada a inserção das crianças nessa temática.

A escolha por pesquisar crianças venezuelanas se deu pelo fluxo significativo de famílias do país vizinho, que faz fronteira com o Brasil, que entram legalmente ou ilegalmente no país e aqui estão permanecendo, fugindo da crise humanitária que vem assolando a Venezuela desde 2015, devido à instabilidade política, desemprego e escassez de recursos básicos (Junior, 2019).

Durante a pandemia Covid-19, as fronteiras foram fechadas e as famílias em sua maioria venezuelanas entrando no país sem documentação, gerando grave violação dos direitos humanos, requerendo atenção das agências da ONU voltadas para o acolhimento desta população, como ACNUR, UNICEF, OIM e UNESCO, além

de organizações da sociedade civil que atuam fortemente na mediação das relações entre Governo Federal e população. Durante o ano de 2022, com fronteiras novamente abertas, a média de entrada diária de venezuelanos no país foi de 441 pessoas por dia, segundo dados do Governo Federal. Esse número aumentou em janeiro de 2023 para 546 pessoas por dia (Jornal Folha de São Paulo, 2023). O instante exige estudos e aprofundamento das condições dessas infâncias, sendo o momento propício para desenvolver a proposta de pesquisa colocada. Agrega-se a este contexto o fato de que algumas agências da ONU continuam atuando intensivamente na mediação das relações entre Governo Federal e população, começando a existir, em alguns governos estaduais e municipais, ações especificamente voltadas para o acolhimento e apoio ao grupo de refugiados, como nos Estados do Paraná, São Paulo e mais recentemente no Rio de Janeiro.

Embora as crianças refugiadas que aqui chegam tenham os mesmos direitos de acesso aos serviços públicos que as nacionais (FUSARO, 2019), como saúde, educação e assistência social, elas sofrem e despertam curiosidade e xenofobia pela cultura, idioma e costumes e, também, compaixão pela situação de desamparo que se encontram devido a sua condição de refugiadas. Seja qual for sua condição, a criança até 10 anos experimentará o fenômeno migratório como uma marca no seu crescimento e desenvolvimento físico e socioemocional.

Por outros caminhos e trilhas que percorri, as diferentes infâncias sempre estiveram presentes. Como experiência não acalma desejo e curiosidade, aqui estou, como no início da graduação, buscando nesse vagar sem pouso das crianças e suas famílias refugiadas, ouvir suas histórias e experiências de trauma, luta e luto, apostando que esta escuta tem repercussões para todos nós. Foram estas

experiências, somadas a outros registros pessoais de uma infância migrante, que me levaram à definição do tema e os objetivos que nortearam a tese a seguir.

Capítulo 2 – Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Compreender, a partir da perspectiva da criança refugiada, suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio, privilegiando a escuta da criança, além de seus pais e profissionais envolvidos a fim de fomentar a construção de infâncias em deslocamento.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as abordagens utilizadas na literatura para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade.
- Compreender o processo de acolhimento de crianças e suas famílias em instituições de acolhida nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Boa Vista.
- Compreender a visão das famílias sobre o processo migratório e adaptação ao Brasil, com ênfase nas necessidades e dificuldades infantis, identificando as motivações das crianças para a migração, o traslado, a adaptação em um novo país, os sentimentos gerados e as violências vivenciadas.

Capítulo 3 - Fundamentação Teórica

3.1 Migrações e Deslocamentos

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. (...) destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.
(Nota Preliminar, Os Sertões de Euclides da Cunha)

Assim o engenheiro militar Euclides da Cunha, inicia sua escrita em “Os Sertões”, publicado em 1902 e considerada uma obra literária, dividida em três partes: “A terra”, em que a flora, relevo e clima do sertão nordestino são descritos; “O homem”, que descreve o sertanejo como um retardatário, pois está sempre esperando a civilização chegar e como pertencente a uma raça fraca, que logo se extinguirá; e “A luta”, quando o narrador relata, em detalhes, a Guerra de Canudos, um crime, em suas palavras. Euclides, um homem da elite, representava as ideias do final do Império e início da República e acreditava que a mistura racial poderia elevar a ascensão da raça inferior e uma decadência da raça superior. Assim, apostava no melhoramento da raça e que somente a imigração das raças superiores, os europeus brancos ocidentais, poderiam salvar o Brasil.

A política de povoamento do Brasil Império começou pelo sul do país e Euclides da Cunha julgava que a migração ia perdurar até inundar todo o território brasileiro, incluindo o Nordeste. Por isso, Antônio Conselheiro e o povo de Canudos, que viviam na Bahia, vistos como não civilizados e monarquistas, precisavam ser derrotados pelas tropas republicanas. Euclides foi convidado pelo jornal Folha de São Paulo, para cobrir a luta de Canudos, como jornalista.

A história da migração no Brasil começa com a abertura dos portos, logo após a chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808 (SEYFERTH, 2014). O auge da migração foi entre 1870 e 1910. Como ilustra Resende (2023), após a Proclamação da República, o Decreto n 528/1890 foi o primeiro a tratar das migrações (p.31). Com a abolição dos escravos em 1888, abriu-se a possibilidade da imigração chinesa que o Brasil recusou, pois só interessava o europeu branco civilizador. Resende (2023), descreve a quem a migração estava destinada:

(...) dessas cotas, 80% se destinavam a profissionais agricultores e técnicos rurais, e enumerava diversas causas ligadas, principalmente, a saúde, impeditivas para ingressar em território nacional, a exemplo de mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos, doentes de moléstias infectocontagiosas graves, dentre diversas outras; tudo isso denota a intenção da política migratória, à época, não tinha caráter humanitário, mas de incentivo a imigração de europeus qualificados, direcionando boa parte dessas pessoas pra atividades rurais. (p.32)

Com a passagem do Governo Imperial para a Primeira República, o movimento eugenista ganha força, favorecendo a entrada criteriosa de imigrantes europeus, associada à política de povoamento da região sul e demanda de mão de obra para os grandes produtores de café na região sudeste. Nessa perspectiva, Seyferth (2014), reforça que o imigrante desejado era o europeu (ocidental), branco, agricultor, produtivo, útil, civilizado e que fosse acompanhado de suas famílias. Essa tônica, como vimos na obra literária “Os Sertões”, determinou os rumos da política imigratória no país. Esperava-se que o imigrante mudasse não somente a cor do Brasil, como a situação de atraso econômico.

Entre 1889, com a Proclamação da República, e o final da II Guerra Mundial e do Governo Vargas, em 1945, a legislação imigratória brasileira foi marcada pelo racismo, rigidez, discriminação e pela exclusão dos chamados

“Lista dos indesejáveis”. Ou seja, não era bem-vindo quem estivesse fora do padrão europeu ideal, citado no parágrafo anterior.

Durante a II Guerra Mundial, a imigração diminuiu, aumentando a migração interna, dos nordestinos indo para São Paulo. O êxodo nordestino, mais por questões climáticas do que econômicas, foi contada por diversos autores (CUNHA, 1902; QUEIROZ, 1930; REGO, 1932; RAMOS, 1938). Sérgio Buarque, autor do livro “Raízes do Brasil” de 1936, compartilha similar ideia de formação do povo de Euclides da Cunha. O sertão dele são os bandeirantes saindo de São Paulo para o interior do país. O que o autor desejava era falar do Brasil, mais seu ponto de partida foi São Paulo, tentando entender o processo dialético do urbano x rural. Ele comparava as plantações de café de São Paulo com os engenhos de açúcar do Nordeste. Contudo, marcava as diferenças. O trabalho nas plantações de café, envolvia homens livres, além dos escravos. O café implicava industrialização, máquinas e ferrovias para escoar a produção, enquanto a cana-de-açúcar era uma lavoura temporária, ainda fortemente marcada pelo trabalho escravo e rural. Em Raízes do Brasil, o europeu ibérico imigrante aventureiro (espanhóis e portugueses) via no trabalho manual algo indigno, coisa de escravos. Assim eles buscavam alguém que trabalhasse para eles. Seyferth (2002) nos lembra que a questão racial desde 1818 esteve implícita nos projetos imigrantistas no Brasil, mesmo antes do termo raça fazer parte do mundo das ciências. Os chineses e japoneses não eram bem-vindos por serem considerados do mesmo tipo racial dos índios e os judeus e alemães, considerados de difícil assimilação, para citar alguns exemplos.

Até os anos 20 do século passado o trabalhador estrangeiro continuava sendo a solução. E se já não era possível promover a hegemonia do povo, pelo

menos os imigrantes eram alfabetizados e disciplinados para o trabalho, como os italianos e alemães. Para Sérgio Buarque a ética do aventureiro, era um dos males do progresso. Após a II Guerra Mundial a lista dos indesejáveis só aumentou, incluindo os apátridas, asilados e refugiados. Seyferth (2014), comenta ainda, que esses sujeitos em deslocamento só eram admitidos na condição de imigrantes comuns, como estava vigente na lei. Somente no final da década de 40, sob forte pressão internacional, o país fez acordo com a ACNUR, permitindo a entrada de refugiados, escolhidos a partir dos critérios nacionalistas já citados. Somente em 1969 que o termo refugiado aparece no Decreto lei n 941 que define a situação jurídica do estrangeiro no país.

A Lei do Estrangeiro de 1980 (Lei 6.815), que veio quase no final do regime militar, em seu regulamento, é restritiva em direitos aos estrangeiros, permitia deportações, não concedia visto humanitário e era o trabalho que definia a legalidade do estrangeiro no Brasil. Somente com novas pressões externas que o Brasil promulga uma nova lei 9.474 em 1997, baseada no Estatuto dos Refugiados de 1951. Sobre ela, falaremos adiante.

Sobre as migrações infantis, Del Priori (2018) comenta sobre as pessoas que aqui desembarcaram na condição de escravizadas no porto do Rio de Janeiro no início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas um terço sobrevivia até os 10 anos. Da colônia à República, as crianças pouco frequentavam as escolas, seguindo direto para o trabalho na lavoura, junto com a família. Era comum falar da criança como “o melhor imigrante” (p.13). Ramos (2018), afirma que os primeiros registros de crianças em embarcações lusitanas datavam de 1530, quando chegavam fugidas à Terra de Santa Cruz, “(...) as crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como

órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente” (p.19). O cotidiano das crianças desacompanhadas nas embarcações portuguesas era marcado pela fome, abusos sexuais e humilhações.

3.2 Migrações Contemporâneas e Refúgio: Visibilidade das Crianças

A bravura de migrar, seja por razões econômicas e sociais ou por necessidade devido a guerras e perseguições, é sempre impactante para todos os envolvidos. No ano de 2021, o deslocamento forçado atingiu cerca de 89,3 milhões de pessoas no mundo inteiro, destes 4,4 milhões de pessoas são venezuelanas, segundo o relatório Tendências Globais da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), divulgado anualmente. Deste universo, estima-se que 35 milhões (40%) são crianças e adolescentes, até 18 anos.

Múltiplos são os motivos que levam alguém a deixar seu lugar de origem. Para ElHajji (2011),

Ainda que na maioria das vezes as ciências sociais e naturais buscam causas materiais para explicar o impulso migratório de nossa espécie; tais como guerras, crises sociais, escassez de recursos, advento de novas tecnologias ou mudanças climáticas, as mesmas teorias nunca desconsideraram o fator psicológico inerente a natureza humana de sempre querer e desejar descobrir novos horizontes (...). (p. 03)

O Estado Brasileiro, como um Estado de Direito, tem obrigações por conta de suas leis e acordos internacionais com os sujeitos que entram no país por migração. O principal órgão de regulação no país é o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, criado em 1997 pela Lei nº 9.474, que delibera todas as solicitações de pedido, reconhecimento e perda da condição de refugiado no país. Em 2021, os Estados com mais solicitações de refúgio foram Acre,

Roraima, Amazonas, São Paulo e Paraná. O Rio de Janeiro foi o décimo Estado no ranking, de acordo com o CONARE (CONARE, 2022).

Em território brasileiro, o CONARE, desde junho de 2019, reconheceu a grave crise generalizada de violação de direitos na Venezuela e passou a acolher e dar celeridade aos pedidos de refúgio. Assim, saímos de 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas entre os anos de 1997 e 2018, para aproximadamente 71 mil casos analisados de solicitações de refúgio em 2021. O maior volume da década, de acordo com o sétimo relatório do CONARE de 2022. Embora o avanço tenha sido expressivo, ainda há um número significativo de solicitações aguardando serem analisados. De acordo com o Unicef (2022), somente no período entre 2015 e 2019, foram registrados mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária, sendo a maioria na fronteira de Roraima com a Venezuela.

Nas sete edições de relatórios divulgados pelo CONARE, a divisão por faixas etárias das crianças sofreu alterações. Nas três primeiras edições (dados entre 2010 e 2017), as faixas etárias foram: 0 a 12 anos, 13 a 17 anos e 18 a 29 anos. No quarto relatório, referente a 2018 e publicado em 2019, foram: 0 a 4 anos, 5 a 11 anos, 12 a 17 anos e 18 a 29 anos. Na quinta edição publicada em 2020, novamente mudanças nas faixas etárias: 0 a 4 anos, 5 a 14 anos e 15 a 24 anos. Na sétima e última edição em 2022, 50,4% das pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil, eram crianças e adolescentes na faixa entre 5 e 14 anos. Em nenhum dos documentos foram explicitadas as razões das escolhas das faixas etárias e os motivos das alterações. Na verdade, os relatórios não buscam compreender a presença infantil, como fazem com os adultos. Apenas

lançam dados estatísticos, esvaziados de sentido, que só dificultam o acompanhamento das migrações infantis dentro do país.

Quanto aos pequenos refugiados, o UNICEF Brasil vem acompanhando os abrigados em Roraima, principal destino dos venezuelanos pela proximidade com a fronteira, em 11 abrigos mantidos pelas Forças Armadas e pela ACNUR. Até maio de 2019, estimava-se que 9.583 crianças estavam em situação de vulnerabilidade, somente em Roraima. Pouco se sabe deste grupo no restante do País.

Não há referências, no relatório atual e nos anteriores do CONARE, sobre se essas crianças chegam ou não acompanhadas de suas famílias. Martuscelli (2017), afirma que as estatísticas do CONARE não fazem diferenciação entre aqueles que chegaram sozinhas (sem a presença de um responsável legal) e aquelas que estão com suas famílias completas ou com apenas um dos seus pais (p. 244). Para Lazarin (2019), a imigração refugiada de crianças no país não acompanha a mesma intensidade que se dá a nível internacional, nem em números absolutos, nem em termos proporcionais da composição etária de tal fluxo. Mesmo que numericamente sejam poucas, as que atravessam a fronteira com suas famílias, separadas (acompanhadas por adultos que não têm poder familiar ou representação legal) ou desacompanhadas (migram sem um adulto), carregam consigo o sofrimento e invariavelmente diversas vulnerabilidades que precisam ser acolhidas, pois estamos diante de uma situação de insegurança, desamparo e violência. Para Santos (2018), “quanto aquelas acompanhadas de seus pais, não há uma porcentagem exata, sendo tratadas como parte de uma unidade familiar que seguem a figura de um adulto”. (p. 75).

O artigo 1º da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, pedra angular na proteção de refugiados, e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, define refugiado:

Como sendo toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo.

Além dos tratados elaborados pelas Nações Unidas, o Brasil definiu com a Lei 9.474/97, mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. O Artigo 1º da Lei transcreve o conceito de refugiado do Estatuto de 1967. O que chama atenção é a ausência do conceito de proteção de criança, especificamente. Cita, apenas no artigo 2º, que os efeitos da condição de refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependam economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

Conforme o discurso do Presidente da República do Brasil na ONU em 17 de Setembro de 2017, a Lei de Refúgio Brasileira é considerada uma das mais modernas do mundo. E, apesar de o Brasil ser signatário em diversos acordos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, e, nacionalmente, ter aprovado a promulgação da Constituição Federal em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e recentemente a lei 13.257/2016, sobre o Marco Legal da Primeira Infância, ainda é preciso buscar espaços de convencimento da garantia de direitos e proteção de crianças, em seus mais diversos contextos sociais, entendendo a garantia de direitos como

um estímulo à mudança, ao pertencimento infantil e a diminuição das desigualdades sociais.

Na América Latina, por exemplo, há a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, que data de 1984, considerado um marco na proteção de populações em situação de deslocamento forçado na América Latina e Caribe. Novamente, a situação da infância não tem destaque relevante, quando pensamos na situação de abandono, violência e desamparo que estes sujeitos ficam em todo esse processo de deslocamento e mudanças, não somente do seu território, como da língua, alimentação e hábitos culturais.

No mundo e no Brasil, há crianças nacionais e refugiadas abandonadas em lugares insalubres e expostas a fome e ao frio, além de sofrerem com transtornos psicológicos, como a depressão e outras patologias. Bauman (2007), relata uma realidade muito dura que acontece nos campos de detenção de migrantes na Grécia, Europa. Lugar sem perspectiva de futuro ou de mobilidade. O acolhimento provisório vira uma espécie de prisão, onde as pessoas são impedidas de continuarem seu fluxo migratório (p.52).

A violência faz parte da vida e das relações humanas, para as autoras Minayo, Assis e Souza (2017), “é importante registrar a dinâmica desse fenômeno e desnaturalizar a visão romântica segundo a qual em algum lugar do passado houve um mundo sem violência” (p. 39). Cada momento histórico tem sua faceta e a violência perpassa as etapas da História, subsistindo com novas roupagens.

Avanci *et al.* (2017), apesar de não tratarem especificamente da temática violência de crianças na condição de refugiadas, vale salientar que "historicamente muitos foram os estágios por que passou o conhecimento sobre

a violência na infância e adolescência, refletindo a consciência social sobre o fenômeno, o saber adquirido e a evolução de políticas públicas” (p. 162).

Para Estefan *et al.* (2017, p. 2), “A pesquisa sobre crianças desacompanhadas nos Estados Unidos (EUA) é uma área emergente de estudo, e as fontes de dados são limitadas (...) existe uma clara necessidade de pesquisas adicionais nesta área”. São as organizações não governamentais, através dos seus estudos e trabalho em campo, que detêm mais informações sobre as crianças.

As crianças que resolvem seguir ou são colocadas nesta jornada de migração, estão expostas a diversas formas de violência, causando sequelas que podem levar para o resto das suas vidas, havendo escassez de reflexões sobre formas, fluxos e abordagens de prevenção e intervenção. Ainda para Estefan *et al.* (2017), “não existem programas ou intervenções de prevenção da violência nos Estados Unidos que tenham sido especificamente projetados para esta população de crianças” (p. 6). É preciso investigar com profundidade se esses caminhos de proteção estão traçados, ou se os países não estão conseguindo implementá-los, ou se não os conseguem compartilhar com outras nações, ou se de fato ainda não há um olhar particular para este público e suas especificidades. Um caminho possível para evitar a violência, é o de que governos, cidadãos e comunidade global trabalhem juntos, utilizando abordagens compartilhadas, focando diminuir desigualdades e garantir que as crianças desenvolvam-se plenamente.

Aitken (2019), lembra que é comum legislarmos a favor das crianças sem lhes perguntar o que desejam ou gostariam de colocar na pauta dos direitos. Neste sentido, aponta-se que muitos programas elaborados para a faixa etária

não contemplam a escuta das próprias crianças, apontando suas necessidades. De toda forma, há um reconhecimento de que "(...) as crianças precisam de um estudo mais completo; um estudo que traga conscientização a respeito da violência e da exploração (p. 39-40).

Pensar nas crianças como sujeitos atuantes, mutantes, ativos e que ressignificam, a todo o momento, o território e as relações com os adultos, os seus pares, a família, as políticas e o brincar, revela uma nova perspectiva de infância, de completude, de tempo presente. É esse instante de compreender ou captar essas transformações, deslocamentos e surpresas das crianças que este projeto propõe-se a investigar. Conseguir identificar como se dão as mudanças e o que as crianças fazem com isso no seu cotidiano é um dos desafios.

Para esta tese prioriza-se investigar situações em que o deslocamento ocorre ou é impulsionado a partir de uma violência. Especialmente, situações que envolvem venezuelanos refugiados que são forçados a procurar outro país, buscando novos laços sociais, políticos e econômicos. É possível compreender que essa condição de deslocamento poderá provocar nas crianças e famílias uma crise de desamparo, de privação. Para Costa (2014), "é sempre preciso considerar as singularidades com a experiência do tempo e não antecipar uma resposta simplesmente protocolar. Muitas vezes, as boas intenções de uma assistência social, situada nas políticas públicas, não considera a singularidade de cada caso" (p. 34).

3.3 Reflexos do refúgio sobre a vida, percepções e sentimentos das crianças

Os refugiados que chegaram ao Brasil, nos últimos anos, são pessoas não brancas, negras e indígenas (BRITO, 2014), provenientes de países

vizinhos, como os venezuelanos, bolivianos, colombianos e países em conflito, como o Haiti, a Síria, a República Democrática do Congo e mais recentemente a Ucrânia, estes sim, brancos. Os que chegam sofrem das dinâmicas próprias do racismo estrutural de nossa sociedade, expondo a segregação das cidades e das culturas (JOIA, 2021). Os impactos psicológicos e físicos das experiências traumáticas no processo de refúgio na infância e as profundas desigualdades inerentes da sociedade brasileira, afetam diretamente o desenvolvimento das crianças. Para Bezerra et al. (2019), os efeitos do refúgio afloram nas crianças em forma de pesadelos, isolamento social, baixo rendimento escolar e sentimento de tristeza, assim como, alterações emocionais e comportamentais (p.28), trazendo muito sofrimento psicológico, em um momento da vida que constroem as melhores estratégias psíquicas para lidar com mundo real a sua volta. Em relação às políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes, Rezende (2023) comenta que “a situação é mais delicada, com um cenário de ausência de uma abordagem específica pelo Poder Público” (p. 51).

As questões educacionais, também atingem fortemente as crianças, seja por falta de documentos para realização de matrículas, falta de vagas nas escolas ou dificuldades com o idioma local. Para Martuscelli (2014), o Brasil é um dos países que possui a legislação para refúgio mais desenvolvida do mundo. A lei 9.474/97, que apesar de não mencionar especificamente as crianças refugiadas, faz referência à Convenção de Genebra de 1951, que garante o direito à educação sem discriminação para todas as crianças. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) assegure para todas as crianças direito a serviços de saúde (artigo 11), à educação (artigo 53) e o direito da criança de ser ouvida em assuntos que lhe dizem respeito (artigo 16), entre

outros, na prática, há um hiato entre os direitos assegurados e um desamparo social vivido pelas condições econômicas e sociais destes pequenos sujeitos, junto com suas famílias.

Capítulo 4 - Passos metodológicos: chegada e vivência no campo de pesquisa

- ... – E cada um de nós é um cometa que não deu certo, disse Emanuel.
- Mas aí que está: não demos certo naquela galáxia, da qual fomos expulsos por causa de uma explosão, concorda comigo? disse Omar
 - Porém isso não quer dizer que não daremos certo em nenhuma outra. Estamos vagando, estamos em trânsito...Encontraremos o nosso lugar, o lugar em que daremos certo.

O Cometa é um Sol que não deu certo (Tadeu Sarmiento)

Foram empregadas diferentes metodologias e técnicas ao longo da produção desta tese que serão apresentadas nos seguintes itens deste capítulo: estudo etnográfico, observação participante, atividades lúdicas, entrevistas semiestruturadas com pais e profissionais que atendem as crianças migrantes, descrição das instituições de acolhimento, formas de análises dos dados e informações sobre a revisão sistemática realizada. Todo o material produzido no campo da pesquisa ora descrito subsidia os resultados da tese, condensados em dois artigos e um capítulo com dados etnográficos, organizados da seguinte maneira no próximo capítulo da tese: 5.1: Artigo de revisão bibliográfica sistemática aceito para publicação na *Physis*, “Desafios e perspectivas de crianças em situação de migração e refúgio: revisão sistemática”; 5.2: Artigo sobre instituições que acolhem crianças e famílias migrantes; 5.3: Crianças e famílias: a escuta das narrativas e suas histórias.

A principal base metodológica desta tese é o **estudo etnográfico** com crianças refugiadas venezuelanas, no período da infância – até 10 anos de idade. O trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre outubro de 2021 a outubro de 2022 e contemplou 3 cidades distintas: Cidades do Rio de Janeiro (outubro de 2021 a julho de 2022), São Paulo (Setembro/2022) e Boa Vista (Outubro/2022). As duas primeiras estão entre as 10 cidades que mais

recebem refugiados, segundo o Painel de Estratégia de Interiorização¹, oriundos de Pacaraima e Boa Vista, porta de entrada do fluxo migratório venezuelano. A observação empírica dessas vivências de refúgio se voltou para a escuta das percepções, expressões e sentimentos das crianças sobre a sua experiência de refúgio.

Diversos autores (CORSARO, 2005; FERNANDES, 2016; BRITO, 2019; AGOSTINE E MOREIRA, 2019), exemplificam que a pesquisa com crianças envolve não somente as questões éticas, a saber: proposta de um roteiro ético na investigação com crianças, custos e benefícios para as crianças, seleção, confidencialidade, anonimato, termo de consentimento dos pais; como a estratégia de abordagem, uma vez que a relação é de uma pesquisadora adulta com crianças pequenas. Nas palavras de Corsaro (2005), “não agir como um adulto típico” (p. 446). Ou seja, não ficar controlando o comportamento e respostas das crianças, como se elas estivessem sempre numa posição de aprendiz. Delgado e Muller (2005), comentam que em pesquisas com crianças, o desafio é ficar atento a três equívocos corriqueiros e fatais:

(...) o adultocentrismo, que são as memórias e lembranças que temos de nossas infâncias e que impossibilitam que possamos olhar as crianças no presente; o infantocentrismo, que é a radicalidade que não nos permite vislumbrar que as crianças interagem com os adultos e; o uniformismo: que faz com que adultos não considerem a diversidade dos grupos infantis” (DELGADO, MULLER, 2005, p. 14).

De acordo com Agostini e Moreira (2019, *apud* LISBOA E HABIGZANG, 2011), “a pesquisa não deve se reduzir, na relação, com os sujeitos participantes, como uma conquista de coleta de dados”. Neste sentido, ao abordar o tema do refúgio com as crianças, é fundamental incluir a escuta das famílias, adultos responsáveis pelas crianças, profissionais e técnicos envolvidos nessas

¹ <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

recepções e locais que recebem os refugiados, deixando explícito que o relato de cada um faz parte de um todo, numa perspectiva mais singular, e de uma construção de uma infância em deslocamento, numa perspectiva mais ampla. Concordando com Pires (2017), a família tem papel primordial na vida das crianças e por isso não é possível deixar de lado os adultos. Nesta pesquisa, o olhar está voltado para as crianças que chegam acompanhadas por seus pais ou adultos da família.

A escolha pelo método etnográfico passa por minha própria trajetória profissional de ouvir e buscar histórias de crianças marcadas pela exclusão, perdas e recomeços, e também pela vocação etnográfica do objeto de estudo, compreendendo que a técnica da observação participante gera dados consistentes para a pesquisa (MARCHI, 2018). Cardoso de Oliveira (1996) realça três etapas de apreensão dos fenômenos sociais: o olhar, o ouvir e o escrever. Sendo o olhar e o ouvir como fazendo parte de uma primeira etapa e o escrever, um momento a posteriori, marcado pelos diários de campo, anotações e experiências vividas. Durante o período da pesquisa que deu origem a tese, profissionais, pais ou responsáveis foram ouvidos na interação cotidiana do trabalho de campo e através de entrevistas semiestruturadas. Através dos profissionais busca-se identificar os fluxos de trabalho dos serviços que acolhem, atendem e encaminham as crianças refugiadas, com o intuito de protegê-las. Quanto às famílias, buscou-se compreender sua visão sobre o processo migratório e adaptação no Brasil, com ênfase nas necessidades e dificuldades infantis, articulado a visão da criança sobre o tema.

Pela **observação participante**, nosso guia no trabalho de campo e nas escolhas das atividades que foram desenvolvidas com as crianças, acatamos as palavras da pesquisadora Flávia Pires quando afirma (2007),

O pesquisador deve ser capaz de observar a comunidade de uma perspectiva interna. Isso não quer dizer que ele deva transformar-se em nativo, mas, sim, que as suas dessemelhanças em relação aos nativos não sejam um impeditivo para a relação. Um dos desafios do pesquisador é conseguir manejar sua presença no campo, de modo que respeite as normas de interação social reinantes e as especificidades daquela comunidade, ao mesmo tempo em que consiga se inserir de maneira efetiva a fim realizar sua pesquisa satisfatoriamente (p. 243)

No campo, além de propor e acompanhar as atividades lúdicas propostas pelas instituições voltadas para as crianças até 10 anos de idade, busca-se apreender as percepções, expressões e sentimentos das crianças sobre a sua experiência de refúgio, de como brincam e interagem entre si e com os adultos que estão a sua volta.

No acompanhamento das atividades desencadeadas pelas instituições, foi possível propor outras ações lúdicas, planejadas ao longo do trabalho de campo e que, sempre que possível, visavam questões relacionadas a situações relevantes para as crianças e/ou famílias em situação de migração e refúgio (por exemplo, hábitos e manifestações culturais do país de origem e do Brasil, músicas locais, contação de histórias entre outras, descritas a seguir). Todas as atividades lúdicas realizadas com as crianças foram alvo de registro em diário de campo, áudios no *WhatsApp* e, quando possível, registro fotográfico, pela pesquisadora logo após sua realização. Os momentos de anotações eram posteriores ao encontro com as crianças e os adultos nas instituições, embora o caderno sempre estivesse comigo, próximo ao corpo, como um apêndice. Para minha surpresa, pouco se perguntava sobre o meu caderno. A curiosidade ficava

sobre a mochila que carregava, afinal era de lá que saíam as novidades lúdicas, como a argila, a massa de modelar e as folhas de A4 para os desenhos.

Nesta pesquisa, foi solicitada que as crianças fizessem três **desenhos**: o primeiro desenho da sua família, da forma que quiser; o segundo desenho, sua casa, ficando livres para desenhar a casa da Venezuela ou do Brasil; e o terceiro desenho, sobre a viagem, sua saída da Venezuela e chegada no Brasil, visando entender qual o meio de transporte que a trouxe para o Brasil e quais os sentimentos e emoções vividos. Durante os 3 desenhos não houve nenhuma interferência da pesquisadora, que tem formação em psicologia clínica e larga experiência em atendimento clínico com crianças, e que aplicou a técnica, supervisionada pelas orientadoras. A proposta inicial era fazer o desenho em um ambiente mais reservado e isolado. Nem sempre foi possível, pois as instituições não dispunham de espaços reservados e quase sempre as crianças andavam em grupo, evitando ficarem sozinhas com adultos. A cada criança foi dada uma folha branca, tamanho ofício, um lápis preto, n.2, sem oferecimento de borracha. Para o desenho da casa e da viagem foi oferecido uma caixa de lápis de cor para colorir, caso desejassem. Aqueles que quiseram recomeçar o desenho por alguma razão utilizaram o verso da folha. No final, perguntas sobre os desenhos foram feitas diretamente às crianças. Na cidade de Boa Vista, as crianças receberam canetas *pilot* coloridas para os desenhos da casa e da viagem, pois a mala foi extraviada entre o Rio de Janeiro e Boa Vista, sendo preciso recorrer a papelaria mais próxima do hotel, pequena e com poucos recursos de material escolar. Na ausência do lápis de cor de madeira, recorri ao *pilot* colorido. O desenho como expressão da subjetividade infantil, revela a forma como as crianças organizam seus afetos em relação à família e às mudanças em seu

entorno. Alguns estudos e pesquisas vêm buscando compreender o desenvolvimento infantil e os impactos das migrações, pela análise e interpretações das histórias desenhadas (JABBAR *et al.*, 2019; MAAGERØ *et al.*, 2016).

O desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que primeiro vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança. Porém, quando combinado com a observação participante, é que os dois instrumentos potencializavam sua utilidade. Os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante. Com os desenhos à mão, é possível direcionar o olhar para a realidade de acordo com os tópicos levantados pela população estudada (Pires, 2007, p. 231).

Características gerais dos desenhos são apresentadas para enriquecer a compreensão do quadro vivenciado em campo e relatado nas entrevistas com as crianças (DI LEO, 1985; COX, 2001; ASSIS; AVANCI, 2017). A elaboração de instrumentos próprios para a avaliação de desenhos da família vem sendo utilizada por alguns autores (CAMPOS, 1996; PAROT 1952 apud ORTEGA, 1981), já que não existe na literatura um sistema padronizado para avaliá-lo, de modo a minimizar a subjetividade em sua interpretação. O desenho da família é uma técnica muito empregada para auxiliar a interpretação clínica de casos clínicos; todavia, pesquisas a tem adaptado aos temas por elas investigados, a exemplo de Peres (2002) que, em sua pesquisa com andarilhos de estradas elabora um protocolo de avaliação do desenho da família baseado nos métodos avaliativos do desenho da figura humana e no desenho da casa, árvore e pessoa.

Dentre as atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças foi realizada a **contação de histórias** nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo através do livro *Barco de histórias* de Kyo Maclear. Trata-se de um livro sobre a fuga de crianças sírias refugiadas. O ponto de partida é a floresta, onde iniciam sua travessia e de chegada algum lugar que tenha uma casa, um lugar de

acolhimento. O livro fala do percurso e seus desafios, sempre com a família. Foi com esse enredo que as crianças venezuelanas se encontraram na história. Durante a contação da história, não nos prendemos às palavras escritas do texto; as crianças foram construindo sua narrativa a partir das imagens do livro. As leituras sempre começavam com no máximo quatro (04) crianças e terminavam com mais de quinze (15) ao redor do livro, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, em torno de sete (07) crianças participaram. Embora não compartilhassem dos mesmos fatos, havia uma solidariedade do desamparo do outro, o que permitiu a inclusão do comentário de cada um na história única que construíam. Em geral ouviam o que cada um tinha para acrescentar na história. Uma experiência sensível e significativa. Para Larrosa (2011) “a experiência seria aquilo que nos passa. Não o que passa, senão o que nos passa (...). É atenção, escuta, abertura, disponibilidade, sensibilidade, vulnerabilidade e ex/posição” (LARROSA, P. 23).

A escolha pela contação de histórias passou pela essência da tese que buscou compreender a partir da perspectiva da criança migrante suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio. Apostamos na ludicidade das ilustrações, para confirmar as palavras de Walter Benjamin (2005), “a criança exige do adulto uma representação clara e compreensível, mas não infantil. Muito menos aquilo que o adulto costuma considerar como tal” (p. 55).

Pelo tempo maior de permanência, foi ainda contada a história do *Reino do Aqui*, da autora Silvana Bezerra Magalhães na cidade do Rio de Janeiro. Apresenta uma menina que vê sua família e amigos partirem. Enquanto aguarda sua ida, fica com a avó que lhe faz comidas gostosas. É um livro bilíngue,

português e espanhol. Neste, as crianças relataram mais o dia a dia no seu país de origem e as coisas que faziam por lá.



Figura 1 - Campo verde: lugar de contação de histórias.

Atividade com **argila** foi oferecida para as crianças no campo da cidade do Rio de Janeiro. Surgiram, a partir dos encontros e conversas sobre o trajeto da viagem entre a Venezuela e o Brasil, histórias sobre a terra, o contato com a natureza, seja por medo dos bichos noturnos, a escuridão das montanhas, o rolar pelo chão e suas brincadeiras. Quando trouxe a proposta do brincar com argila, a aceitação e adesão foram imediatas. Meninos e meninas se envolveram na tarefa de construir e reconstruir objetos, animais e letras dos seus nomes, espontaneamente. Durante a atividade, que foi repetida outras vezes, eles conversavam entre si e comigo sobre a vida na Venezuela e no Brasil, num espanhol rápido de acompanhar, riam muito entre eles. Em geral, as meninas faziam xícaras, objetos caseiros e comidinhas, como arepas (tipo de broa de milho) e panquecas. Os meninos, faziam carros, bolas e os órgãos sexuais masculinos, logo denunciados pelas meninas.

A manipulação do barro é um meio eficaz no processo de liberdade do indivíduo, propicia prazer e ainda liberta os movimentos, desenvolvendo a percepção. A modelagem permite que expressemos nossos pensamentos sem precisar exprimir palavras: o movimento, a forma, o volume e o gesto trazem a linguagem viva do mundo interior, refletindo o caráter e o

temperamento com fortes expressões da personalidade (GABBAI, 1987, p.15).

O prazer e a satisfação eram manipular a massa molhada, o formato final não parecia ser importante para a maioria das crianças. Ficavam mais de uma hora em roda, cuidando e adubando a terra. No final, diziam que precisava levar para casa para mostrar aos pais.



Figura 2 - Oficina de Argila.

Outra atividade que realizamos envolvendo mãe e filha foi **pintar unhas**. No campo do Rio de Janeiro foi observado o pouco tempo que as mães e as crianças passavam juntas. Quase sempre os adultos estavam absorvidos pelas tarefas domésticas diárias ou pelo trabalho na rua, enquanto as crianças brincam em grupos ou a caminho da escola. Quando as meninas propuseram o desejo de pintar as unhas, como as brasileiras, surgiu a ideia de convidar as mães para pintar junto, assim seria possível observar a relação mãe-filha-filho. Adultos e crianças gostaram da ideia. Na Venezuela a profissão de pintar as unhas chama-se manicurista. Meninos e meninas foram convidados e estiveram presentes. Foi dito, pelos varões que participaram da oficina, que na Venezuela, somente

mulheres pintam unhas. Eram eles que diziam o que se podia ou não. As mães também colocaram suas regras: somente esmaltes claros! Embora tenham obedecido a regra, as meninas comentavam e falavam do desejo de pintar de cores vivas e escuras, como as brasileiras. As conversas eram sobre as diferenças entre os dois países: Brasil e Venezuela, sobre os costumes de pintar as unhas e as cores preferidas. Por lá, é uma prática caseira e que não usam base, antes do esmalte. Uma mãe comenta que precisou fazer cursos no Brasil para aprender os gostos das brasileiras, como unhas postiças e desenhadas. As filhas opinam, dizendo que acham bonitas as unhas postiças. A atividade propiciou observar não somente gostos e preferências, mas também a relação de proximidade entre mães e filhos e suas relações com o novo país. Para Torres (2016), “as relações de parentesco oferecem uma dimensão afetiva e apoiadora no cotidiano capaz de proteger indivíduos e grupos” (p. 67).



Figura 3 - Oficina de Pintação de Unhas com mães e filhas.

Também realizamos atividades com **massinha de modelar** de forma muito recorrente no campo do Rio de Janeiro. Começou como uma atividade mais restrita com as crianças pequenas, até 05 anos, e foi sendo ampliada a

pedido deles. Até os adolescentes, pediam um pouco para brincar. Para Motta *et al.* (2015),

É no ato de brincar que a criança expressa o seu mundo interno, ensaia fazer-se sujeito no mundo, ao mesmo tempo em que busca recriar o mundo que o rodeia. Percebe-se essa dinâmica nos jogos, nas produções com massa de modelar, argila, bem como nos desenhos em que há uma permuta entre o interno e o externo, que se misturam (p.368)

A massa de modelar nomeada por eles de plastilina, fez parte do cotidiano do campo. Com o tempo, minha chegada no campo era saudada: plastilina chegou!!! E vinham sorridentes ao meu encontro. De fato, essa era a proposta: um encontro com a infância refugiada. A massinha conseguiu, com este grupo do Rio de Janeiro, construir um elo afetivo de brincadeiras que não foi possível nas outras cidades, provavelmente devido ao maior tempo de convívio com o grupo. Para Certeau (1994), “o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia, nos pressiona, nos oprime... o cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase sem retirada, às vezes velada. O que interessa ao pesquisador do cotidiano é o invisível” (p. 31). Os encontros no campo com a massinha e as crianças foram produzindo saberes, cumplicidades e intimidades. No começo, havia pequenas disputas, sempre marcadas por brigas corporais ou verbais, e muito medo da massinha acabar e ficarem sem nada. A brincadeira era ter para si e levar para casa, garantindo o seu pedaço. Com o tempo houve um entendimento que se poderia dividir ou esperar a próxima brincadeira, ainda assim era preciso levar para casa. Era importante para as crianças reterem algo para si, pois muitas foram as perdas, desde a partida de suas casas na Venezuela.



Figura 4 - Brincando de Massinha na entrada de uma das casas.

Outras atividades foram também propostas como: 1) **recorte e colagem** sobre as coisas que gostam no Brasil e na Venezuela; 2) **fazer o caminho, coletivo de saída da Venezuela e a chegada no Brasil em lona**; nesta atividade, relatam que andaram a pé, de ônibus e de avião; e 3) **ouvir músicas**, eles diziam que músicas gostavam, as caribenhas eram as preferidas, e procurávamos no canal *Youtube* do meu celular. Em geral, era uma atividade confusa, pois queriam ouvir várias melodias ao mesmo tempo e nem sempre chegavam a um acordo sobre qual música seria a escolhida. Como a transmissão da internet era muito ruim no local, por vezes, só falávamos das músicas preferidas, sem recorrer a escuta. Foram as meninas que manifestaram maior interesse pelos ritmos brasileiros.



Figura 5 - Crianças desenhavam o caminho da Venezuela para o Brasil.

Em todas as atividades, as crianças participaram e falaram muito dos seus gostos, saudades e descobertas. As técnicas aqui propostas buscaram compreender como essas crianças contam suas histórias, como se implicam e buscam apaziguar as mudanças em suas vidas, ficando reservada à escrita, uma interpretação do material coletado em diálogo constante com os saberes acadêmicos já existentes.



Figura 6 - Atividade de recorte e colagem com as crianças.

A música fazia parte da vida das crianças e das famílias nas instituições. Era comum caminhar próximo às casas, na instituição do Rio de Janeiro, e repercutir músicas dos seus interiores. As crianças cantarolavam enquanto

brincavam e desenhavam, quase sempre inaudível, uma espécie de embalo para si. Como na instituição era proibido falar em espanhol com os venezuelanos, pois o entendimento é que eles precisavam dominar rapidamente o português, a música venezuelana ficava restrita ao universo particular das famílias, no interior de suas casas.

Na festa de Natal de 2021, foi nítida a diferença de comportamento das crianças e dos adultos quando se trocou as músicas selecionadas em português para o espanhol. Foi escutando os adolescentes que chegavam que sugerimos uma nova seleção musical, convidando os presentes a escolherem as melodias de suas preferências. A festa ganhou um novo sentido, as crianças começaram a dançar e a pular, animadas com a chegada dos presentes doados pela instituição, através de uma campanha junto aos doadores.

Em São Paulo, a música estava na cozinha, enquanto preparavam as refeições. O som baixo era abafado pelas conversas do ambiente. Em Boa Vista, não ouvimos música nos dias que estivemos em campo, contudo o coordenador comentou que todos, inclusive ele, gostavam de ouvir.



Figura 7- Festa de Natal com músicas venezuelanas.

Para Winnicott (1975), “o lugar em que a experiência cultural se localiza está no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente. O mesmo se

pode dizer do brincar. A experiência criativa começa com o viver criativo, manifestado primeiramente na brincadeira” (p. 139). O ato de brincar, de externalizar as experiências vividas ou suas fantasias, elaborando realidades reais, imaginárias ou simbólicas, é o caminho escolhido pelas crianças de estar no mundo. A alteridade infantil é marcada pelo olhar e pelas palavras maternas e paternas. Essa relação marca um lugar, uma existência simbólica que dá a criança ferramentas para enfrentar os desafios cotidianos e o poder de resiliência.

4.1 Entrevistas com Pais e Técnicos

Para ampliar a compreensão dessa infância em deslocamento, para além da observação participante, entrevistamos 25 famílias das crianças, entre pais e/ou mães, buscando compreender sua visão sobre o processo migratório e adaptação ao país anfitrião, com ênfase nas necessidades e dificuldades infantis. Quatro (04) famílias se recusaram a falar ou relembrar o processo de partida e chegada, todavia permitiram que seus filhos e netos participassem da pesquisa.

Na tabela 1 apresentamos dados das famílias entrevistadas, indicando situações em que responsáveis foram entrevistados. Aproveitamos para apresentar na coluna 4 um painel geral das crianças que participaram das atividades etnográficas descritas acima. As famílias, em sua maioria, tinham em média 3 filhos ou mais. As crianças muito pequenas, até 4 anos, evitavam sair de perto das mães e pouco se envolviam nas atividades propostas. Em geral, eram as crianças entre 5 e 10 anos que aceitavam bem participar dos desenhos

e das atividades lúdicas. Como são os pais que buscam primeiro o trabalho formal e as mães ficavam no cuidado com as crianças, foram elas as mais entrevistadas. Com a entrada na escola e a rotatividade das famílias na instituição, nem sempre era possível conversar individualmente com toda a família. Passaram pela pesquisa 25 famílias, destas: 21 pais/mães foram entrevistados e 32 crianças desenharam.

Tabela 1 - Famílias entrevistadas nas instituições de acolhimento pesquisadas

Familiar entrevistado	Núcleo familiar	Instituição	Nº crianças participantes da pesquisa/desenho	
F1 Pai	Família 1	BV	cri1_F_8ANOS,	cri2_F_6ANOS
F2 Mãe	Família 2	BV	cri3_F_4ANOS	-
F3 Mãe	Família 3	BV	cri4_F_9ANOS	-
F4 Mãe	Família 4	BV	cri5_F_8ANOS,	Cri6_F_5ANOS
F5 Mãe	Família 5	SP	cri7_F_10 ANOS	cri8_M_4ANOS
F6 Mãe	Família 6	SP	cri9_F_4ANOS	cri10_F_10ANOS
F7 Mãe	Família7	SP	cri11_M_10ANOS	cri12_F_8ANOS
F8 Mãe	Família 8	SP	cri13_F_9ANOS	cri14_F_6ANOS
F9 Mãe	Família 9	RJ	cri15_F_7ANOS	-
F10 Pai	Família 10	RJ	cri16_M_6ANOS	-
-	Família 11	RJ	cri17_F_8ANOS	cri18_F_9ANOS
F11 Mãe	Família 12	RJ	cri19_F_9ANOS	cri20_F_5ANOS
-	Família 13	RJ	cri21_M_7ANOS	cri22_F_5ANOS
F12 Mãe	Família 14	RJ	cri23_F_9ANOS	-
F13 Mãe	Família 15	RJ	cri24_F_5ANOS	cri25_F_8ANOS
F14 Mãe	Família 16	RJ	cri26_M_10ANOS	cri27_F_6ANOS
F15 Mãe	Família 17	RJ	cri28_F_9ANOS	-
F16 Mãe	Família 18	RJ	cri29_M_10ANOS	-
F17 Mãe	Família 19	RJ	cri30_F_4ANOS	-
F18 Mãe e pai	Família 20	RJ	-	-
F19 Mãe	Família 21	RJ	-	-
-	Família 22	RJ	cri31_M_8ANOS	-
F20 Mãe	Família 23	RJ	-	-
F21 Mãe	Família 24	RJ	-	-
-	Família 25	RJ	cri32_M_7ANOS	-

Nota: (-) ausência de entrevista

Também realizamos 16 entrevistas com os profissionais das 04 instituições de acolhimento participantes da pesquisa que apresentaremos a seguir. São coordenadores das casas e de projetos, educadores sociais (a maioria com curso universitário concluído) e profissionais liberais. Foi utilizado um roteiro semiestruturado (Apêndice 5) que permitiu a identificação e descrição dos fluxos de trabalho (acolhimento, atendimento e encaminhamento) de serviços dos Estados de Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro que se destinam à proteção de crianças refugiadas. Outros 03 profissionais de instituição da área da Educação que atende no contraturno escolar foram entrevistados em Boa Vista, por atenderem crianças refugiadas em situação de extrema vulnerabilidade social. O mesmo roteiro de entrevistas foi utilizado para os

profissionais da área da educação, uma vez que todos exerciam a mesma função – acolhimento de crianças.

Tabela 2 - Entrevistas com profissionais das instituições de acolhimento e da educação.

SUJEITOS	PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS	IDADE/SEXO	INSTITUIÇÃO
Profissionais das instituições de acolhimento			
P1	Coordenador Institucional (Assistente Social)	48 anos/F	Rio de Janeiro
P2	Educador Social (Superior incompleto)	46 anos/M	Rio de Janeiro
P3	Educador Social (Ensino Médio - Curso normal: formação de professores)	23 anos/F	Rio de Janeiro
P4	Educador Social (Pedagoga)	51 anos/ F	Rio de Janeiro
P5	Assistente Social	- /F	Rio de Janeiro
P6	Psicólogo	61 anos/F	Rio de Janeiro
P7	Coordenador Institucional (Filósofo)	59 anos/M	São Paulo
P8	Coordenador de Projetos (Mestrado)	-/F	São Paulo
P9	Coordenador de Projetos (Advogada)	27 anos/F	São Paulo
P10	Educador Social (Filósofo)	43 anos/M	São Paulo
P11	Educador Social (Advogada)	39 anos/F	São Paulo
P12	Coordenador da Casa (Sociólogo)	29 anos/M	Boa Vista
P13	Coordenador da Casa (Superior)	- /M	Boa Vista
Profissionais da Educação entrevistadas			
E1	Educadora Social (Pedagoga)	40 anos/F	Boa Vista
E2	Educadora Social (Pedagoga)	35 anos/F	Boa Vista
E3	Educadora Social (Pedagoga)	31 anos/F	Boa Vista

4.2- As instituições de acolhimento e o desafio do trabalho com crianças

A partir das experiências cotidianas e do trabalho com crianças, percebi que a estrutura dos espaços de vivências das crianças oferece a elas relações e práticas que marcam seu desenvolvimento e, por outro lado, estas relações lhe possibilitam agir neste mesmo espaço, transformando-o e a si próprias. Por isso, é importante ficar atenta para não partir do princípio de que o processo de refúgio será devastador para todas as crianças, no particular, e nem para toda a

categoria de infância, no geral. Não perder de vista que os produtos da pesquisa são sempre aproximações de uma dada realidade (DESLANDES E GOMES, 2004). Para Malilowski (1990), “é nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele” (p. 34).

Devido a pandemia de Covid-19, os contatos com as instituições de acolhimento foram suspensos durante o ano de 2020. Aguardamos ainda o processo de qualificação e aprovação do projeto de pesquisa no primeiro semestre de 2021 antes da retomada e início da pesquisa de campo. No Rio de Janeiro foram contatadas duas instituições de acolhimento, apoiadas pela ACNUR, e provenientes da operação acolhida do Governo Federal. A primeira recebe famílias vindas de Boa vista e Pacaraima e é a unidade em que realizamos o campo de pesquisa mais extenso; a segunda Casa de Acolhimento que estávamos em contato anunciou o fechamento após a realização de uma entrevista *on-line* com a coordenadora (antes mesmo de fazer qualquer visita presencial), ainda em meio a pandemia. Recebia mulheres-mães com seus filhos em situação de vulnerabilidade.

Na cidade de São Paulo e em Roraima, o contato foi com o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR) que faz parte de um grupo de entidades da sociedade civil, junto com agências das Nações Unidas como a Agência da ONU para refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que apoiam a operação acolhida do Governo Federal, desde 2018, para diminuir a pressão do fluxo migratório venezuelano no Estado de Roraima. Na cidade de

São Paulo, foi estabelecido o contato com a casa de passagem Dom Evaristo², local de acolhimento de migrantes venezuelanos. Devido a vários surtos de Covid-19 na instituição e trocas de gestão, o início do campo foi adiado algumas vezes, ficando para o mês de setembro de 2022 a visita da pesquisadora. Em Roraima, o contato foi com a casa de passagem Dom Hélder³, que atende e acolhe famílias venezuelanas com crianças, preparando a documentação para ingresso no processo de interiorização da operação acolhida.

Assim, no total, foram 04 as instituições entrevistadas, visitadas e acompanhadas. Todas as famílias acolhidas pelas instituições eram provenientes da Operação Acolhida do Governo Federal. Portanto não atendiam demandas espontâneas, embora houvesse demanda. A seguir apresentaremos, as quatro instituições que foram visitadas na pesquisa.

Cidade do Rio de Janeiro

Como um dos destinos do processo de interiorização dos Venezuelanos pelo Governo Federal, a cidade do Rio de Janeiro passou a acolher famílias a partir de 2018, em duas casas de passagem apoiadas pelas agências da ONU e organizações da sociedade civil. A primeira, voltada para mulheres/mães e crianças. E a segunda, recebendo famílias com pais, mães, avós e crianças. Em ambas, aguardamos o início da vacinação contra COVID-19 para iniciar os contatos presenciais.

Foi fundamental começar o estudo na cidade do Rio de Janeiro, lugar de moradia da pesquisadora, abrindo um novo universo de experiências que

² Nome fictício.

³ Nome fictício.

permitiram conhecer e elaborar as histórias contadas, suas nuances e as escolhas/saídas encontradas pelas famílias refugiadas e suas crianças.

Instituição 1 - Casa de acolhida Irmã Dulce⁴

Foi realizada uma entrevista no dia 10 de novembro de 2021, *on-line*, com a Coordenadora da Casa pela OBS Studio, um programa gratuito de codificação e transmissão de vídeo. A entrevista durou 58 min e foi gravada com a permissão da Coordenadora. A capacidade de atendimento da instituição era de 40 mulheres, em torno de 6 a 7 famílias. Com a pandemia, esse quantitativo foi reduzido e o grupo ficou isolado, até o início da vacinação pelo SUS. Nos foi revelado, durante a entrevista, que a instituição estava encerrando suas atividades até o final de dezembro de 2021, por falta de recursos financeiros. As famílias que ainda estavam lá, seriam encaminhadas para acompanhamento e atendimento na rede de apoio já existente no município.

Quando em funcionamento, a instituição contava com três funcionários: a Coordenadora da casa, um zelador venezuelano que também exercia o papel de acolher quem chegava a casa, e uma cozinheira, ex-acolhida da casa. O tempo de permanência das famílias na instituição ficava entre 3 e 6 meses.

Instituição 2 - ONG Vila de Infâncias⁵

A pesquisa de campo nesta instituição durou 9 meses (outubro de 2021 a julho de 2022). Durante este período, foi realizada observação participante

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

orientada pelo método etnográfico, acompanhando os processos do dia a dia da organização, circulando pelos espaços, interagindo e escutando equipe técnica, famílias, crianças e, buscando compreender, através das brincadeiras, choros e apegos, do que as crianças falavam sobre si.

A entrada no campo foi adiada algumas vezes devido a pandemia de COVID-19. Para evitar o contágio, a instituição não permitia a circulação de pessoas de fora. Todas as atividades externas foram canceladas. Quando iniciei, presencialmente, o uso de máscara era obrigatório. O espaço contava com muitas áreas abertas e verdes o que facilitava a circulação e não aglomerações. A volta ao normal - de livre circulação e retorno dos cursos e aulas de parceiros e voluntários destinadas à população da comunidade localizada próxima a instituição – foi retomado plenamente no decorrer da pesquisa de campo.

A instituição é grande. Além de contar com uma área verde extensa, possui 11 casas, oito reservadas para o acolhimento das famílias, duas para apoio administrativo/atendimento e uma casa para atendimento e acolhimento das crianças. Cada casa tem: 04 quartos, banheiros, sala com 02 ambientes e cozinha. Cada domicílio comporta até 4 famílias. A equipe dispõe de uma coordenadora, educadores sociais, psicóloga, assistente social, voluntários, doadores e diversos parceiros, governamentais e não governamentais. Acompanhei a chegada de alguns grupos. Quase sempre chegavam na madrugada ou nos feriados. O dia da chegada era sempre reservado para o descanso das famílias, pois a viagem era longa. O destino do voo de Boa Vista era São Paulo e o restante do percurso para se chegar no Rio de Janeiro, era feito de ônibus. Em média, cada grupo tinha 40 pessoas, com números significativos de crianças até 10 anos de idade.

Para se chegar às crianças, era preciso subir o morro. Uma caminhada que pode ser feita andando, de van ou de carro. Próxima a instituição de acolhimento das famílias venezuelanas, fica uma comunidade, denominada Monte do barco⁶. Lá, inicialmente, uma ocupação de nordestinos migrantes, passou a acolher diversas famílias refugiadas, oriundas da instituição de acolhimento. O início da subida é para todos. Mais ao alto, uma bifurcação divide os caminhos da comunidade e da instituição de acolhimento. A partir da separação, o caminho é guiado pelas jaqueiras que recepcionam na chegada. No portão de entrada, sempre aberto, não há crianças. Elas preferem ficar mais ao fundo, próximo das casas que estão morando provisoriamente.



Figura 8 – Subida para chegar na ONG Vila de Infâncias.

Mais ao fundo, há um campo verde, maior que um campo de futebol, cercado por grandes árvores e um muro alto que encerra a instituição por um lado e do outro fica a rua. É neste refúgio que as crianças e, por vezes, adultos

⁶ Nome fictício.

e adolescentes se acolhem e vivenciam as brincadeiras, as brigas, as trocas sobre o novo país e recebem o calor do sol. Não se fala, espontaneamente, do caminho até chegar aqui. Se conversa sobre o presente, a escola e a comida que agora podem fazer, de acordo com os seus gostos e temperos.

Há também uma quadra de futebol coberta, espaço usado por todos e fica próximo da casa administrativa e na entrada da instituição. A equipe técnica realiza reuniões, palestras, atividades recreativas com voluntários e eventos. A comunidade próxima, também usa para jogar futebol, assim como os meninos e adolescentes da instituição.

Embora a instituição contasse com vários espaços abertos e fechados, havia uma dificuldade da equipe em garantir espaços reservados para as entrevistas com as famílias e com as crianças. Com tempo, foi ficando explícito um certo desconforto, em especial com o lugar que era dado pela pesquisa à escuta das crianças. O incômodo, passava por algumas regras que iam surgindo com a presença mais constante da pesquisadora, como: crianças não podiam circular pela casa administrativa, se usasse o espaço da casa das crianças (brinquedoteca), não poderia deixar nada fora da ordem e nem permitir que as crianças levassem brinquedos para suas casas. Lembrando que era na casa administrativa que conseguia realizar os desenhos com as crianças, uma vez que não era permitido entrar nas casas onde as famílias estavam abrigadas.

Uma vez na instituição, as famílias têm um período de 03 meses para conseguir um trabalho e buscar um lugar para morar. Em geral, acabam fixando residência na comunidade mais próxima, construída por migrantes nordestinos e que vem acolhendo as famílias venezuelanas. Há uma força tarefa dos profissionais da instituição e seus parceiros na busca pelo trabalho formal aos

refugiados, além de uma articulação direta com as escolas e serviços de assistência social do território. Estas agendas, imprescindíveis para a proteção e garantia dos direitos educacionais e sociais das crianças, acabam silenciando ou deixando para depois a escuta do que as crianças estão achando de tudo isso. As consequências, por vezes, se revelam em preconceitos e xenofobia nos espaços escolares e no território. Durante algumas atividades, eram comuns os relatos das crianças acerca de orientações dos pais sobre como se comportar diante de brasileiros.

Cidade de São Paulo

Instituição 3 - Casa de Passagem Dom Evaristo⁷

A cidade de São Paulo comporta várias instituições de acolhimento e apoio às famílias venezuelanas refugiadas e de outras nacionalidades, oriundas do programa de interiorização do Governo Federal e também dos que fazem o trajeto de forma particular⁸. A proximidade territorial entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro pode dar a impressão de facilidade entre os campos. Na verdade, foi marcado por duas grandes dificuldades: o fechamento da instituição para o público externo devido à pandemia por covid-19 e a mudança da

⁷ Nome fictício.

⁸ <https://migramundo.com/conheca-ongs-que-apoiam-migrantes-e-refugiados-no-brasil-e-aceitam-voluntarios>

coordenação de projetos, ponto focal das interações entre a pesquisadora e a instituição.

A escolha por acompanhar uma instituição em particular, dentre tantas outras, se deu pela aproximação com um amigo que já trabalhava com o acolhimento e apoio às famílias venezuelanas em uma instituição religiosa, com uma rede extensa de atendimento, incluindo outras capitais brasileiras, como a cidade de Boa Vista.

A chegada em São Paulo foi pela rodoviária. Descer do ônibus, tomar café e pegar o metrô para chegar a instituição foi fácil, pois todos falavam o mesmo idioma e conseguia compreender quais caminhos seguir. Isso não impediu de pegar o ônibus errado e refazer o percurso. Chegar a lugares que desconhecemos gera tensão e medo do não acolhimento. Ao chegar a instituição, ainda cedo da manhã, busquei ver se tinha alguém por dentro do portão e uma troca de olhares com uma criança que imediatamente gritou, em espanhol, me fez entender que estava no lugar certo. Para a pesquisadora foi dito, no portão de entrada, que a máscara era obrigatória. Embora os rigores sanitários estivessem em baixa e não fosse mais obrigatório na cidade, imediatamente recuperei a máscara da bolsa. Foi a coordenadora de projetos que veio abrir o portão. Uma mulher jovem e de estatura mediana, veio ao meu encontro. Descobri depois, na entrevista e em conversas paralelas, que tratava-se de uma jovem paulista, estudiosa e com experiência no tema de acolhimento de refugiados. Algumas horas depois, já apresentada a casa, o diretor chega. Um homem alto, descendência japonesa e muito simpático. Embora o acolhimento à pesquisa tenha sido imediato, deixaram claras as regras: não fotografar, não gravar, não fazer perguntas sobre a viagem deles até aqui. Na

conversa, apresento com mais detalhes o objetivo da pesquisa e aprovação pelo conselho de ética da pesquisa. Com os esclarecimentos, nos foi permitido saber das famílias sobre o processo de chegada ao país e a instituição, além de gravar, com a devida permissão, algumas entrevistas. Neste intervalo, chega a educadora social que é venezuelana, refugiada e uma das primeiras mulheres a serem assistidas pela instituição, quando esta iniciou o acolhimento de famílias venezuelanas, há aproximadamente 5 anos. Este grupo me convida para almoçar, fora da instituição. Entendo o convite como uma maneira de conhecer melhor suas intenções, afinal, eram guardiões de famílias em situação de refúgio. Convite aceito.

Em São Paulo a instituição está localizada em um bairro residencial, numa rua silenciosa e vasto comércio no entorno. Começou suas atividades em 2019, recebendo inicialmente jovens casais venezuelanos e posteriormente famílias com crianças. Embora seja mais distante do centro da cidade, é fácil o acesso pelo transporte público. A casa, para quem chega, parece pequena. Tem um portão grande de garagem e outro menor para entrada individual, ao lado. O muro alto, não permite visualizar o que acontece dentro, embora seja comum os transeuntes espicharem o olhar para seu interior, especialmente quando as crianças estão brincando na parte da frente da casa. Há uma placa de identificação, logo na entrada.

Passando do portão pequeno, uma escada de 3 a 5 degraus nos deixa na porta da sala de estar. A sala é grande, comprida e faz um L no final, à direita. Boa parte do entorno do espaço é preenchido com vários sofás e uma mesa de jantar no centro. Tem uma televisão na parede ao fundo, passando desenhos do canal *YouTube*, em espanhol, e algumas crianças assistindo, nem percebem

minha chegada. Uma janela grande com grades, à esquerda de quem está à porta, permite a luz da rua entrar. Encostada a porta da entrada e ao lado do sofá tem uma casa grande de bonecas. Ninguém brinca! Mais tarde soubemos que foi uma doação da coordenadora de projetos e que tem regras e horários para brincar com a casa.

No corredor à direita tem um banheiro para os profissionais que trabalham na casa e à esquerda, quase em frente, a sala dos técnicos. Entre os dois espaços, há um quadro de avisos no alto da parede com informações em português e espanhol sobre o uso dos brinquedos pelas crianças, regras de convivência da casa. A altura do quadro não permite que as crianças consigam ler, apenas adultos. A sala dos técnicos é pequena e foi muito acolhedora durante a pesquisa. Tem uma bancada com computadores e uma janela de vidro que visualiza a sala de entrada. Foi lá que realizamos as entrevistas com os educadores sociais, coordenação e direção.

Em frente a sala dos técnicos tem uma escada que leva aos cômodos. Cada família fica em um quarto. São 04 quartos neste andar e mais um no prédio anexo, nos fundos da casa. Assim, a capacidade de atendimento da instituição é de 5 famílias, uma por quarto. No período em que estivemos na instituição, estavam abrigadas 5 famílias, totalizando 25 pessoas. Destas, 09 eram crianças até 10 anos de idade.

Descendo a escada e voltando para o corredor, em dois passos estamos na cozinha. A luz forte revela o lugar mais claro da casa. É ampla e parece ser o ponto de encontro e conversas entre as famílias e os profissionais. Tem outra porta de acesso ao corredor da rua e a parte dos fundos da casa. Na cozinha tem uma mesa redonda grande, onde são servidas as refeições, divididas com

a mesa da sala principal. Foi nela que aconteceram as entrevistas com as famílias e as crianças desenharam. Cada dia tem uma família responsável pelo preparo dos alimentos e manutenção da limpeza da casa. Um quadro de avisos na cozinha lembra a todos o cardápio e quem é responsável por ele. A escolha dos alimentos é feita pelo grupo de famílias que estão naquele momento na casa.

	Segunda Feira	Terça Feira	Quarta Feira	Quinta Feira	Sexta Feira	Sábado	Domingo
Café da Manhã	Pão com margarina, café e leite.	Pão com margarina, café e leite.	Pão com margarina, aveia.	Pão com margarina, café e leite.	Pão com margarina, café e leite.	Arepa com presunto e chocolate.	Dois ovos mexidos e café e leite
Almoço	Arroz, bife, salada, suco.	Arroz com frango e suco.	Macarrão, carne moída e suco.	Arroz com frango e suco.	Macarrão, frango e suco.	Arroz, Feijão preto, carne desfiada, banana da terra frita e suco.	Macarrão com carne moída, e suco.
Janta	Arepa, margarina, apresuntado.	Arepa com margarina, queijo mussarela.	Arepa com margarina, salsicha ao molho.	Arepa com margarina, ovo mexido.	Arepa com presunto.	Hot dog (pão, salsicha, maionese, repolho, catchup, mostarda), suco.	Arepa com margarina, mortadela e suco.

Figura 9 - Cardápio preparado pelas famílias em acolhimento.

No fundo da casa, tem um pequeno quintal para estender as roupas lavadas e um quarto reservado para casos de covid-19. Em frente ao quarto tem uma escada estreita que leva para a um terraço com churrasqueira, com uma vista aberta para o bairro. Antes da pandemia, realizavam encontros e festas, momentos de confraternização entre as famílias. A coordenação atual não chegou a participar, apenas ouviu falar que era assim. Não pensam em retomar esta atividade a curto prazo.

Na volta do almoço, a equipe reúne as famílias e apresenta a pesquisadora. Nesta casa falei, pela primeira vez, para um grupo de famílias reunidas sobre a pesquisa, mesmo tendo passado 9 meses em outra instituição. O olhar deles sobre mim me fez falar da minha posição de pesquisadora e de uma migrante interna, contando um pouco da minha história. Foi um momento muito acolhedor e todos concordaram em participar da pesquisa. Este é o oitavo

grupo que passa pela casa. Em média, ficam 3 meses. Durante este período a instituição apoia na busca da inserção escolar para as crianças, de trabalho para os adultos/pais e acesso a políticas e programas de transferência de rede do Governo Federal através do CRAS mais próximo da instituição.

O dia a dia da instituição lembra o de qualquer família numerosa. Crianças vão à escola e no contraturno fazem as tarefas escolares, apoiadas pelos educadores sociais ou pelo diretor. Mulheres e homens que não trabalham fora se revezam no trabalho doméstico e nos cuidados com as crianças. A conversa é sempre em alto volume de voz e animada. As crianças já entendem a língua local e falam com os cuidadores na língua materna. São orientadas a não brincar na parte da frente da casa, evitando despertar a curiosidade de quem passa pela rua. Poucas são as atividades extras voltadas para as crianças. A instituição está mais preocupada em apoiar os pais na empregabilidade.

Para o trabalho dos voluntários e dos educadores sociais, a instituição entende que é preciso treiná-los. E como a equipe é pequena, acaba ficando no papel uma programação já feita e voltada para as mulheres, homens e crianças.

Na instituição, são comemorados, mensalmente, os aniversariantes do mês. Crianças e adultos relatam com muita emoção as comemorações. São festas com bolo, refrigerante e bolas coloridas. Para os profissionais, algo muito simples; para as crianças, algo quase inédito e, para as famílias, uma lembrança que tinham esquecido de como é bom celebrar a vida.

Cidade de Pacaraima - Roraima

Estamos na fronteira do Brasil com a Venezuela, primeiro momento de contato das crianças com o novo país. Neste local não visitamos uma instituição específica. Passamos um dia inteiro conhecendo o circuito de chegada das famílias migrantes no Brasil e alguns profissionais que atendem os migrantes. Viajamos de Boa Vista até Pacaraima de carro com profissionais do abrigo de Boa Vista que nos serviram de guias e nos ajudaram a obter algumas informações concedidas por profissionais locais que estavam de folga e eram conhecidos dos guias. Pudemos visitar e conhecer a cidade e os locais em que os migrantes circulam, trabalham e sobrevivem.

Pacaraima é um município muito pequeno e de movimentação intensa, devido ao fluxo migratório. Há um forte esquema de segurança na fronteira e nos abrigos, não sendo permitida a entrada e nem o acesso a informações básicas, como quantas pessoas estão abrigadas ou conhecer a estrutura interna dos abrigos. Também não era permitido fotografar. Para quem chega de Boa Vista, a cidade começa com uma pista reta asfaltada, que parece ter sido construída para receber ou dar vazão aos venezuelanos que chegam. As laterais da pista são ocupadas por abrigos e serviços (Polícia Federal, Exército, abrigos). O único prédio, recém reformado e que nos remete a estarmos numa cidade, é uma escola municipal. Ao lado dela, há uma rua que dá acesso ao comércio da cidade. Não se vê casas ou qualquer referência de pertencimento local.



Figura 10 - Escola em Pacaraima - na Fronteira.

Ao dar entrada no Brasil, adultos e crianças precisam passar por fluxos de retirada de documentação/protocolo de refúgio (nos postos de interiorização) e de saúde (cartão SUS, vacinas). É neste momento de entrada no País que se toma a decisão pela operação acolhida do Governo Federal. Nele, as famílias são levadas aos abrigos locais e posteriormente transferidos para outros abrigos ou casas de passagem, até o momento da chegada do processo de interiorização, quando há vagas. Quem não faz a opção de imediato pela operação acolhida, pode buscar vagas nos abrigos disponíveis em Boa Vista. Como o número de famílias que atravessam a fronteira é maior que o de vagas disponíveis, muitos moram ou vivem nas ruas.

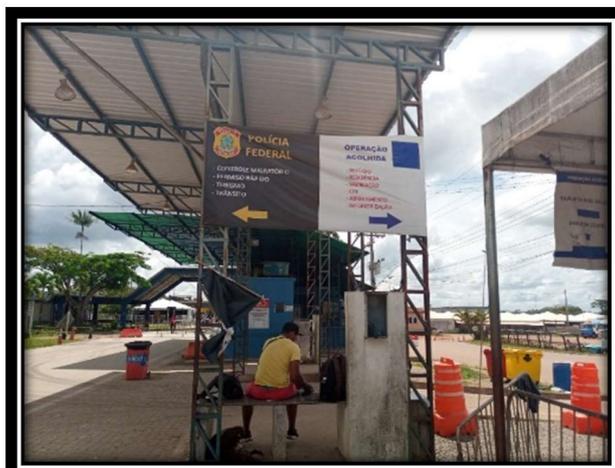


Figura 11 - Local de espera para atendimento – Controle Migratório.



Figura 12 - Abrigo de trânsito - Acolhimento para famílias em Pacaraima.

É preciso seguir! Embora atravessar a fronteira tenha um sentimento de chegada, o percurso só está iniciando, com poucas garantias de sucesso e contando com muita solidariedade das instituições envolvidas, do governo federal e da sociedade.

Sair de Pacaraima e chegar a Boa Vista, pode ser andando (vai durar alguns dias), de ônibus ou de carro (3 a 7 horas). A estrada é ruim, com vários trechos de terra e muitos buracos. No caminho há várias reservas de comunidades indígenas. A cidade de Boa Vista é o próximo ponto de chegada, depois de Pacaraima. Passando pela fronteira, é lá que as famílias buscam uma vaga nos abrigos⁹. É possível andar e ver famílias inteiras abrigadas em árvores, nas proximidades da rodoviária. É neste entorno que existem serviços de atendimentos breves, como o acesso a banhos e alimentação.

⁹<https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>



Figura 13 - Abrigo temporário para Banho e alimentação da população de Rua.

Cidade de Boa Vista – Roraima

Instituição 4 - Casa de Passagem Dom Helder

Quem nos recebe em Boa Vista é o Coordenador Geral de uma Instituição Religiosa de apoio aos venezuelanos refugiados. Um homem alto e de sorriso largo, talvez pela experiência da vida e do trabalho que realiza, acolhe como poucos. Rapidamente nos dá o panorama geral da entrada dos venezuelanos na fronteira e como a cidade vem se adaptando e acolhendo tantas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Um venezuelano! Chegou no Brasil como tantos outros, deixando sua vida e pertences lá na Venezuela e começando tudo outra vez. Quando fala da sua história, há arrependimentos, há incertezas, há medos, alegrias e muita resiliência. Foi com ele que conhecemos a cidade, os abrigos e as pessoas, brasileiros e venezuelanos, que constroem uma rede de cuidados com o outro em situação de vulnerabilidade.

Começamos nossa caminhada de táxi. O convite foi dar uma volta pelo circuito do refúgio, a partir da rodoviária, passamos pelos abrigos, pelo centro de

triagem, onde entramos e terminamos no Centro Social São Francisco Xavier, instituição que atende cerca de 200 crianças, nos dois turnos, com atividades educativas.

É por esse circuito que os venezuelanos recém-chegados circulam. Nada impede que possam percorrer outros espaços da cidade, assim como nada impede que os jovens negros da periferia transitem nos bairros nobres das metrópoles. Assim como nos centros urbanos, em Boa Vista, os mais pobres e vulneráveis têm o seu lugar inscrito no não dito.



Figura 14 - Abrigo Rondon 1 – mais de 2000 famílias vivem e aguardam o processo de interiorização.



Figura 15 - Abrigo Picumã: para refugiados com deficiência e doenças físicas.



Figura 16 - Posto de Triagem para documentação, trabalho e cursos - Boa Vista.

A casa de passagem em Boa Vista, em que nos detivemos para realizar a pesquisa, está em atividade há aproximadamente um ano (inaugurada em julho de 2021), as famílias ficam, em média, entre 20 e 60 dias, aguardando a viagem para reunificação familiar. Uma casa pequena e muito acolhedora que comporta até 5 famílias, com capacidade para 25 pessoas. Para se chegar aqui, é preciso passar pelo Serviço Jesuíta a Imigrantes e Refugiados ou pela Pastoral Universitária Jesuíta. A Operação Acolhida também recorre a casa para abrigar temporariamente famílias que estão próximas da viagem. É possível, também, abrigar famílias que estão em situação de rua, desde que estejam próximas do embarque pela operação acolhida.

A pesquisa de campo foi finalizada na porta de entrada: Cidade de Boa Vista. Desde o início da pesquisa, foi uma escolha fazer o caminho de trás para frente, pois o momento era de total desconhecimento da realidade objetiva: momentos de incerteza devido a pandemia de Covid-19 com fronteira fechada; e pouco conhecimento teórico dos processos de chegada-partida-interiorização das famílias venezuelanas refugiadas.



Figura 17 - Entrada da Casa de Passagem - Boa Vista.

Logo na entrada da casa de passagem, a esquerda, uma gangorra colorida e com crianças brincando, nos convidam para entrar. O coordenador, homem jovem, estatura mediana e um sorriso tímido nos apresenta a casa. Cada família ocupa um quarto e o banheiro é coletivo. O quintal é pequeno, contudo com muitas fruteiras e uma horta, cuidada pelas famílias. A equipe é pequena, o coordenador e 02 educadores sociais que ficam durante a noite, caso surjam intercorrências, como crianças doentes. Para chegar à sala da coordenação, passamos pela varanda e uma sala pequena, onde crianças assistem televisão e brincam pelo chão.



Figura 18 - Gangorra na parte interna da casa de passagem: porta de entrada.



Figura 19 - Quarto da Casa de Passagem.



Figura 20 - Quintal da casa de passagem

Instituição 5 - Centro social São Francisco Xavier – Boa Vista

Finalizamos nosso passeio de táxi no Centro Social São Francisco Xavier, instituição que atende cerca de 200 crianças venezuelanas e brasileiras, nos dois turnos, com atividades educativas. Aqui não realizamos atividades de entrevistas e sim visitação e observa o que nos permitiu conhecer melhor os traçados geográficos vivenciados pelas crianças e famílias migrantes.

O Centro social São Francisco Xavier, fica dentro do Complexo Consolata, um espaço onde abriga serviços para os refugiados e brasileiros: 1) Caritas Projeto Orinoca (acesso da população a lavanderia, banho e higiene pessoal, através de fichas que são distribuídas durante todo o dia); 2) Projeto Sumauma

- mexendo panelas (preparam e distribuem 1.500 quentinhas, aproximadamente, por dia para as pessoas que vivem no entorno da rodoviária)
- e; 3) IDMH Solidário - acesso à documentação básica.



Figura 21 - Projeto Sumauma - Mexendo Panelas.



Figura 22 - Centro Social São Francisco Xavier: atendimento para crianças no contraturno escolar.



Figura 23 - Projeto Caritas Orinoco – banho e lavanderia para refugiados e brasileiros.



Figura 24 - IDMH Solidário – acesso a documentação básica

No Centro Social São Francisco Xavier aproximadamente 200 crianças são atendidas, em sua maioria refugiados. A rotatividade é grande, pois a maioria está à espera da viagem rumo as suas novas casas, pela operação acolhida. Este processo, pode durar algumas semanas até anos. Poucas são as despedidas no centro. Quando uma criança anuncia que se vai, às vezes nem dá tempo de voltar no outro dia.



Figura 25 - Sala de atividades para as crianças de 8 e 9 anos.

O atendimento é por demanda espontânea. Além das atividades com os educadores sociais, há alimentação e orientação aos pais quanto aos cuidados e prevenções de violências. Não é incomum ouvir falar de abusos sexuais contra as crianças e adolescentes. A contação de histórias é uma das atividades preferidas pelas crianças.

Todos os dias é igual. As educadoras sociais pegam as crianças na porta, com os responsáveis. Logo na chegada tem uma refeição, café da manhã ou almoço. Depois bebem água, vão ao banheiro e seguem para a sala. Antes de entrar, na porta, tem uma acolhida para expressar as emoções: se quer ser abraçado, tem coração, um acolhimento. Tem o cantinho da leitura e música. Depois tem o tema integrador que é de acordo com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da Assistência Social – CRAS. Aqui no centro trabalhamos educação popular do Paulo Freire e a pedagogia Inaciana, somos da companhia de Jesus. Temos dois públicos. As crianças permanentes e rotativas. Quando elas chegam, eu já percebo quem é rotativo. Para eles, tudo é novidade: o banheiro, a comida, os materiais didáticos. Quando coloca um filme, ficam deslumbrados. O permanente, tem

uma condição básica de vida, pode ser venezuelano ou não. O rotativo é o da extrema vulnerabilidade, o da extrema pobreza. O rotativo migrante não tem acesso ao banheiro. Hoje, na roda de conversa, chegaram crianças rotativas. Eu contei uma história e apresentei a escova de dente e a pasta. Aí a gente descobre que alguns compartilham a mesma escova com toda a família. Nestes casos, encaminhamos para a assistência social da instituição. As histórias das crianças são de superação. As famílias não compartilham com as crianças que vão partir de seu país. Decidem a noite e de manhã vão embora. Eles têm mágoa dos pais. Choram dizendo que os pais não perguntaram se queriam ir embora. No centro, muitos têm medo de serem abandonados pelos pais. Para alguns, os pais saíram na frente e depois que voltaram para pegar eles na Venezuela. Uns 4 ou 5 meses para voltar para pegar. Algumas crianças lidam melhor com a migração. Umas preferem voltar, o coração está lá. Queria o

Amigo, o vizinho, a avó, o cachorro e começam a chorar. Já outros, gostam de estar aqui e aproveitam o máximo a cidade. Eles sofrem na escola com a xenofobia. Alunos dizem para voltar para a Venezuela e professores falam coisas fortes para eles, que magoam.

Educadora Social, atende crianças de 8 e 9 anos.

4.3 A interação com as crianças: campo, processamento e análise dos dados

O campo etnográfico foi registrado em 02 cadernos de campo descritivos, em áudios no *WhatsApp* e através de fotografias pelo celular. Após cada visita ao campo, registros eram feitos. A escolha para incluir a fotografia, como um registro dos momentos do campo, foi uma forma de ampliar o conhecimento sobre o tema e os lugares que acolhem famílias e suas crianças. Todos os registros fotográficos foram feitos pela pesquisadora durante o período da pesquisa de campo nas três cidades e estão arquivadas. Nas palavras de Rios et al. (2016), “a fotografia é um recorte da realidade, um corte que promove o congelamento do fluxo do tempo na imagem e, também, um recorte espacial da realidade através do ângulo, do enquadramento, e dos efeitos escolhidos para tratar do tema fotografado” (p.117).

O contato direto com crianças, famílias e profissionais no campo etnográfico, através da observação participante, possibilitou um envolvimento direto na temática da pesquisa. Caiafa (2007), comenta que a ida a campo exige

Algun grau de afastamento do meio familiar (...). A situação de pesquisa caracteristicamente oferece atrito, e é esse atrito que impulsiona o pensamento, que traz novidade. Essa é a dificuldade que está em jogo no trabalho de campo – não necessariamente as agruras figuradas nos preâmbulos convencionais”. (p. 148).

E, como as novidades eram muitas, recorremos ao registro em áudio no *WhatsApp*, como uma forma rápida de guardar os acontecimentos em tempo real. Para escrever a tese, inúmeras foram as releituras dos diários de campo e escutas dos áudios produzidos.

No que se refere ao **processamento** das informações obtidas em campo, as entrevistas foram gravadas na maioria das instituições e posteriormente transcritas através de um profissional especializado (entrevistas profissionais) e do *software* office 365 (entrevistas com as famílias), com correções da pesquisadora. Em uma das instituições não foi permitido gravar as conversas com as famílias e um dos profissionais também não permitiu o registro de sua fala por áudio. Nestes casos, as entrevistas foram anotadas no diário de campo.

A análise dos dados foi realizada em 3 partes: 1) análise etnográfica relatada nos cadernos de campo, registros de áudio em grupo de *WhatsApp* e fotografias; 2) análise de conteúdo no material das entrevistas; 3) análise dos desenhos.

Análise de conteúdo do material das entrevistas

Após realização e processamento das entrevistas, foi realizada análise de conteúdo (BARDIN, 1979) em sua modalidade temática (MINAYO, 2010). A

trajetória da análise das entrevistas seguiu as seguintes etapas: (a) pré-análise, onde foi realizada leitura flutuante das entrevistas, buscando mapear os sentidos atribuídos pelos sujeitos para as perguntas realizadas; (b) organização da estrutura de análise em planilha *Excel* com falas dos entrevistados, para facilitar a observação e análise dos sentidos expressos e latentes distribuídos em dois corpus de análise: profissionais e pais; (c) identificação de núcleos de sentido observados nas falas e elaboração de categorias de análise; (d) análise final dialógica e interpretativa, a partir da contextualização com o objetivos geral e específicos deste estudo.

Foram criados códigos de nomes de entrevistados, famílias e instituições para preservar a identidade de todos.

Desenhos

Todos os desenhos foram escaneados e salvos na nuvem. Em alguns casos, não foi possível ter total nitidez do desenho devido a leveza do traçado da criança. Nestes casos, para o estudo do desenho da criança, foi preciso recorrer ao desenho original. Todos os desenhos foram produzidos nas visitas ao campo, nas três cidades visitadas. A função dos desenhos nesta tese não visa avaliar nenhuma função de avaliação psicológica. É mais uma ação que permite se aproximar do universo infantil através de suas emoções.

Sobre os desenhos das casas, da família e do trajeto

Na cidade do Rio de Janeiro, embora a instituição de acolhimento fosse grande e com muitos espaços, não foi oferecido um ambiente reservado para as entrevistas e produção dos desenhos. Muitos eram os limites burocráticos da instituição. A cada dia um lugar era disponibilizado ou improvisado pela pesquisadora. As entrevistas com os pais, fazíamos na varanda das casas, sentados na calçada, visto que não era permitido entrar nas casas sem o acompanhamento de um técnico da equipe, ou em alguma sombra de árvore. Com as crianças, a maioria foi à mesa de jantar da sala principal da casa administrativa, onde era proibida a circulação de meninos e meninas sozinhas e local de passagem de famílias e técnicos, pois era caminho para a sala da assistente social. Ainda assim, a presença de irmãos, primos ou conhecidos das crianças que estavam desenhando, era relativamente comum.

Em Boa Vista, também não havia um ambiente reservado para a produção dos desenhos das crianças e entrevistas. A casa de passagem muito pequena, oferecia poucos espaços reservados. O espaço cedido foi a mesa grande das refeições, na varada, o lugar mais arejado da casa. Era inevitável a circulação de adultos e crianças e até o coordenador da casa vinha dar uma olhada nos desenhos em produção. Como a casa não dispunha de atividades lúdicas, a maioria das crianças ficaram em torno da mesa, com um pequeno distanciamento de quem desenhava, aguardando sua vez de fazer o mesmo. A presença de irmãos das crianças que estavam desenhando, era relativamente comum.

Em São Paulo, um espaço mais reservado no canto da cozinha ou na sala dos técnicos foi oferecido para as entrevistas com as famílias e para a produção dos desenhos das crianças. Quase nenhuma interferência externa.

Para cada criança foi oferecido um papel branco A4 e lápis 02 preto. Não foi oferecido borracha e algumas crianças ficaram chateadas com isso, no RJ. Em SP fui presenteada com uma borracha, para quando precisar. Em Boa Vista foi pedido, contudo não se importaram por não ter. Oferecer lápis colorido, a partir do segundo desenho, foi muito bem recebido pelas crianças. Poucas não utilizaram. Em Boa Vista, a mala foi extraviada e por não conseguir comprar lápis de madeira colorido, este foi substituído por *pilot* colorido.

A maioria das crianças, após apresentação da pesquisa, aceitava e gostava da ideia de fazer os 3 desenhos. Muitas queriam participar e todos os pais abordados concordavam com a participação dos filhos e, também, eram entrevistados. O desenho do trajeto foi o mais difícil. Algumas crianças se recusavam a desenhar justificando não lembrar, ou cansaço ou porque tinham outros afazeres.

No total, 32 crianças aderiram a proposta do desenho, com maior adesão ao desenho da família (31), seguido pela casa (29), a maioria desenhou a casa da Venezuela (18) e o trajeto que fizeram da Venezuela ao Brasil (19). Um total de 25 famílias participaram da pesquisa, e 32 crianças cujos desenhos foram analisados. Dentre as 32 crianças, 20 estavam na faixa dos 7 a 10 anos e o restante entre 4 e 6 anos. Considerando-se a distribuição por idade, mais crianças do Rio de Janeiro desenharam, local em que o trabalho de campo foi mais longo. Constatou-se predominância de meninas (24, média de idade 7,5 e

DP=2,0) frente a 8 meninos (média de idade 7,8, DP=2,6). Durante a pesquisa as famílias tinham mais filhos do sexo feminino que masculino.

Tabela 3 - Distribuição das crianças que desenharam família, casa e trajeto segundo cidade e idade (N=32).

Tipo de desenho	Categoria	Boa Vista (N=6)	São Paulo (N=8)	Rio de Janeiro (N=18)
Família	-	6	7	18
Casa	-	5	6	17
Trajeto	-	5	5	9
Total por faixa etária	4 - 6	3	3	6
	7-10	3	5	11
Total por sexo	Feminino	6	6	12
	Masculino	0	2	6

4.4 Revisão bibliográfica sistemática

O primeiro passo metodológico da pesquisa foi uma revisão bibliográfica sistemática sobre crianças refugiadas, realizada em seis bases eletrônicas de dados, referências nacionais e internacionais nas áreas da Saúde, Educação e Antropologia que culminou no artigo apresentado no capítulo a seguir “Desafios e perspectivas de crianças em situação de migração e refúgio: revisão sistemática”. Teve como objetivo analisar as abordagens utilizadas na literatura para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade.

Deste levantamento, foram selecionados 92 artigos publicados entre 2010 e 2019. Este trabalho de revisão apresentou as abordagens utilizadas na literatura para a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade no mundo. Como resultado desta revisão bibliográfica foi possível ampliar o olhar sobre as abordagens de pesquisas realizadas com crianças refugiadas e

migrantes até 10 anos de idade, o que contribuiu para o planejamento do trabalho de campo e para solidificar o conhecimento sobre o tema. Os resultados estão apresentados no capítulo 5.1.

4.5 - Considerações Éticas

Os resultados da pesquisa serão apresentados a todas instituições e profissionais envolvidos, famílias e crianças presentes nas instituições, de acordo com a NOB 001/12 do CNS-MS, na forma de apresentação oral ou escrita, a ser combinado com as coordenações.

A pesquisa realizada foi submetida e aprovada pelo Departamento de Pesquisa do Instituto Fernandes Figueira (IFF) e o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP – CAAE: 50573721.4.0000.5269). Considerando a faixa etária das crianças – 0 a 10 anos de idade, foram elaborados apêndices: um termo de assentimento informado (TALE); três termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os pais ou responsáveis, autorizando a participação e uso da voz e da imagem do seu filho/filha; para pais, mães ou responsáveis e para os profissionais envolvidos no acolhimento, tratamento e encaminhamento; dois roteiros de entrevista foram elaborados para os profissionais e para as famílias.

Para garantir a compreensão dos conteúdos dos documentos elaborados, pelas famílias e crianças, os termos de consentimento livre e esclarecido, o termo de assentimento informado e o roteiro de entrevista voltado para as famílias e as crianças foram traduzidos para o espanhol.

A realização de todo o campo etnográfico por mim, psicóloga com experiência com crianças e adolescentes, buscou a todo tempo minimizar a possibilidade de qualquer risco decorrente da pesquisa (emocional, principalmente), decorrente do tipo de assuntos abordados. Por esta razão, abordagens lúdicas foram prioritárias. Em São Paulo, foi dada a sugestão de uma mãe ser encaminhada ao serviço de psicologia e psiquiatria mais próximo, pois estava nítido que fazia um quadro de depressão expressivo.

Capítulo 5 – Resultados

5.1 Nas margens da insegurança: investigações sobre crianças em situação de migração e refúgio (*Aceito para publicação na Revista Physis, 2023*)

Resumo

Crianças são especialmente vulneráveis em situação de migração e refúgio pela exposição a tráfico, exploração sexual, abandono, fome, violências e detenções, capazes de comprometer o seu desenvolvimento. Objetiva-se analisar, através de revisão bibliográfica sistemática, as abordagens utilizadas para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade. Foram captados 92 artigos em seis bases das áreas de saúde mental e educação, publicados entre 2010 e 2019. Os impactos sobre a saúde mental chamam atenção pela severidade dos transtornos mentais que acometem as crianças refugiadas; na educação, os estudos apontam para a relação de cuidado dos profissionais desta área com as crianças. As principais técnicas de coleta de dados utilizadas nos estudos são: entrevistas, questionários, grupos focais e desenhos. Predominam textos na perspectiva das crianças e adultos falando sobre a criança. Mesmo as pesquisas que não partiram da premissa de dialogar com as lógicas infantis, construíram documentos capazes de refletir a experiência de adultos responsáveis pelas crianças. Legislações e protocolos de escuta de crianças por autoridades, levando em consideração o melhor interesse da criança, são escassos e pouco mobilizadores, não conseguindo unir esforços universais de proteção e garantia dos direitos fundamentais dessas crianças.

Palavras-chave: migração, refúgio, crianças, intervenções, desamparo.

Abstract

Children are especially vulnerable in migration and refugee situations due to exposure to trafficking, sexual exploitation, abandonment, hunger, violence and detention, which can compromise their development. The objective is to analyze, through a systematic literature review, the approaches used to investigate the migration and refuge situation of children up to 10 years. 92 articles were captured in six databases in the areas of mental health and education, published between 2010 and 2019. The impacts on mental health draw attention due to the severity of mental disorders that affect refugee children; in education, studies point to the care relationship of professionals in this area with children. The main data collection techniques used in the studies are: interviews, questionnaires, focus groups and drawings. Texts from the perspective of children and adults predominate, talking about the child. Even the researches that did not start from the premise of dialoguing with children's logics, built documents capable of reflecting the experience of adults responsible for children. Legislation and protocols for listening to children by authorities, taking into account the best interests of the child, are scarce and not very mobilizing, failing to unite universal efforts to protect and guarantee the fundamental rights of these children.

Keywords: migration, refuge, children, interventions, helplessness.

Introdução

A decisão de migrar, seja por razões climáticas, econômicas, perseguições, guerras e conflitos armados é muito impactante para crianças, famílias, grupos ou populações inteiras. No ano de 2019, o deslocamento forçado atingiu cerca de 79,5 milhões de pessoas no planeta, estimando-se que 34 milhões (40%) são crianças e adolescentes até 18 anos. Em torno de 68% dos refugiados são provenientes de cinco países: Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Myanmar. Os países que mais recebem são: Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha. Na última década, pelo menos 100 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas e buscarem refúgio dentro ou fora das fronteiras de seus países (ACNUR, 2019).

As crianças são muito vulneráveis, pois estão em risco de tráfico, exploração sexual, abandono e fome. A partida das pessoas do local em que vivem, a viagem e a repressão nas fronteiras, expõem as crianças a cenas traumatizantes de violência e a readaptação ao novo contexto ou país, afetando a saúde mental infantil (HARKENSEE *et al.*, 2021; MOCK-MUÑOZ DE LUNA *et al.*, 2020; MARES, 2020). A gravidade das deportações e detenções nas fronteiras são outros aspectos que agravam a vulnerabilidade infantil, assim como as condições de vida que estabelecem nos novos locais em que vivem (OIM, 2019; SCHERF *et al.*, 2020). O número global de crianças refugiadas e migrantes que se deslocam sozinhas aumentou quase cinco vezes desde 2010: pelo menos 300 mil crianças desacompanhadas e separadas de suas famílias foram registradas em cerca de 80 países em 2015-2016, contra 66 mil em 2010-2011, com muitas seguindo por rotas perigosas – à mercê de contrabandistas e

traficantes – para chegarem a seus destinos (UNICEF, 2017). Para o ano de 2022, o UNICEF prevê mais de 3,5 milhões de crianças afetadas pela migração, somente na América Latina e Caribe (UNICEF, 2021).

A infância é considerada o período crucial para o desenvolvimento humano (SOUZA *et al.*, 2015) e está incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 (ONU, 2015). No Brasil, em 2016, uma importante conquista dos direitos das crianças foi a Lei do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), que prevê o estabelecimento de políticas, planos, programas e serviços que buscam garantir o desenvolvimento integral das crianças até 6 anos de idade.

Há várias consequências para a saúde dos pequenos migrantes. Dentre elas o prejuízo educacional: 3,7 milhões de crianças refugiadas no mundo estavam fora da escola em 2018 (ACNUR, 2019). Outro fator são as barreiras linguísticas que causam redução de matrículas escolares, restringindo o direito à educação dos refugiados em todo o mundo. Há também significativa limitação ao acesso a serviços de justiça, educação, sociais e de saúde (UNESCO, 2019). No que tange à saúde mental das crianças, sintomas comuns em migrantes são: transtornos de ansiedade, depressão, medo da separação da família, entre outros (EL-KHANI, *et al.*, 2021; BENDAVID, *et al.*, 2021).

As vivências nesta fase têm impacto direto no desenvolvimento cerebral, contribuindo diretamente na construção e elaboração das emoções, da aprendizagem e do comportamento (FONSECA, 2016). Até os 10 anos as crianças estão construindo habilidades cognitivas e emocionais para lidar com o mundo adulto de forma autônoma, combinando e reelaborando de forma criadora, novas situações. (VYGOTSKI, 2018).

O objetivo do artigo é analisar as abordagens utilizadas na literatura para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade. Compreender a perspectiva da criança em deslocamento é algo que tem sido pouco explorado na literatura, que em geral prioriza aspectos educacionais das crianças migrantes (NEVES, 2018; NASCIMENTO, 2020). A necessidade da migração infantil ser mais investigada é reiterada pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais - CLACSO, que reforça a importância de a criança ser vista como sujeito ativo, que participa e opina sobre o que acontece em sua vida e de se buscar compreender através de suas narrativas como se dá o processo de integração em seus novos destinos (CLACSO, 2020). Investigar a migração através das narrativas infantis faz-se necessário, desvelando o medo e a coragem de cada sujeito envolvido, evidenciando memórias que se misturam a cenas do cotidiano, desvendando um passado e um presente marcados pela incerteza de um futuro próximo (PARAGUASSU, 2020; ARFUCH, 2016).

Metodologia

As perguntas norteadoras deste estudo são: quais as abordagens conceituais e metodológicas são utilizadas em pesquisas com crianças até 10 anos de idade em situação de refúgio? Existem estudos realizados a partir da visão infantil sobre o processo de refúgio e migração ou apenas relatos sob a perspectiva dos adultos? Para se responder a estas questões realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática de publicações localizadas e selecionadas em seis bases eletrônicas de dados: - Portal BVS, Scopus, Web of Science, Pubmed, Eric e Sociological Abstract, que são referências nacionais e

internacionais, especialmente nas áreas da Saúde e Educação, integrando diferentes áreas de produção científica. O levantamento das pesquisas se deu separadamente em cada uma das plataformas citadas.

A consulta inicial, realizada em 03 de setembro de 2019, teve como objetivo enquadrar o maior número possível de estudos no tema da criança refugiada entre 1955 (pós II Guerra Mundial) e 2019. Como estratégia de busca em português e inglês foram utilizados: ("Refugiado" OR "Infância refugiada" OR "Adolescência refugiada" OR "Centro de encaminhamento de Refugiados" OR "Refugiado reconhecido" OR "Direito ao asilo") AND ("Criança e Adolescente" OR Infância) AND ("Metodologias participativas" OR "Grupos operativos" OR "Observação participante" OR "Rodas de conversa" OR Desenhos OR Etnografia OR Observação OR "Grupo focal" OR "Termo de assentimento" OR "Representações sociais" OR Entrevista OR Questionário).

Não houve delimitação quanto ao idioma de publicação dos artigos, embora a maioria tenha sido escrito em inglês e nenhum em português. Os achados foram inseridos no gerenciador de referências Mendeley. Inicialmente 1.308 publicações foram rastreadas. Com número tão elevado, foi decidido manter apenas artigos publicados entre 2010 e 2019, considerada a década do deslocamento (ACNUR, 2019). Assim, 366 artigos foram excluídos por serem anteriores a este período.

Foram então selecionados 942 resumos, sendo excluídos textos duplicados e não relacionados diretamente ao tema da criança refugiada. Um total de 807 artigos foram eliminados pelos critérios de exclusão: estudos com adolescentes, adultos e idosos; texto focado em mãe e famílias; priorização de ação de profissionais sobre migrantes; não inclusão de refugiados e migrantes;

infância e adolescência com idade ignorada; estudos biográficos; validação de escalas epidemiológicas; publicações em livros, teses, dissertações; artigos não localizados. Devido à escassez de artigos existentes com foco na saúde física (pediatria, enurese, fonoaudiologia, acesso alimentação e HIV/AIDS), definiu-se por sua exclusão pois dispersariam a análise. Ao final, foram selecionados 92 artigos (figura 26).

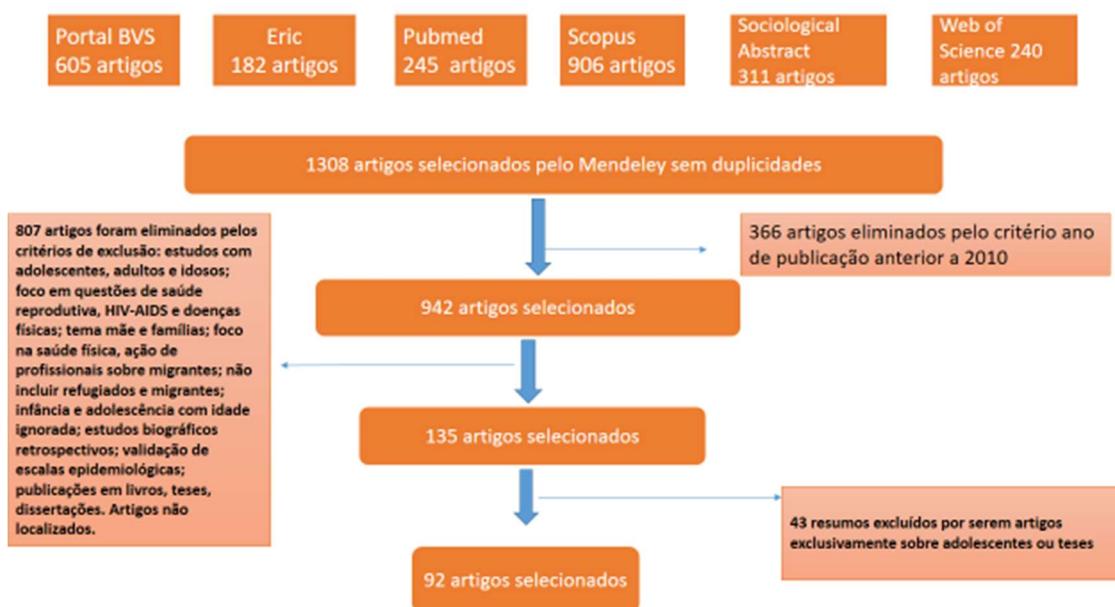


Figura 26 - Fluxo de localização e seleção dos artigos

Buscou-se a versão completa dos 92 artigos selecionados. Após leitura dos textos completos, foi elaborada uma planilha Excel com as seguintes questões: local onde o estudo foi realizado; faixa etária; priorização de gênero; raça, cor e etnia; país de origem do migrante; país de chegada do migrante; conflitos no local de origem; tipo de estudo; metodologia e técnicas abordadas; criança como centro da fala; situação retratada da criança; principal área de estudo; condições de vulnerabilidade dos migrantes.

Na fase de análise dos dados os artigos foram categorizados em dois *corpus* pelo foco prioritário em questões de saúde mental (N=70) e educação (N=22). Em cada um destes itens são abordados quatro eixos analíticos referentes ao protagonismo da criança e sua expressão de pensamentos, forma de ver o mundo, vivências, e recordações sobre o processo de refúgio: I) a criança falando sobre si (N=31) - pesquisas que tomaram a fala da criança como prioridade; II) o adulto falando pela criança (N=15) - estudos que levaram em consideração depoimentos e relatos de pais e cuidadores sobre crianças pequenas; III) a criança e o adulto falando sobre a criança (N=36) - pesquisas que envolveram adultos e crianças, dando importância igual ao relato de ambos; IV) estudos de revisão com diversos documentos sobre crianças, pais e profissionais participantes (N=10).

Resultados

Dentre os 92 artigos analisados, a maioria foi referente à saúde mental (76%), seguida da educação (24%). O maior percentual de publicações ocorreu entre 2016 e 2019 (65%). Ressalta-se que houve um aumento significativo no fluxo migratório a partir de 2015, partindo da África e Oriente Médio para os países da Europa, o que pode ter contribuído para o aumento dos estudos sobre e com crianças refugiadas a partir desta data.

A idade das crianças no acervo selecionado variou entre 0 e 20 anos, pelo fato da existência de amplo espectro etário em alguns estudos. Em 23% dos estudos não foi possível identificar a idade exata da amostra dos sujeitos, assegurando-se, entretanto, a presença de crianças menores de 10 anos.

Pesquisas que envolveram apenas crianças até 10 anos ficaram em torno de 22% da amostra total; até 12 anos: 16%; até 18 anos: 35%; até 20 anos: 1%. Três estudos 3% definiram a idade inicial acima dos 6 anos, contudo não delimitaram a idade limite de participação.

As abordagens e técnicas metodológicas utilizadas nos estudos podem ser observadas na tabela 4, constatando-se a diversidade de técnicas e de entrevistados (crianças, pais e profissionais). A maioria dos artigos optou por usar entrevistas (individuais, grupais, semiestruturadas, estruturadas, em profundidade, por telefone ou pelo computador), que eram acompanhadas de outros métodos, como questionários, grupos focais, observação participante e desenhos. Os estudos que optaram pelos questionários, em sua maioria, não utilizaram outras técnicas associativas. A utilização da técnica do desenho, foi amplamente recorrida quando se prioriza a criança falando sobre si. As observações (campo, participante e por filmagens de vídeo de sessões de interação entre pais e filhos) foram mais utilizadas nas pesquisas envolvendo o tema da educação, sendo pouco explorados no tema da saúde mental. As etnografias surgiram nas pesquisas que envolviam crianças, tanto nos temas da saúde mental como da educação. Outra estratégia pouco utilizada foram as fotografias. As narrativas de crianças e educadores surgiram quando a criança falava sobre si e nos estudos em que se agregam a criança e o adulto falando sobre a criança, especialmente em pesquisas que abordam o processo de assimilação de uma nova cultura/identidade e o quanto as práticas familiares trazidas ainda permanecem nas crianças no contexto pós-migração. Algumas técnicas foram pouco utilizadas, como exercícios de modelagem, linha da vida e flor de necessidades, esta última aplicada junto com a contação de histórias e

entrevistas para detectar as necessidades psicológicas de crianças refugiadas, identificando o que as deixava em paz e proporcionava conforto físico. Apenas um documento utilizou jogo digital entre crianças refugiadas e holandesas, no contexto escolar, analisando-se interações físicas, lúdicas e, por extensão, interculturais.

Tabela 4 - Abordagens metodológicas para a coleta de dados com crianças em situação de refúgio e migração (N=92)

Abordagens	N*
Entrevistas	45
Questionário, formulário, testes e escalas	32
Observação (participante, campo, gravações de vídeo)	19
Grupo focal	10
Bancos de dados secundários (institucionais/governamentais)	10
Desenho	09
Etnografia	07
Fotografia	04
Estudo de caso qualitativo	03
Avaliações psicológicas através do brincar	02
Narrativas de crianças e educadores/ professores	02
Exercícios de modelagem e linha da vida	02
Sessões de terapia familiar	01
Mapas Cognitivos	01
Contação de histórias	01
Oficina de música	01
Flor de necessidades	01
Jogos Digitais	01
Total	151

* O N excede 92 artigos pois mais de uma abordagem metodológica é utilizada em alguns artigos.

Considerando-se os quatro eixos de análise sobre o protagonismo infantil, vê-se, na tabela 2, a predominância na escuta de crianças e pais. Os profissionais da educação desempenham um papel importante quando se busca compreender o desenvolvimento, o rendimento pedagógico e a exclusão escolar - grande preocupação em vários estudos. Chama a atenção a escassez da participação de profissionais de saúde. Os “outros” informantes envolveram a escuta de profissionais das fronteiras e lideranças jovens.

Tabela 5 - Protagonismo e informantes sobre migração e refúgio infantil (N=92)

Eixos	Informantes*				
	Criança	Pais	Profissionais de saúde	Profissionais de educação	Outros
I - A criança falando sobre si (N=31)	31	3	0	1	1
II - O adulto falando pela criança (N=15)	2	10	2	5	1
III - A criança e o adulto falando sobre a criança (N=36)	34	29	0	11	2
IV) Estudos de revisão (N=10)	8	5	0	1	2

* O N de informantes excede 92 pois há artigos que incluem mais de um informante.

Estudos com foco na Saúde Mental (N=70)

Estudos com foco na saúde mental correspondem a maioria dos textos. Os principais problemas apontados foram: transtorno de estresse pós-traumático, transtorno do *deficit* de atenção com hiperatividade, transtornos afetivos, ansiedade de separação, esquizofrenia, depressão, desregulação emocional, medo da deportação, medo de não ser aceito no país anfitrião, traumas de guerra e insegurança emocional. A maioria aponta que as causas dos problemas mentais das crianças começam com o processo de fuga de seus países. Afirmam que as rotas que precisam seguir por até meses, sofrendo com a fome, a violência, a morte e a insegurança física, não terminam com a chegada na nova fronteira. Os desafios com um novo idioma, as sequelas e traumas já existentes somam-se ao medo da deportação, a permanência em alojamentos ou abrigos insalubres, como na Irlanda, ou quando são retidos e separados de seus pais, como no Canadá. Em nenhum país de chegada, há registros de acolhimento e escuta do desamparo infantil.

Analisando-se estes artigos pelos eixos referentes ao protagonismo, tem-se no eixo I - as crianças falando sobre si, predominam abordagens como a

técnica do desenho - estratégia simples e eficaz de acesso ao mundo infantil, de forma distinta ao que ocorre nos demais eixos. Para Vygotski (2018), “a criança desenha de memória e não de observação. Ela desenha o que sabe sobre a coisa; o que lhe parece mais essencial na coisa e não o que vê ou o que imagina sobre a coisa” (p. 107). Jabbar et al. (2019a), estudaram crianças iraquianas entre 4 e 12 anos refugiadas na Jordânia, identificando o nível de compreensão a partir do desenvolvimento, dos conceitos de guerra e paz, concluindo que crianças a partir dos 4 anos de idade entendem o conceito de guerra, mesmo que o desenho não seja detalhado e mostre apenas uma imagem. Várias crianças conseguiram descrever precisamente a guerra em seus desenhos, juntamente com suas consequências. A paz, por outro lado, dependeu do ambiente da criança, definindo-a de maneira diferente, de acordo com suas culturas e experiências.

Maagerø et al. (2016), também utilizam o desenho infantil para avaliar representações de felicidade e medo em 48 crianças de jardins de infância de campos de refugiados palestinos no Líbano e em crianças norueguesas. Encontraram representações similares para felicidade: uma vida segura com a família e um ambiente claro e agradável, dando-lhes oportunidades de aproveitar a vida e brincar. Sobre as representações de medo, a maioria das crianças norueguesas localiza fenômenos assustadores em geografia remota, em um mundo da fantasia ou em fenômenos naturais extremos, enquanto as crianças palestinas encontram os fenômenos assustadores em seus arredores.

Questionários e entrevistas são as abordagens metodológicas mais utilizadas nos eixos II - O adulto falando pela criança e III - A criança e o adulto falando sobre a criança, com predominância da visão do adulto, seja ele familiar

ou profissional em contato com a criança. Van Ee et al. (2016), aplicaram questionários e testes padrões em pais de 68 crianças solicitantes de refúgio e refugiados, entre 18 e 42 meses, para investigar transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) nas famílias, comportamento parental e apego da criança. As famílias eram provenientes do Oriente Médio, África, Europa Oriental, Ásia e América do Sul e todos estavam na Holanda, com pouco acesso à educação, ao trabalho e à língua local. Os resultados mostraram que os sintomas parentais de TEPT estão diretamente relacionados ao apego inseguro e desorganizado das crianças.

Mangrio *et al.* (2018) são um exemplo de estudo que entrevista famílias sobre os riscos à saúde nas rotas de fuga. Faz o relato de uma viagem entre a Síria e a Suécia e seus eventos traumáticos durante o voo, que podem ter efeitos físicos e psicológicos de longa duração nas crianças refugiadas dependendo da rota da viagem durante a fuga. Os pais descreveram diferentes razões pelas quais eles, como famílias, tiveram que escapar da guerra em decorrência de perda de empregos e de entes queridos, não querendo que seus filhos morressem. Mencionaram que as viagens variavam entre 10 e 40 dias e geralmente eram cheias de lutas e ameaças, uma jornada emocionalmente difícil. Muitos pais falaram sobre o medo e o terror que os filhos sentiram. Foram mencionados eventos traumáticos durante a fuga, como separação da família, morte de parentes, violência sexual, sequestro ou extorsão, com potenciais efeitos físicos e psicológicos para as crianças e suas famílias. Os autores alertam para a importância de prestar atenção às experiências de fuga e viagem das famílias de refugiados pela Europa e de considerar este grupo prioritário para o cuidado de profissionais de saúde e educação.

Entender as marcas psicológicas deixadas pelo processo de abandono da vida na pátria em que nasceu, deixando para trás casa, amigos e família foi um dos objetivos da pesquisa de Elsayed *et al.* (2019), onde mães e filhos responderam a questionários avaliando estressores da vida pré-migratória e aborrecimentos diários pós-migratórios, incluindo o não domínio do idioma do país anfitrião, a invisibilidade, o preconceito e a exclusão. Os autores encontraram dificuldades dos filhos em rotinas familiares e em habilidades de controle de emoções (raiva e tristeza). Crianças que se envolveram em mais rotinas familiares mostraram melhor regulação da raiva e aquelas com menos estressores de vida pré-migratórios mostraram maior tristeza quanto a exposição a aborrecimentos diários pós-migratórios.

Alguns estudos enfatizam que pais e/ou cuidadores e crianças estão enlaçados de tal forma que as situações cotidianas, sejam elas de dificuldades ou de resiliência, afetam o comportamento de ambos. Associado a estes elementos de parentalidade, há o processo de acomodação do contexto cultural das famílias com o país anfitrião e o apoio dos governos e de instituições não governamentais neste processo de retomada da vida. Por exemplo, Dalgaard *et al.*, (2019), retrataram como as mães se sentem e encaram os desafios, influenciando diretamente os filhos; Jabbar *et al.* (2019b) afirmaram que a forma como as mães respondem ao perigo e à ameaça influencia seus filhos e, que mães com depressão são determinantes para o estresse pós-traumático e depressão dos filhos. Logo, estes artigos sinalizam que as relações individuais são complexas e envolvem elementos culturais, não sendo possível encerrar na relação mãe-criança um valor de juízo.

Estudos com foco na Educação (N=22),

Na América Latina, pesquisadores dialogam com o tema da inclusão de crianças migrantes na rede escolar pública (SANCHEZ-MOJICA, 2021; ELHAJJI, *et al.*, 2021; LOFFLER *et al.*, 2020). Os entraves e desafios são: exclusão e inclusão escolar, *bullying*, não domínio do idioma local, dificuldades do professor em ofertar uma educação multicultural para o aluno refugiado, medo da assimilação da cultura ocidental, falta de oferta de ensino de qualidade, transtornos mentais dificultando o processo de aprendizagem e a construção de uma nova identidade cultural em harmonia com a cultura e valores do país de origem. A participação e envolvimento dos profissionais da educação com a escolarização das crianças refugiadas, buscando integrá-los e colaborando para uma maior aproximação com estudantes do país anfitrião, foi o tema mais explorado.

Dentre os artigos que priorizam as crianças falando sobre si, Angelidou *et al.* (2019) investigaram atitudes e aceitação em sala de aula de alunos gregos e espanhóis em relação a criança refugiada. Ao contrário de estudos anteriores, com adultos, que demonstraram atitudes xenofóbicas, constataram-se atitudes positivas em relação as crianças refugiadas, favorecendo a empatia e a inclusão escolar. Ao serem questionados sobre a primeira palavra que vem à mente quando escutam a palavra criança refugiada, aqueles que estão na Espanha mencionaram pobreza, guerra e tristeza. Para os gregos sobressaíram guerra, pobreza, necessidade e Síria.

No eixo II - adultos falando pela criança, Ndiujye *et al.* (2019) realizaram estudo comparativo de três grupos diferentes de crianças (entre 5 e 6 anos) em

processo de alfabetização, na Tanzânia: refugiados naturalizados, urbanos e rurais em uma mesma região. Através de entrevistas domiciliares com os pais e de avaliações pedagógicas com as crianças nas escolas, os resultados indicaram que os refugiados naturalizados superaram a maioria urbana e rural em medidas de alfabetização e que as famílias refugiadas naturalizadas priorizaram a educação das crianças como um caminho para a integração na sociedade anfitriã.

No eixo III - crianças e adultos falando sobre a criança, Dvir *et al.* (2015) conduzem estudo de caso, através de observações e entrevistas, com nove crianças migrantes e refugiadas, pais, professores e corpo docente em escola de Israel, sugerindo que, para serem inclusivas às crianças estrangeiras, as escolas deveriam ter: (1) compromisso com postura humanista e multicultural; (2) abordagem dialética progressiva e pragmática em relação ao empoderamento dos alunos, e (3) abordagem pedagógica dialética que enfatiza o ensino individualizado terapêutico.

Discussão

Uma grande questão constatada no artigo é elevada frequência de documentos que dão voz a visão da criança em situação de refúgio e migração, privilegiando a perspectiva infantil, seus enunciados e singularidades (SILVEIRA, 2004), contextualizados no meio familiar e social que as circunda (SARMENTO, 2020; PIRES, 2017). Ou seja, levam em consideração a lógica infantil de como as coisas acontecem e como elas constroem os conceitos já existentes. Tal concepção fez parte da abordagem metodológica de vários

estudos (BARLEY, 2019; JABBAR *et al.*, 2019; ANGELIDOU *et al.*, 2019). Mesmo as pesquisas que não partiram dessa premissa de dialogar com as lógicas infantis, construíram documentos capazes de refletir a experiência de adultos responsáveis pelas crianças (BAKER, *et al.*, 2019; BASAK, 2012). Delgado e Muller (2005), apontam como equívocos o adultocentrismo, que são as memórias e lembranças que se têm da infância e que impossibilitam olhar as crianças no presente; o infantocentrismo, que é a radicalidade que não permite vislumbrar que as crianças interagem com os adultos e; o uniformismo, que faz com que adultos não considerem a diversidade dos grupos infantis.

Diversos estudos demonstraram teoricamente e na prática a variedade de estratégias utilizadas em pesquisas com crianças até 10 anos e o enorme campo a ser explorado em trabalhos futuros (BARLEY *et al.*, 2019; ANGELIDOU *et al.*, 2019; MARSH, 2017; MAAGERØ *et al.*, 2016; AFFOUNEH *et al.*, 2015), ressaltando as questões éticas e a postura do pesquisador adulto com crianças pequenas. O desafio de ficar atento aos equívocos de adultocentrismo, infantocentrismo e uniformismo (DELGADO, MULLER, 2005), foi identificado na leitura de algumas pesquisas, quase sempre de forma mais velada, sem riqueza de detalhes, ficando mais evidentes para o leitor as articulações teóricas, o método e os resultados (STREKALOVA-HUGHES *et al.*, 2019; VAN EE *et al.*, 2016).

As principais técnicas utilizadas nos artigos foram as entrevistas, questionários, grupos focais e desenhos; os métodos mais empregados foram as etnografias e estudos de caso. A maioria optou pelo uso dos questionários e entrevistas. O uso de estratégias pouco convencionais como oficina de música, dinâmica da flor de necessidades, oficina de modelagem, linha da vida, jogos

digitais e fotografias, foram sempre acompanhadas de outras técnicas, o que demonstra a importância da diversidade de intervenções na aproximação com a criança. A técnica do desenho é muito utilizada para acessar diretamente o mundo infantil, enquanto que questionários e entrevistas foram as técnicas mais utilizadas de escuta dos adultos sobre as crianças (WHITE, 2011; VALENZUELA-PEREZ, 2014; KENNY, 2018; DE LA HERA CONDE-PUMPIDO, 2018).

Os impactos sobre a saúde mental chamam atenção pela severidade das patologias que acometem as crianças refugiadas, com chances remotas de acesso a um tratamento de saúde no país anfitrião. Os profissionais de saúde pouco se envolvem, justificando o não domínio do idioma local pelo migrante como uma barreira de distanciamento para um atendimento mais humanizado. (MANGRIO *et al.* 2018).

A categoria da educação, embora não tenha sido tão expressiva se comparada a quantidade de pesquisas sobre saúde mental, revelou estudos muito mais voltados para a relação do cuidado dos profissionais da educação para com as crianças refugiadas, buscando a integração deste grupo com outras crianças e demonstrando o desejo e as fragilidades dos educadores em construir propostas pedagógicas multiculturais (HURLEY *et al.*, 2011; ANDERS, 2012; DVIR *et al.*, 2015; TOBIN *et al.*, 2015; DUE *et al.*, 2016).

A maioria dos estudos destaca teoricamente a extensão da devastação que as migrações infantis podem causar no desenvolvimento mental e educacional das crianças refugiadas e constrói, a partir dos seus recortes de pesquisa, situações problema para tentar dar conta de um fragmento de

realidade vivenciada por estes sujeitos (JOIA, 2021; PARAGUASSU, 2020; KENNY, 2018; ALSAYED, 2018; DEJONG, 2017; DENOV, 2012).

Os temas explorados pelos artigos, especialmente as consequências educacionais e sobre a saúde mental são atuais e relevantes na discussão sobre migrações infantis e vêm sendo discutidos nos últimos relatórios anuais das Agências da ONU como ACNUR, OIM, UNESCO e UNICEF. Outras temáticas globais são também relevantes como exclusão e inclusão escolar, condições de moradia, insegurança alimentar, questões de saúde física e mental, deportações e detenções nas fronteiras, além de questões mais subjetivas como a vivência das crianças com violências, guerras, medos, felicidade e paz. Para grande parte das crianças é estressante absorver violências e experiências traumáticas.

Causa preocupação a escassez de investigações envolvendo profissionais de saúde ligados ao atendimento das crianças e das famílias em momento de elevado desamparo familiar, talvez por déficit em treinamentos, dificuldade em compreender o idioma dos sujeitos ou por falta de sensibilização e empatia (YOHANI, 2010, HURLEY *et al.*, 2011; BASAK, 2012; BAKER *et al.*, 2019). Para os profissionais de educação a proximidade com o tema mostra-se mais predominante (WILDER, *et al.*, 2019; DVIR, *et al.*, 2015; NEW *et al.*, 2012).

Considerações Finais

Considera-se que esta revisão bibliográfica contribui para ampliar o olhar sobre as abordagens de pesquisas realizadas com crianças refugiadas e imigrantes até 10 anos de idade. Não foram observadas técnicas inéditas ou inovadoras, o que permite afirmar que as abordagens já conhecidas revelam

bons resultados da compreensão do mundo particular das crianças pequenas e que a junção de métodos e técnicas contribui para incrementar o conhecimento sobre crianças.

Nos estudos, os resultados indicam, por um lado, a necessidade de um tratamento eficaz da sintomatologia das perturbações mentais, enquanto, por outro lado, a necessidade de atenção clínica para relações de apego inseguras. É preciso cuidado ao atribuir distúrbios mentais aos sujeitos e tratamentos unilaterais, responsabilizando as pessoas por seus fracassos ou trajetórias supostamente errôneas. O investimento educacional para esta população, por outro lado, é um aspecto fundamental e consensual apontado na revisão.

A revisão revelou também que a maioria das pesquisas não explora o tema da xenofobia e racismo com clareza, descolando o processo de chegada e adaptação ao novo país, do contexto mais global, de discriminação contra os refugiados. Pesquisas sobre rotas de viagem, prisões de crianças muito pequenas nas fronteiras, implementação de legislações e protocolos de escuta de crianças por autoridades, levando em consideração o melhor interesse da criança, não foram temas de pesquisas no levantamento feito, apesar de serem assuntos atuais, que governos, agências internacionais e mídia se deparam diariamente. Iniciativas isoladas de elaboração de protocolos para melhorar a proteção de crianças migrantes vem sendo feitas pela União Europeia e alguns países como a Turquia, como mencionado no Informe sobre *Las Migraciones En El Mundo 2020*, da OIM (2019).

Além de todas as inseguranças vividas, saída de suas casas, o deslocamento e a chegada em um novo território, sobressaem a falta de acolhimento e protocolos específicos para as infâncias. Ficam à margem, pois

não são vistas nem como sujeitos de direitos e tampouco estão no centro do processo de deslocamento. Talvez por ainda ser um fenômeno recente ou por se tratar de crianças, sujeitos com pouco poder de mobilização, as migrações forçadas infantis ainda não conseguiram unir esforços universais de proteção e garantia dos direitos fundamentais dessas crianças.

REFERÊNCIAS

ALSAYED, Ammar; WILDES, Vivienne. Syrian Refugee Children: A Study of Strengths and Difficulties. **Journal of Human Rights and Social Work**, v.3 (1), abril, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324417129_Syrian_Refugee_Children_A_Study_of_Strengths_and_Difficulties>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Relatório anual do ACNUR **Tendências Globais de 2020**. (2019). Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ANGELIDOU, Georgia; RAMIREZ, Eva Aguaded. Attitudes' analysis of fifth grade Spanish and Greek pupils towards refugee children: The cases of Granada and Alexandroupolis. **International Journal of Humanities Education**, 17 (1): p.1-19, 2019. Disponível em: <>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ARFUCH, Leonor. Narrativas em el Pais de la Infancia. **Alea [online]**, vol.18, n.3, p.544-560, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2016000300544&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BAKER, Jess; RAMAN, Shanti; KOHLHOFF, Jane; *et al.*. Optimising refugee children's health/wellbeing in preparation for primary and secondary school: A qualitative inquiry. **BMC Public Health**, v. 19, n. 812, 2019. Disponível em: <<https://bmcpubhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-7183-5>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BARLEY, Rute; RUSSELL, Lisa. Participatory visual methods: exploring young people's identities, hopes and feelings. **Ethnography and Education**, 14 (3): 1-19, 2019. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/323269325_Participatory_visual_methods_exploring_young_people's_identities_hopes_and_feelings>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CLACSO). **Voces y experiencias de la niñez y adolescencia venezolana migrante em Brasil, Colombia, Ecuador y Perú**, 2020. Disponível em: <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/151027-opac>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DALGAARD, Nina; THOGERSEN, Marie; VAEVER, Mette; MONTGOMERY, Edith. Family violence in traumatized refugee families: A mixed methods study of mother/child dyadic functioning, parental symptom levels and children's psychosocial adjustment. **Nordic Psychology**, 72 (1): p.1-22, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335242195_Family_violence_in_traumatized_refugee_families_A_mixed_methods_study_of_motherchild_dyadic_functioning_parental_symptom_levels_and_children's_psychosocial_adjustment> Acesso em: 20 fev. 2022.

DE JONG, Jocelyn; SBEITY, Farah; *et al.*. Young lives disrupted: gender and well-being among adolescent Syrian refugees in Lebanon. **Conflict and health**, v. 11, n. 23, 2017. Disponível em: <<https://conflictandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13031-017-0128-7>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DE LA HERA CONDE-PUMPIDO, Tereza; WILGENBURG, Eugene; *et al.*. Using an ice-skating exergame to foster intercultural interaction between refugees and Dutch children. **Cogent Education**, v. 5, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2331186X.2018.1538587>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DUE, Clemence; RIGGS, Damien. Care for children with migrant or refugee backgrounds in the school context. **Children Australia**, v.41, p.190-200, 2016. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/children-australia/article/abs/care-for-children-with-migrant-or-refugee-backgrounds-in-the-school-context/D4D878DAB8AC91B844449BE1E477881B>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DVIR, Nurit; ALONI, Nimrod; HARARI, Dor. The Dialectics of Assimilation and Multiculturalism: The Case of Children of Refugees and Migrant Workers in the Bialik-Rogozin School, Tel Aviv. **Compare: A Journal of Comparative and**

International Education, V. 45, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03057925.2014.884335>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ELHAJJI, Mohammed; AGUIAR, Gabriela; ASSUNPÇÃO, Adriana. Crianças Migrantes no Rio de Janeiro: questões para sua integração nas escolas públicas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.20, p. 44-68, 2021. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/criancas-migrantes-no-rio-de-janeiro-questoes-para-sua-integracao-nas-escolas-publicas>> . Acesso em: 20 fev. 2022.

EI-KHANI AALA; HAAR KARIN; STOJANOVIC MILOS; MAALOUF WADIH. Assessing the Feasibility of Providing a Family Skills Intervention, "Strong Families", for Refugee Families Residing in Reception Centers in Serbia. **Int J Environ Res Public Health**, 18(9), April, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33923302/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ELSAYED, Danah; JU-HYUN, Song; MYATT, Eleanor; COLASANTE, Tiler; MALTI, Tina. Anger and Sadness Regulation in Refugee Children: The Roles of Pre- and Post-migratory Factors. **Child Psychiatry and Human Development**, 50 (5): p.846-855, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30937680/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ESTEFAN, L.F. et al. Unaccompanied Children Migrating from Central America: Public Health Implications for Violence Prevention and Intervention. **Curr Trauma Rep.** 3(2): 2-13, 2017.

FONSECA, Vitor. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Rev. psicopedag.** São Paulo , v. 33, n. 102, p. 365-384, 2016 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PELA INFÂNCIA (UNICEF). 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/america-latina-e-caribe-cerca-de-3-5-milhoes-de-criancas-podem-ser-afetadas-pela-migracao-no-proximoano#:~:text=Cidade%20do%20Panam%C3%A1%2C%207%20de,apelo%20humanit%C3%A1rio%20para%20a%20regi%C3%A3o.&text=Algumas%20crian%C3%A7as%20ficam%20sozinhas%20durante%20a%20viagem>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PELA INFÂNCIA (UNICEF). **A Child is a Child**. Nova York, 2017. Disponível em: <<https://weshare.unicef.org/Package/2AMZIFLNNPP0>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

HARKENSEE, Christian; ANDREW, Rachel. Health needs of accompanied refugee and asylum-seeking children in a UK specialist clinic. **Acta Paediatr** ; Mar, 2021. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/apa.15861>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JABBAR, Sinaria; BETAWI, Amy. Children express: war and peace themes in the drawings of Iraqi refugee children in Jordan, **International Journal of Adolescence and Youth**, 24:1, p.1-18, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02673843.2018.1455058>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JABBAR, Sinaria; ZAZA, Haidar. Post-traumatic Stress and Depression (PSTD) and general anxiety among Iraqi refugee children: a case study from Jordan. **Early Child Development and Care**, 189 (5): p.1-21, 2019b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319938332_Post-traumatic_Stress_and_Depression_PSTD_and_general_anxiety_among_Iraqi_refugee_children_a_case_study_from_Jordan>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JOIA, Julia. Infâncias imigrantes, silêncios e fronteiras do cuidado em um CAPS infantojuvenil. **Estilos Da Clínica**, 26(1), p.145-159, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/174748>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

KENNY, Ailbhe. Voice of Ireland? Children and Music within Asylum Seeker Accommodation. **Research Studies in Music Education**. v. 40 (1), 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328208661_Voice_of_Ireland_Children_and_music_within_asylum_seeker_accommodation>. Acesso em: 20 fev. 2022.

KHAMIS, Vivian. Posttraumatic stress disorder and emotion dysregulation among Syrian refugee children and adolescents resettled in Lebanon and Jordan. **Child Abuse and Neglect**, v.89: 29-39, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30612072/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LOFFLER, Daliana; COLL DELAGADO, Ana Cristina. O direito das crianças à participação: entre conquistas e desafios. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**. Porto Velho, v.7, n,17, p.82-101, jan/dez, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340005423_O_direito_das_crianças_a_participação_entre_conquistas_e_desafios>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAAGERO, Eva; SUNDE, Tone. What Makes Me Happy, and What Makes Me Scared? An Analysis of Drawings Made by Norwegian and Palestinian Children. **European Early Childhood Education Research Journal**, V.24, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1350293X.2016.1143267>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MANGRIO, Elisabeth; ZDRAVKOVIC, Slobodan; CARLSON, Elisabeth. A qualitative study of refugee families' experiences of the escape and travel from Syria to Sweden. **BMC research notes**, 11 (1), dec, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327090331_A_qualitative_study_of_refugee_families_experiences_of_the_escape_and_travel_from_Syria_to_Sweden>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MARES, Sarah. Mental health consequences of detaining children and families who seek asylum: a scoping review. **Eur Child Adolesc Psychiatry**. 30, P.1615-1639, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s00787-020-01629-x>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MARSH, Kathryn; Creating Bridges: Music, Play and Well-Being in the Lives of Refugee and Immigrant Children and Young People. **Music Education Research**, V.19, may, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14613808.2016.1189525>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MOCK-MUÑOZ de Luna Claire; GRANBERG Alexandra; KRASNIK Allan; VITUS Kathrine. Towards more equitable education: meeting health and wellbeing needs of newly arrived migrant and refugee children-perspectives from educators in Denmark and Sweden. **Int J Qual Stud Health Well-being**; 15 (sup2): 1773207, 2020 Dec. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33297896/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NASCIMENTO, Maria Leticia; MORAIS, Carolina. (In) visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 2, p. 437-458, 28 jul, 2020. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11435>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

NDIJUYE, Laurent. Gabriel; RAO, Nirmala. Early reading and mathematics attainments of children of self-settled recently naturalized refugees in Tanzania. **International Journal of Educational Development**, V.65, p.183-193, mar, 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0738059317306703>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NEVES, Amélia de Oliveira. **Política Linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro: Um estudo de caso**. 2018. 203f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Proteção do direito à educação dos refugiados: documentos técnicos sobre política educacional**. 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000251076_por?posInSet=1&queryId=fdc6fa42-5c77-4666-b72b-cc329af020c5>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2020**. (2019). Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_es.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030**. (2015). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 22 fev. 2022.

PARAGUASSU, Fernanda. **Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PIRES, Flávia. **Quem tem medo de mal-assombro? Religião e infância no semi-árido nordestino**. 2017. 228 f Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANCHEZ-MOJICA, Jonh. Fredy. Migración infantil e inclusión educativa: Un tópico en deuda para el desarrollo de enfoques y políticas integrales de atención en Latinoamérica. **Educare**, Heredia, v. 25, n. 2, p. 262-284, Aug. 2021. Disponível em:

<http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-42582021000200262&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SARMENTO, Manoel Jacinto; TOMAS, Catarina. A infância é um direito? Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Número Temático - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais, p. 15-30, 2020. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/10133>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SCHERF, Erick da Luz; SILVA, Marcos Vinicius; SILVA, José Everton. Encarceramento e Migrações Infantis no Canadá: Implicações para os Direitos Humanos das Crianças Migrantes (2010 - 2016). **Revista Humanidades e Inovação**. V.7, n.20, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3545>> Acesso em: 20 fev. 2022.

SOUZA, Juliana Martins; VERÍSSIMO, Maria de la Ó Ramallo. Desenvolvimento Infantil: análise de um novo conceito. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, 23 (6): p. 1097-1104, nov-dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/37zgmVWz6vbm9YbBGTb5mbB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

VAN EE, Elisa; KLEBER, Rolf; JONGMANS, Marian; MOOREN, Trudy; OUT, Dorothee. Parental PTSD, adverse parenting and child attachment in a refugee sample. **Hum Dev**, 18 (3): p.273-91, 2016. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26982876/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

VYGOTSKI, Lev. Semionovitch. **Imaginação e Criação na Infância**: ensaio psicológico livro para professores. Tradução e revisão técnica Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 128p, 2018.

WILDER, Phillip; YSAACA, Axelrod. Humanizing disciplinary literacy pedagogy for Dinka refugee children. **Cultural Studies of Science Education**, v14, n.4: p.1071-1077, Dec 2019. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ1236552>> Acesso em: 22 fev. 2022.

5.2 Crianças em Trânsito: Instituições Brasileiras de Acolhimento para Famílias de Refugiados Venezuelanos (A ser encaminhado para Revista Científica indexada)

Resumo

Mais de cinco milhões de venezuelanos vivem em países da América Latina e Caribe, sendo o Brasil a quinta maior nação anfitriã, ficando atrás da Colômbia, Peru, Equador e Chile. Para absorver este contexto migratório, o Governo Federal Brasileiro e parceiros reuniram várias instituições de acolhimento, apoiados no Sistema Único de Assistência Social, para atender às famílias migrantes. Considerando-se a situação dos refugiados venezuelanos no país, as dificuldades relacionadas à fragilidade nas normas específicas para o acolhimento da população infantil, este artigo visa compreender o processo de acolhimento de crianças e suas famílias em instituições de acolhida nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Boa Vista, entre os anos de 2019 à 2022. Foi realizado um estudo a partir da escuta da criança refugiada; pais e profissionais que residem/trabalham em instituições de acolhimento a fim de fomentar a compreensão sobre as infâncias em deslocamento. A pesquisa de campo entrevistou 16 profissionais de 04 instituições de acolhimento e familiares das crianças, abrigados nas instituições. Constatou-se que a maioria dos profissionais responsáveis pelas instituições e pelos cuidados com as crianças e suas famílias são contratados temporariamente, não tinham experiência anterior com a temática das migrações e não dominavam o espanhol. O acolhimento, desde a entrada na fronteira, privilegia o cuidado físico das famílias, ficando a voz das crianças silenciada e sua presença invisível.

Palavras-chave: refúgio, crianças, profissionais, acolhimento institucional e rede de apoio.

Abstract

More than five million Venezuelans live in Latin American and Caribbean countries, with Brazil being the fifth largest host nation, behind Colombia, Peru, Ecuador and Chile. To absorb this migratory context, the Brazilian Federal Government and partners brought together several host institutions, supported by the Unified Social Assistance System, to assist migrant families. Considering the situation of Venezuelan refugees in the country, the difficulties related to the fragility of specific norms for the reception of the child population, this article aims to understand the process of welcoming children and their families in shelter institutions in the cities of Rio de Janeiro, São Paulo and Boa Vista, between the years 2019 to 2022. A study was carried out based on listening to refugee children; parents and professionals residing/working in shelter institutions in order to foster understanding about childhoods on the move. Field research interviewed 16 professionals from 04 shelter institutions and family members of the children sheltered in the institutions. It was found that most of the professionals responsible for the institutions and for the care of children and their families are hired temporarily, had no previous experience with the topic of migration and did not speak Spanish. Reception, from the moment they enter the border, privileges

the physical care of the families, leaving the children's voices silenced and their presence invisible.

Keywords: refuge, children, professionals, institutional reception and support network.

Introdução

No latim *migratio*, migração, significa passagem de um lugar para outro. A migração de pessoas para outras regiões e países em busca de melhores condições de vida acompanha a trajetória da humanidade e constitui processos e grandes eventos da história como a industrialização, formação de novos mercados de trabalho e a globalização (THOMÉ, 2019; VASCONCELOS E BOTEGA, 2015; BARALDI, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas criou em 1951 o Estatuto dos Refugiados, em razão dos conflitos e do grande fluxo migratório, buscando elaborar, proteger e resguardar as necessidades e direitos dos refugiados, em resposta a situação da Europa na época. (ACNUR, 2023; THOMÉ, 2019; CIDADE, 2018; SILVA, 2017). Na América Latina, a Declaração de Cartagena de 1984, ampliou o conceito de refugiados, colocando holofotes sobre as pessoas que fugiram de seus países porque a vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçados por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou graves perturbações da ordem pública (PAIVA E GONÇALVES, 2022; PRADELA, 2021; BARRETO E LEÃO, 2010). Hoje, mais de 70 anos depois, o mundo continua sendo afetado pelas migrações forçadas e a Venezuela é um dos países mais impactados pela fuga generalizada de sua população para distintos países, com destaque para o Brasil, sendo a fome e a falta de serviços essenciais os motivos principais do deslocamento (ACNUR, 2023; UNICEF, 2023; UNODC, 2023;

BARBOSA *et al.*, 2020). Mais de cinco milhões de venezuelanos vivem em países da América Latina e Caribe, sendo o Brasil a quinta maior nação anfitriã, ficando atrás da Colômbia, Peru, Equador e Chile (Brasil/R4V, 2023).

Para absorver este contexto migratório, o Governo Federal Brasileiro, a ONU e a sociedade civil organizada reuniram várias instituições de acolhimento na fronteira e no interior do país, em um trabalho de parcerias, apoiados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2014, que prevê nos serviços da proteção especial social da alta complexidade, o acolhimento às famílias migrantes e refugiadas através do atendimento provisório em unidades de acolhimento institucional ou casas de passagem com o intuito de fortalecer os vínculos familiares, relações comunitárias e preservação de suas especificidades socioculturais. Essa prática de acolhimento apoiada no SUAS, também oferece serviços de proteção e de acolhimento para a população de rua, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência e idosos, não existindo um modelo específico para cada segmento (MATOS, 2022; ACNUR, 2021; SANTOS, 2018; MDS, 2014).

A prática do acolhimento de famílias com crianças refugiadas acontece em outros países. Em Portugal, a partir de 2015, com a fuga dos sírios para a Europa, foi criado um sistema europeu comum de asilo, com centros de distribuição de pessoas refugiadas em vários países parceiros – incluindo adultos sozinhos ou em grupos familiares, com crianças e adolescentes, sendo Portugal um dos que se mostraram receptivos a receber um número elevado de refugiados a partir de então. Diversas foram as instituições públicas e privadas envolvidas no acolhimento, incluindo um número significativo de instituições

religiosas (COSTA *et al.*, 2019; SANTINHO, 2011). Na Colômbia, as políticas públicas vão se ajustando à realidade de cada cidade fronteira que recebe a entrada de refugiados, dando mobilidade na resolução dos problemas emergentes, além de possuir normas e decretos em nível nacional (CARVALHO, 2019).

No Brasil, embora a priorização das crianças e adolescentes desde a primeira infância seja um direito garantido em âmbito nacional pela Constituição Brasileira de 1988 no artigo 227 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, descritos nos artigos 4º e 100º (ECA – Lei 8069/1990) e em âmbito internacional, pela Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1990), não se reconhece a priorização da infância refugiada e sim o foco no acolhimento de adultos e famílias baseado na proteção social em situações de vulnerabilidade e violação de direitos. (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2021; SANTOS, 2017). Desde 2014, algumas cidades vêm se organizando para receber a população migrante e refugiada, como São Paulo e Curitiba. A cidade do Rio de Janeiro, somente em janeiro de 2023, inaugurou o seu primeiro centro municipal.

Considerando-se a situação dos refugiados venezuelanos no país, as dificuldades relacionadas à fragilidade nas normas específicas para o acolhimento da população infantil, este artigo visa compreender o processo de acolhimento de crianças e suas famílias em instituições de acolhida nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Boa Vista.

Métodos

Entre os anos de 2019 - 2022 foi realizado um estudo para compreender as percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio a partir da escuta da criança refugiada; pais e profissionais que residem/trabalham em instituições de acolhimento foram também ouvidos a fim de fomentar a compreensão sobre as infâncias em deslocamento. O trabalho de campo foi realizado em instituições de acolhimento em três cidades brasileiras: Boa Vista/RR, porta de entrada do fluxo migratório venezuelano e nas cidades de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, que recebem diariamente famílias e crianças refugiadas de diversas nacionalidades. Neste artigo estão informações de 16 entrevistas realizadas com profissionais destas instituições, buscando identificar e descrever os fluxos de trabalho: acolhimento, atendimento e encaminhamento (tabela 6). Os entrevistados têm idade entre 23 e 61 anos (média de idade de 41 anos); 11 são mulheres; possuem 2 anos em média de experiência no trabalho em acolhimento de refugiados (nenhum ultrapassa cinco anos); seis são de instituições do Rio de Janeiro, cinco de São Paulo e cinco em Boa Vista. Apenas dois profissionais têm formação no ensino médio, todos os demais possuem curso superior e destes um tem mestrado no tema do refúgio.

Cinco foram as instituições integrantes da pesquisa de campo em que foram entrevistadas as equipes técnicas: uma instituição do RJ participou apenas com a entrevista do coordenador, pois a instituição foi fechada antes do trabalho de campo. Três instituições foram acompanhadas *in loco* no estudo etnográfico da pesquisa (RJ, SP, Boa Vista). Na cidade de Boa Vista, uma instituição adicional que atendia crianças refugiadas em situação de vulnerabilidade no

contraturno escolar foi visitada, enquanto aguardavam o processo de interiorização, com a realização de entrevistas com três pedagogas, nomeadas como educadoras sociais. Todas as instituições são apresentadas com nomes fictícios. Foi usado o mesmo roteiro semiestruturado na entrevista com todos os sujeitos, com versão em português e espanhol.

Tabela 6 - Entrevistas com profissionais das instituições de acolhimento e da educação.

SUJEITOS	PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS	SEXO	INSTITUIÇÃO
Profissionais das instituições de acolhimento			
P1	Coordenador Institucional (Assistente Social)	F	Rio de Janeiro
P2	Educador Social (Superior incompleto)	M	Rio de Janeiro
P3	Educador Social (Ensino Médio/Curso normal)	F	Rio de Janeiro
P4	Educador Social (Pedagoga)	F	Rio de Janeiro
P5	Assistente Social	F	Rio de Janeiro
P6	Psicólogo	F	Rio de Janeiro
P7	Coordenador Institucional (Filósofo)	M	São Paulo
P8	Coordenador de Projetos (Mestrado)	F	São Paulo
P9	Coordenador de Projetos (Advogada)	F	São Paulo
P10	Educador Social (Filósofo)	M	São Paulo
P11	Educador Social (Advogada)	F	São Paulo
P12	Coordenador da Casa (Sociólogo)	M	Boa Vista
P13	Coordenador da Casa (Superior)	M	Boa Vista
Profissionais da Educação entrevistadas			
E1	Educadora Social (Pedagoga)	F	Boa Vista
E2	Educadora Social (Pedagoga)	F	Boa Vista
E3	Educadora Social (Pedagoga)	F	Boa Vista

No que se refere ao processamento das informações obtidas em campo, as entrevistas foram gravadas na maioria das instituições e posteriormente transcritas através de um profissional especializado. Em uma das instituições, um dos profissionais não permitiu o registro de sua fala por áudio. Neste caso, a entrevista foi anotada no diário de campo. Para a análise das entrevistas foram criadas categorias de identificação e descrição dos fluxos de trabalho (acolhimento, atendimento e encaminhamento) necessários à proteção de crianças refugiadas nos três locais investigados. Duas principais temáticas analíticas estão apresentadas a seguir: 1) acolhimento e cuidados nas

instituições e pelos profissionais; 2) o lugar invisível da infância e das famílias refugiadas nas instituições.

A pesquisa realizada foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP – CAAE: 50573721.4.0000.5269).

Resultados

Acolhimento e cuidados nas instituições e pelos profissionais

Constatou-se que a maioria dos profissionais responsáveis pelas instituições e pelos cuidados com as crianças e suas famílias não tinha experiência anterior com a temática das migrações e não dominava o espanhol. Em duas instituições verificou-se a preocupação das equipes em compreender e falar com as famílias e crianças em sua língua materna, mesmo entendendo que os pais, especialmente, precisam falar e entender a língua local o mais breve possível. Há também pouco conhecimento entre os profissionais sobre o país vizinho e sua crise humanitária. Alguns profissionais se perguntam a razão de tantas doações de roupas, alimentos e utensílios para os estrangeiros se há brasileiros em situação de fome e desamparo na mesma proporção. O discurso de raiva e xenofobia aparece algumas vezes mascarado e justificado como um povo diferente dos brasileiros, encobrindo o pouco trabalho realizado nas instituições, visando o entendimento das diferenças culturais entre os dois países.

Tem muito pai que se recusa a levar o filho para a escola, eles são esquisitos, diferentes. O que é comum para eles é diferente para nós. Quer ver? Só cuidam e

protegem as crianças até 2 anos, depois eles ficam largados. As meninas engravidam muito cedo e as mães não se importam. (Diário de Campo, RJ)

Os entrevistados são funcionários contratados temporariamente. Quatro instituições são geridas por organizações religiosas e uma por organização internacional. Todas as quatro instituições de acolhimento são parceiras da Operação Acolhida do Governo Federal e, portanto, não aceitam demanda espontânea. Somente a instituição educacional em Boa Vista atende por demanda espontânea. Quanto ao tipo ou modalidade de acolhimento, 03 das instituições se autodominavam casas de acolhida e 01 casa-lar em aldeia.

A *Casa de Acolhida Irmã Dulce* se localiza em bairro residencial. É uma organização religiosa e aceita somente famílias chefiadas por mulheres, com suas crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Recebe até 40 pessoas e média de até 7 famílias. Com a pandemia, esse número foi reduzido quase pela metade, para cada família ficar em um cômodo da casa, que dispunha de 10 quartos. Cada quarto tem duas camas beliches. Mesmo que a família seja numerosa, todos ficam em um único quarto. A cozinha, banheiros e espaços comuns são compartilhados por todos e a manutenção da casa é responsabilidade das famílias. O espaço físico no entorno é grande e com muita área verde, o que permite a livre circulação de adultos e crianças. A instituição conta com três funcionários: coordenadora, zelador venezuelano que também exerce o papel de acolher quem chega à casa, cozinheira, ex-acolhedora da casa; voluntários. A casa oferta curso de português para adultos, apoio jurídico, psicológico e assistência social. Nenhum apoio financeiro é oferecido com exceção do transporte público. O tempo de permanência é de três a seis meses.

Há parceria com posto de saúde do território para demandas de doenças físicas/emergenciais e atendimento em saúde mental para o grupo acolhido; era

comum a equipe do posto de saúde realizar atividades lúdicas voltadas para as crianças e os adultos, como o dia das crianças.

Nós temos uma articulação com a equipe de Saúde da Família; muito bom. Além das mulheres irem na clínica, a clínica nos visita; e a clínica pensa a saúde para além da doença; acho que isso é um diferencial incrível. Pelo menos uma responsável que tinha lá, ela fazia isso. Então, além do atendimento em saúde, eles se organizavam e faziam o Dia das Crianças, faziam festinha lá na Casa de Acolhida. Pula-pula, a gente tem até imagens, aquele encontro, palhaço. Isso é pensar saúde para além da doença. Foi um diferencial incrível (P1 - RJ).

A ONG *Vila de Infâncias*, é uma casa-lar aldeia de grande porte e localizada em condomínio residencial. Mantida por doações e fundo internacional, recebe grupos familiares chefiados por homens e mulheres com suas crianças. São famílias numerosas, em média 3 a 5 crianças por família. Além de contar com uma área verde extensa, possui 11 casas, oito reservadas para o acolhimento das famílias, duas para apoio administrativo/atendimento e uma casa para atendimento e acolhimento das crianças. A casa reservada para as atividades lúdicas das crianças foi montada com doações. Tinha uma biblioteca com livros em português e com publicações mais voltados para um público adolescente, que não frequentava o espaço. Os brinquedos para crianças até 10 anos eram mais escassos, sobrando mais materiais pedagógicos para brincar como papel, lápis de cor e de cera e tinta colorida. As crianças gostavam bastante, pois o espaço remetia à escola, pouco frequentada até aquele momento. Na maior parte do tempo, a casa era usada para depósito das doações que chegavam na instituição, sendo difícil circular e/ou brincar. A porta sempre estava fechada com cadeado e as regras de uso e manutenção da limpeza eram rígidas, o que dificultava o seu uso, ficando boa parte do tempo fechada para as crianças.

Cada casa tem 04 quartos, banheiros, sala com 02 ambientes e cozinha. Cada domicílio comporta até 4 famílias. A equipe dispõe de coordenadora, educadores sociais, psicóloga, assistente social, voluntários, doadores e diversos parceiros, governamentais e não governamentais. Há rodízio da equipe para receber os grupos da operação acolhida, que quase sempre chegam na madrugada ou nos feriados. O dia da chegada era sempre reservado para o descanso, pois a viagem era longa. As famílias saíam de Boa Vista para São Paulo de avião e o restante do percurso para chegar no Rio de Janeiro era de ônibus. Em média, cada grupo tinha 40 pessoas, com números significativos de crianças até 10 anos de idade. Uma vez na instituição, as famílias tinham um período de até três meses para conseguir um trabalho e buscar onde morar. A instituição oferece curso de português para os adultos e atividades lúdicas esporádicas para as crianças, através de voluntários. As famílias recebem ajuda de custo mensal para compras de mantimentos, fazendo cada uma sua própria alimentação. Há força tarefa dos profissionais da instituição e seus parceiros na busca pelo trabalho formal aos refugiados, além de uma articulação direta com as escolas e serviços de assistência social do território.

Primeiro mostramos o lugar que eles vão ficar, os alimentos que são deles e explicamos toda a acomodação. Dependendo, se eles chegarem no sábado, a gente recebe eles no sábado mesmo e aí depois volta só na segunda. No domingo aqui tem o rapaz que fica com eles acompanhando, caso eles precisem de alguma coisa. Na segunda mesmo é que tem reunião, vendo esse negócio de vacina, fazendo xerox de documentos (P3- RJ).

A *casa de passagem Dom Evaristo*, mantida por organização religiosa, está localizada em bairro residencial e tem capacidade de atendimento de 5 famílias, uma por quarto. No período em que estivemos na instituição, estavam abrigadas 5 famílias, totalizando 25 pessoas, das quais nove eram crianças até

10 anos de idade. O acolhimento dos grupos que chegavam era feito pela equipe, em sistema de rodízio. A equipe dispõe de coordenador, analista de projetos, dois educadores sociais e voluntários. Logo na chegada, o grupo é informado sobre as regras da casa. Os espaços comuns são compartilhados por todos, assim como a manutenção da limpeza da casa. Para o preparo das refeições, há elaboração coletiva do cardápio da semana, com rodízio das famílias no preparo dos alimentos. Nenhum apoio financeiro é oferecido às famílias, com exceção do transporte público. Em média, as famílias ficam 3 meses, tempo em que a instituição apoia a busca da inserção escolar para as crianças, de trabalho para os adultos/pais e de acesso a políticas e programas de transferência de rede do Governo Federal através do CRAS mais próximo da instituição.

Geralmente eles vêm pelo Exército Brasileiro. Tanto o traslado de avião, quanto até a saída do aeroporto até aqui é acompanhada pelo Exército Brasileiro. Sempre em grupos fechados. A gente sempre tenta priorizar esses grupos fechados porque a gente trabalha o grupo em si. Se chegam em grupos diferentes, fica difícil até pro nosso cronograma do próximo grupo que vem. A intenção é fechar já um grupo de no máximo 30 pessoas. Atualmente a gente tá trabalhando com um número mais reduzido, por conta da pandemia; os últimos grupos que a gente tem recebido tem, em média, 20 a 25 pessoas. Contando já com as crianças! No último ano de pandemia a gente acabou não recebendo grupo. Início desse ano a gente voltou a receber os grupos e agora num perfil familiar. O que a gente está vendo é que cada vez mais esses grupos vêm com crianças e adolescentes. Esse, por exemplo, a gente tem 16 crianças e adolescentes e 9 adultos (P9 - SP).

A casa de passagem Dom Helder é mantida por organização religiosa e localizada em bairro residencial. Está em atividade desde 2021. As famílias ficam, em média, entre 20 e 60 dias, aguardando a viagem para reunificação familiar. A casa comporta até cinco famílias, com capacidade para 25 pessoas. Cada família ocupa um quarto e o banheiro é coletivo. Assim que o grupo chega, é informado sobre as regras da casa. Os espaços comuns são compartilhados por todos, assim como a limpeza da casa. Para o preparo das refeições, há

definição coletiva do cardápio da semana. Nenhum apoio financeiro é oferecido às famílias. O quintal é pequeno, contudo, com árvores frutíferas e horta cuidadas pelas famílias. A equipe inclui o coordenador e dois educadores sociais que ficam durante a noite, caso surjam intercorrências, como crianças doentes. Para chegar à sala da coordenação, passa-se pela varanda e uma sala pequena onde crianças assistem televisão e brincam pelo chão. Como o tempo de permanência é muito curto, não há inserção escolar, apenas a retirada dos documentos que faltam para o processo de interiorização.

Elas têm um prazo máximo de permanência na Casa de 60 dias. A média, na verdade, de permanência hoje, é 30. Mas, esse prazo pode ser de 2 dias, 5 dias, 10, até 60. Por que? Porque eles estão esperando uma vaga no processo de interiorização da Operação Acolhida. Então, dependendo do fluxo desse processo; se eles têm toda a documentação; se eles têm todas as vacinas, completam todos os passos; eles saem muito rápido da Casa. Antes dos 30 dias. Mas, se pelo contrário, eles têm alguma dificuldade de documentação, falta alguma questão que tem a ver com vacina ou, por exemplo, ter que esperar o último familiar que vai se juntar com eles para completar percurso junto. Aí o processo é um pouco mais longo (P12-BV).

E, por último, o *Cantinho das Crianças*, única instituição que atende por demanda espontânea aproximadamente 200 crianças no contraturno escolar. Mantido por organização religiosa, atende crianças de até 12 anos, em situação de vulnerabilidade e em sua maioria refugiadas. A rotatividade é grande, pois a maioria está à espera da viagem rumo as suas novas casas, pela operação acolhida. Além das atividades com os educadores sociais, há alimentação e orientação aos pais quanto aos cuidados e prevenções de violências. Não é incomum ouvir falar de abusos sexuais contra as crianças e adolescentes, nos abrigos que vivem, dizem os profissionais. A contação de histórias é uma das atividades preferidas pelas crianças.

A criança está no Centro, compartilha conosco, faz atividades educativas, toma o almoço, café da manhã. Essa acolhida é de duas formas: a mãe se apresenta com

a criança, ou a criança aparece sozinha. Você se perguntará: que faz uma criança sozinha na rua? Essa é a questão! (P13 - BV).

No primeiro plano, em todas as intuições de acolhimento, está a busca pelo trabalho dos pais. É preciso assegurar que a passagem pela instituição de acolhimento dê um lugar de empregabilidade. Ter uma fonte de renda e acessibilidade às políticas sociais do governo, mesmo que precariamente, são as condições necessárias para o voo solo das famílias refugiadas, ainda que se circunscreva ao bolsa família. O acesso aos direitos esbarra na estrutura econômica e social do país anfitrião. Nestes espaços, o que se ouviu e pouco se viu foram ações e intervenções na busca da proteção integral das crianças. Estas, por sua vez, passam despercebidas em suas indagações, medos, receios e conquistas.

O lugar invisível da infância e das famílias refugiadas nas instituições.

Em todas as instituições há o desejo verbalizado pelas equipes de melhorar o atendimento voltado para as crianças, como espaços de brinquedoteca e atividades lúdicas. Na *casa de acolhida Irmã Dulce*, embora o espaço físico seja grande, não há atividades voltadas para as crianças. O que é oferecido de lazer é uma televisão com internet para ver desenhos. Na ausência, as crianças se fazem presentes nos espaços destinados aos adultos: aulas de bordado e na sala da informática. A coordenação da casa orienta as famílias a fazer passeios pela cidade com as crianças, contudo não as acompanha nas visitas.

A gente pensou numa brinquedoteca, só que a gente precisava de uma verba pra fechar. Pra ter um horário de funcionamento dessa brinquedoteca, porque se não,

Casa com muita criança. A gente tinha que ter um horário de funcionamento da brinquedoteca de manhã e um horário à tarde. Mas a gente tem uma sala de informática; a gente vê muito as crianças lá na sala de informática, que abre por um tempo. Eles tão sempre lá na sala de informática os maiorzinhos; e os menores, a gente instalou uma televisão com internet na sala, ficam vendo desenhos mais específicos pra idade deles, 3, 5 anos, desenhos educativos. Eles que escolhem mesmo. Quando vê, a sala tá com um montão de criança (P1 - RJ).

A *Casa-Lar*, tem um histórico de acolhimento de crianças ao longo de muitos anos. Somente em 2019 passou a fazer parte do grupo de instituições parceiras do Governo Federal na operação acolhida. Esse conjunto de conhecimentos práticos sobre os cuidados com a infância acolhida não foi transferido para o atendimento às crianças refugiadas, ficando estas à deriva, sem acompanhamento e/ou atividades lúdicas. Havia, no discurso, o desejo de acompanhar mais de perto, pois as histórias de vida são marcadas pelo sofrimento, abandono, fome, violência e saudade dos que ficaram na Venezuela. Contudo, o tempo da equipe estava sempre voltado para buscar novos parceiros, doações e a inserção escolar, em centros de educação nem sempre atrativos, ou pela distância ou pela exclusão das crianças no ambiente das salas de aula. O local aberto e o espaço verde da instituição convidavam as crianças a brincarem entre elas e longe dos olhares adultos, o que dava a impressão que estava tudo bem e que não era preciso muita pressa no acompanhamento das crianças. Contudo, bastava uma proposta de atividade realizada pela pesquisadora, um olhar mais atento ao mundo da infância, que estavam todos ansiosos para falar, brincar e produzir.

Eu sou muito observador. Primeiro eu procuro saber como é que tá a criança, a questão da sua saúde, da sua interação com as outras crianças, da mesma família biológica e da família, também, que ela mora junto. Como são crianças que estão refugiadas, elas estão migrando, elas vão encontrar com outras famílias, com outras crianças. Eu procuro observar como é esse comportamento dessa criança com outra família. Eu fico muito preocupado, porque às vezes elas são muito agressivas; elas têm dificuldade, às vezes, de relacionamento. Parece que elas trazem dentro de si muitas incompreensões. Eu acho que o mecanismo de defesa delas vai através da agressividade. Por conta do não entendimento do que se passa com a

vida delas naquele momento. Ela coloca pra fora dessa maneira. Já observei muito isso. Mas, você vê que elas são crianças, que têm uma sede de aprendizado. Ela quer mexer, ela quer trabalhar com a terra, ela quer tocar (P2– RJ).

Na *Casa de Passagem Dom Evaristo*, a chegada das famílias com crianças foi gradual. Inicialmente, só recebiam adultos solteiros. A vinda das crianças despertou uma preocupação geral na equipe, pela falta de conhecimento teórico sobre conceitos e protocolos de como cuidar de crianças e adolescentes. Foi preciso buscar parcerias no processo de escolarização, adaptar a casa com brinquedos e construir regras de proteção contra violências às crianças. Embora a circulação das crianças gere um certo desconforto por se considerarem ainda inexperientes no trato com a infância, também suscita momentos de surpresas e alegrias, como compartilhar as comemorações dos aniversariantes do mês com as crianças e os pais. A busca na compreensão de uma infância em deslocamento, aproxima equipe técnica e famílias, não somente nas festividades, como no dia a dia institucional.

Agora você tem criança aqui. Imagina isso aqui cheio de criança correndo, falando, gritando. A casa teve que se adaptar a tudo isso. Algumas regras novas tiveram que ser acrescentadas. Algumas coisas precisaram ser revistas. Exemplo: escola. Quando eram adultos, você não tinha muito a questão de escola, mas quando veio o primeiro grupo com crianças, a gente viu a necessidade de ver como funcionava todo esse processo de pegar a criança, a criança tá aqui, mostrar para os pais a necessidade de a criança estar na escola. Da documentação. Como funciona a lei pra questão dos refugiados. A gente teve que construir uma estrutura pra acolher essas crianças. Teve que adaptar. Eram coisas que a gente não sabia e teve que aprender. Foi uma grande lição, porque era uma coisa que a gente não tinha um conhecimento. E o que a gente pode usar depois nos outros grupos (P10 – SP).

Logo na entrada da *Casa de Passagem Dom Helder*, uma gangorra colorida e com crianças brincando, convidam para entrar. Apesar da brevidade da estadia, as famílias vêm de situações muito vulneráveis, ou estavam morando nos abrigos ou na rua. Assim, ter um lugar de acolhimento para tomar um banho e dormir protegidos, já faz o lugar ser especial. Tal como as demais instituições, contam com uma televisão para o entretenimento das crianças. São poucos os

brinquedos disponíveis. A coordenação da casa está muito acessível para a escuta das demandas e conhece bem as histórias de vida das famílias e tem experiência no trabalho com refugiados; entretanto, as crianças ainda são vistas como parte de um todo e não como sujeitos de direitos e demandas próprias.

O *Cantinho das Crianças* é um lugar de acolhimento em que as crianças têm voz, momentos para expressar suas dúvidas, alegrias e situações corriqueiras. Não somente falam sobre o seu presente e dos sonhos de um futuro próximo, como da saudade dos que ficaram na Venezuela. Há empatia das educadoras sociais com as dores e alegrias das crianças.

Como se pode constatar na descrição das instituições, de forma geral, no processo de acolhimento e atendimento, as crianças fazem parte de um todo. A manutenção da integração do grupo familiar é mantida. Todavia, não há uma separação das especificidades das infâncias no cuidado oferecido pelas instituições. As atenções diárias das equipes sobre as famílias e as crianças, estão voltadas para as questões práticas de sobrevivência, como a busca ou permanência no emprego, os cuidados físicos com os filhos, a frequência escolar. O que acontece nestes espaços e como os sujeitos lidam com tantas mudanças, incluindo as questões de saúde mental, não entram nos protocolos.

Acho que a Casa também tem suas limitações em relação a recursos financeiros. A gente tenta, de alguma forma, ofertar algum kit básico escolar: caderno, lápis de cor, estojo. As famílias precisam, necessariamente, estar empregadas, pra fazer a saída da Casa. O foco, sim, o foco acaba sendo esse. A nossa preocupação acaba sendo essa. Como a gente consegue dar atenção para outras esferas do nosso atendimento aqui na Casa que são tão importantes quanto isso? (P9- SP).

Prioriza-se, portanto, a garantia das necessidades básicas de alimentação, abrigo e cuidados médicos e não se percebem as necessidades lúdicas e emocionais. A preocupação com os conflitos, discussões

e violências familiares que surgem com frequência na estadia institucional são, por vezes, encaminhadas, convidando parceiros locais, como o conselho tutelar (palestras em português), com várias citações de Leis e órgãos de proteção que não fazem nenhum sentido para o público; ou, pedindo para o agressor sair da instituição em que a família se encontra, sem ter outras referências de proteção. Não há escuta do que as crianças têm a dizer sobre o processo de partida de suas casas, chegada nos abrigos ou casas de acolhimento e muito menos das vivências no novo mundo bilíngue, escolar, institucional, que não possibilita a expressão dos desbravamentos e estranhamentos relativos ao cotidiano, como as novas ofertas de alimentos, relações e paisagens.

Não tem como dissociar a história das mães com as crianças. As mães, uma história repetitiva que eu acompanhei na Casa, várias histórias, era o abandono da mulher pelos seus parceiros. Elas vêm com os parceiros da Venezuela, quando chega no Abrigo, ou o parceiro troca por uma outra, ou o parceiro abandona essa mulher com 5, 6 filhos. Muitas vezes grávidas. Mulheres que sofrem agressão. Apesar desse abandono, elas também são agredidas às vezes pelos parceiros e pelas novas companheiras. Não é uma coisa isolada. Eu vi várias histórias repetitivas. Abandono, violência. Eu penso que isso claro que reflete nas crianças. Mas ainda bem que as crianças têm essa defesa da brincadeira. Eu acho que seria um acompanhamento bem mais específico com essas crianças pra gente tentar ver o que atingiu exatamente nessa mudança, nessa instabilidade, nessa coisa toda. Cada uma dessas crianças que têm uma história bem particular (P1- RJ).

Visões divergentes e conflitos familiares contribuem para a insegurança das crianças:

As crianças só querem voltar [...] A questão afetiva aparece mesmo. Principalmente porque alguns dos percursos migratórios nossos, chama-se de integração familiar. Pode ser que o pai esteja em São Paulo. E apenas a criança com a mãe. Ou o avô que tá trazendo as duas crianças e o pai e mãe já estão interiorizados. Ou, por exemplo, o esposo estava com as crianças, mas ele decidiu não se interiorizar. Ele não pode estar na casa se ele não vai ser interiorizado, mas ainda assim nós tentamos resolver a situação, mas, o relacionamento terminou. É uma situação muito estressante. Não é apenas o fato de interiorizar. É o deixar o país. Alguns querem se interiorizar, outros não, por exemplo. Isso gera alguns conflitos. E a criança tá ali no meio. A questão afetiva também vai ser afetada (P13- BV).

O contato e as orientações dadas pela instituição são exclusivamente em português, diminuindo a compreensão dos venezuelanos. Havia orientações

explícitas em uma das instituições em não falar espanhol com os refugiados. Como as famílias estavam numa posição de fragilidade e desamparo, faziam poucas perguntas e silenciam suas dúvidas. Quanto mais longe da fronteira, mais distante as equipes estavam das histórias de vida dos refugiados. O que sabem é o que ouvem falar por terceiros. Não há nos atendimentos momentos de escuta qualificada sobre os sujeitos adultos ou crianças, apenas informações e normativas a serem repassadas.

Apenas uma das instituições pesquisadas dispõe de equipe especializada, além dos educadores sociais. Todavia, como os profissionais não dominam o espanhol, a comunicação era cheia de incertezas e ficavam os dois lados sem saber se foram compreendidos.

Aqui os profissionais não falam espanhol como as famílias. É por não saberem português que estão perdendo emprego, trabalho. (Diário de campo, 05.01.22)

Nos encaminhamentos às redes de educação, saúde e assistência social dos territórios há um contato direto com instituições da rede, possibilitando os atendimentos das famílias.

A gente tem uma atuação muito próxima com um posto de saúde, também, que apoia em todas as demandas. Um dos casos passados, quando a criança chegou, ela testou positivo pra COVID, então, o posto de saúde foi central pra todas as orientações e acompanhamentos. (P8 – SP)

Há relatos sobre o trabalho de voluntários, em especial nas aulas de português e atividades lúdicas para as crianças. Em geral, esse trabalho é mais esporádico e pontual.

Cada dia é um dia diferente. Eles têm atividades de brincar, de estar com as famílias na casa; a questão da interação com outras famílias. Tem algumas que têm, inclusive, atividades aos sábados com outras parceiras das redes. Por exemplo, vem pessoas fazer voluntariado, brincam com as crianças, fazem trabalhos escolares (P2-RJ).

O atendimento voltado para as crianças é visto, de forma geral, como uma dificuldade institucional. No discurso dos profissionais faltam espaços físicos adaptados/adequados na instituição, pessoas capacitadas para atender crianças e brinquedotecas. As equipes não se sentem preparadas e capacitadas para atender. Conseqüentemente, os serviços também não dispõem de espaços e atividades permanentes para o público infantil. A maioria não tem experiência prévia com o tema do refúgio e nem com o tema da infância.

A gente tá melhorando, sim! A Casa não foi preparada pra receber crianças. Se você olhar bem toda a estrutura da Casa, de uma certa maneira, ela não foi feita pra atender criança; ela foi feita pra atender adulto. Aí a gente adapta. A gente tá se adaptando a essa nova realidade [...] Câmeras focadas na questão da segurança das crianças; brinquedos, que a gente não tinha e agora tem. Depois, com o tempo, vai se acertando. Criar todo um protocolo pra atendimento da criança, que a gente não tinha. Teve que reestruturar um pouco a questão dos protocolos. Teve que repensar um pouco essa dinâmica. Teve que reescrever algumas coisas. Leva um tempo (P10 – SP).

A impressão de que a essencialidade do atendimento das crianças passa por equipamentos e/ou monitoramento de comportamentos é uma constante nos discursos. Por vezes as crianças são vistas pelos profissionais como pequenos selvagens que precisam ser domados. Embora os profissionais se incomodem com a forma violenta que os pais tratam corriqueiramente seus filhos, acabam justificando que tal comportamento pode ser da cultura dos venezuelanos e não se intrometem:

Por questões da cultura venezuelana, é comum a punição física, dar tapa. Essas questões são muito frequentes. É natural, nesses contextos. Por exemplo, a criança não quis pegar alguma coisa que colocou no chão, ou então jogou, e então a mãe quer já bater nela direto. Ou grito, isso é muito comum. Lá na Venezuela isso é generalizado [...]. Não sei se pelo nível de vulnerabilidade, a criança é solta, um pouco independente: “vai tomar banho? vai, vai tomar banho!” “vai comer? vai, coma, coma aí!” Não tem esse cuidado que nós temos, e às vezes é um pouco chocante, porque é uma cultura completamente diferente. Esse é um tipo de violência já generalizada lá. Falta um cuidado mais criterioso, mais caprichoso com a criança. Tem a criança cheia de piolhos. É claro, também, as pessoas que estão sendo interiorizadas, a maioria, pertence a um estrato social marginalizado da população venezuelana. Então, são uma série de violências que já vivem aí. De uma forma natural eles compreendem que é essa forma que naturalmente as coisas

acontecem. E aqui nós estamos tentando, então, resgatar, toda essa estrutura, todo cuidado. E não apenas com as crianças, também com os adolescentes e as famílias (P13-BV).

Os profissionais, em geral, se mostram sensibilizados com as histórias de vida das famílias e das crianças refugiadas, usando termos como violência, sofrimento, abandono, insegurança, separações, rejeição, perseverança, entre outras. Para eles, muitos pais compartilham com os filhos o processo de saída do seu país, contudo não fica claro para os profissionais se as crianças sabem, o que está acontecendo e os motivos reais da partida. No Rio de Janeiro e Boa Vista a independência das crianças é vista pelos profissionais com uma marca do abandono dos pais nos cuidados com os filhos pequenos. Deixando para os maiores a responsabilidade do cuidado dos filhos menores.

Não sei se elas [crianças] entendem que o problema de sair do seu país e ir para outro país foi por questões econômicas. Aparentemente não está explícito. São violentos, agressivos, se isolam e choram [crianças]. Quando acontece isso, os pais dão o celular e resolve. Os pais não sabem compartilhar, conversar com as crianças. Têm que sobreviver, pois eles viam os pais perambulando pelas ruas (P7 – SP).

A resiliência infantil é o tom dado pelos profissionais para justificar que apesar do sofrimento vai ficar tudo bem depois. Acreditam que frequentar a escola é um motivo de grande alegria para as crianças, quase o único, apesar das dificuldades com o idioma e adaptação. Casos de xenofobia, no Rio de Janeiro, foram relatados como isolados e possíveis de contorno, bastando uma conversa com a escola sobre o que é ser refugiado, não havendo interesse, na maioria dos profissionais, na inclusão da cultura venezuelana no dia a dia institucional. Pelo contrário, entende-se que é preciso rapidamente falar português e se integrar aos costumes do país anfitrião.

Histórias de muito sofrimento, perseverança. Como são crianças, não absorvem muito como o adulto. No momento do sofrimento ele se entristece e depois passa. Quando eles chegam aqui neste lugar, vê o lugar lindo se integram ao verde, a natureza. E vão ficando as lembranças boas (P4- RJ).

Apesar de terem uma visão distanciada das questões de saúde mental das crianças, alguns profissionais reportaram a saudade de casa, da alimentação do país de origem, de gostos e sabores brasileiros não tão saborosos para os seus paladares, bem como a falta de frequentar a escola em sua língua e a ausência de atividades nas instituições.

Estávamos fazendo um aniversário e o aniversariante começa a chorar do nada. Chora, chora, chora. E aí eu fui, peguei ele no colo: “O que que você tem?”. E aí ele começou a dizer que ele lembra de um primo que ele tinha lá, que era como seu irmão. Ele fazia aniversário também nesse dia. Ele só lembrava dele. Ele chorou, chorou, chorou muito tempo. E não desfrutou do aniversário, pensando. A saudade fica (P11 – SP).

Discussão

As instituições analisadas no âmbito desta pesquisa, diferem do modelo tradicional de acolhimento de crianças e famílias que conhecemos no Brasil (RIZZINI, 2008; FIGUEIREDO *et al.*, 2013). Embora sigam os tipos ou modalidades de acolhimento já existentes, como Casa de Passagem ou Casa-Lar em aldeia (ASSIS *et al.*, 2013), diferem quanto ao tempo de permanência, que em geral, não passam de 3 meses e pelo acolhimento de toda a família e não somente das crianças e adolescentes. As instituições buscam caminhos para o controle social da pobreza com apoio financeiro pontual, visando que as famílias consigam entrar no mundo do trabalho e da cultura local de forma menos traumática.

Embora se utilize a nomenclatura migrantes para generalizar todos os que aqui chegam, a condição econômica e social dos refugiados determina um não lugar de pertencimento e de exclusão, apesar de normativas mais atuais

tentarem se adequar às necessidades deste grupo (Lei n. 13.445/2017; Mendes, *et al.* 2020). Recentemente, foi disponibilizado pelo Governo Federal e parceiros um guia de acesso a serviços para famílias venezuelanas refugiadas e migrantes com crianças na primeira infância, com versão em português e espanhol (GADÊLHA E RIBEIRO, 2023). O material disponível *on-line* traz um passo a passo importante de acesso aos serviços que poderá ser muito útil às instituições na orientação às famílias venezuelanas. Contudo, os fluxos ali descritos, na prática, não funcionam como o planejado, pois os serviços nem sempre dispõem de vagas e tão pouco são bilíngues para compreender as demandas em espanhol.

Nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Boa Vista há serviços municipais e parceiros não governamentais, como ONGs, apoiados pelas agências da ONU que realizam e oferecem vários serviços para a população refugiada^{10, 11, 12, 13}.

Quanto ao acolhimento inicial, as instituições pesquisadas seguem o fluxo da operação acolhida até a chegada do grupo em suas portas. O atendimento voltado às famílias fica circunscrito aos fluxos já existentes, adaptados ao novo cenário das migrações. Em geral, fluxos internos de atendimentos anteriores, não havendo troca com outras instituições de acolhimento quanto as suas

¹⁰ <https://migramundo.com/conheca-ongs-que-apoiam-migrantes-e-refugiados-no-brasil-e-aceitam-voluntarios/>

¹¹https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/crai/index.php?p=186982

¹² <https://prefeitura.rio/cidadania/prefeitura-inaugura-centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes-no-rio/>

¹³ <https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>

práticas e incertezas. Quanto ao acolhimento das crianças, mesmo quem já tinha a experiência anterior, não havia qualquer planejamento esboçado. Há boas intenções, desejos e planos, todos para um futuro próximo que não inclui as crianças presentes. As equipes não são capacitadas ou atualizadas sobre os temas da primeira infância e crianças maiores. Não há conhecimento sobre a legislação atual, como o Marco legal da primeira infância (2016), nem busca de atualizações. Quando se deparam com a violência doméstica explícita, convocam o conselho tutelar ou a delegacia do bairro, que comumente trazem poucas respostas e mais ameaças e punições.

As instituições pouco se propõem a investir nas questões familiares e emocionais das famílias. Em pesquisa recente realizada pela FIOCRUZ, UFMA e coordenada pela Universidade de Southampton, da Inglaterra (2023), com mulheres venezuelanas, na fronteira com o Brasil, revelou que a separação de mães e filhos é um dos dados ligado à saúde das migrantes que mais preocupa. O estudo mostra que cerca de 25% das mães venezuelanas deixaram pelo menos um filho no país de origem. Numa autoavaliação durante esta pesquisa, foram justamente elas que relataram pior estado de saúde, assim como as que sofreram algum tipo de violência no percurso até a chegada ao Brasil.

Vimos em nossa pesquisa o despreparo das instituições que atendem refugiados para o acolhimento de crianças, algo que já está bem normatizado no país (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, 2006; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007; Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009.), já que a prática do acolhimento infantil no Brasil vem desde os tempos da colônia.

Institucionalizar crianças e adolescentes pobres, desqualificando as famílias nos cuidados e proteção, foi visto, por muito tempo, como uma resposta de governos e sociedade frente às vulnerabilidades sociais que estavam imersos estes sujeitos em desenvolvimento (RIZZINI, 2004; 2008; NASCIMENTO, 2012). Percebe-se, em algumas falas institucionais, que a questão da pobreza, aliada a visões culturais preconceituosas, ainda é uma questão que atravessa o imaginário dos profissionais, que os pais não sabem/não querem/não conseguem cuidar dos seus filhos. E os que chegam sofrem das dinâmicas próprias do racismo estrutural de nossa sociedade, expondo a segregação das cidades e das culturas (JOIA, 2021).

Os impactos psicológicos, físicos e educacionais nas crianças em deslocamento, marcam profundas desigualdades no seu desenvolvimento socioemocional. Os processos de deslocamento migratório de crianças e adolescentes pelo mundo compreendem formas e vivências idiossincráticas, que só é possível decifrar com a escuta dos sujeitos envolvidos (BARLEY, 2019; JABBAR *et al.*, 2019; ANGELIDOU *et al.*, 2019). Nas palavras de Motta e Paula (2019), “É trabalhar com a palavra alheia, com as visões de mundo que revelam em seus discursos e ajudam a ampliar a visão de mundo que compartilhamos” (p. 05).

Conforme sinalizado, o acolhimento privilegia o cuidado físico e não a saúde mental, desde a entrada na fronteira. No painel de monitoramento da estratégia de interiorização do Governo federal, atualizados em março de 2023, consideram que em torno de 30% das crianças estão em risco, a partir das necessidades específicas registradas especialmente risco de não frequentar a escola, necessidades básicas insatisfeitas e ausência de documentação básica

legal. Ressalta-se que entre as 10 subcategorias mais registradas pela pesquisa não estão incluídas as questões emocionais (MDS, 2023).

Ao entrevistar os profissionais que trabalham no acolhimento e atendimento das famílias e suas crianças refugiadas, foi percebido como a voz das crianças é silenciada e sua presença invisível. Esta invisibilidade está também presente na literatura nacional sobre o tema. A revisão bibliográfica (ABELSON, SILVEIRA E ASSIS, 2023) indica que não foram encontrados registros ou acompanhamentos permanentes dos resultados desta intervenção de abrigo temporário junto às famílias refugiadas venezuelanas. O que há são estudos recentes sobre o impacto da inclusão escolar das crianças refugiadas no Brasil (ELHAJJI *et al*, 2021; CONDE *et al*, 2018), assim como estudos sobre os abrigos temporários em Pacaraima e Boa Vista (BARBOSA *et al.*, 2020; PARAGUASSU, 2020).

Os profissionais não sabem como colocar na prática a garantia da prioridade absoluta, verbalizada, quando evocam o artigo 227 da Constituição Federal ou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Jogam na responsabilidade dos pais todo o cuidado e proteção das crianças, quando cabem às instituições proteger todo o grupo familiar. Não há uma clara reflexão ou preocupação coletiva ou individual sobre o que o país anfitrião pode oferecer para os meninos e meninas, tão pequenos e tão marcados pela dor da partida, do acolhimento, dos atendimentos e relacionamentos institucionais estabelecidos. Alguns profissionais manifestam uma disputa velada com as famílias, já que muitos têm dificuldades financeiras e moram em bairros periféricos, deixando transparecer que não são somente os refugiados que precisam de apoio e doações, lembrando reflexão feita por Bauman (2016) de

que para aqueles que suspeitam ter chegado ao fundo do poço, há outro fundo abaixo; o autor também pondera que esta descoberta pode redimir a dignidade humana e recuperar o que tenha sobrado de autoestima.

O compromisso de preservar as especificidades socioculturais do país de origem não acontece na maioria das instituições de acolhimento. O que há, por vezes, de forma explícita, é uma tentativa de exaltar a cultura e costumes do país anfitrião em detrimento das memórias e lembranças do que cada família traz de costumes (DALGAARD *et al.*, 2019; SANCHEZ-MOJICA, 2021; ELHAJJI, *et al.*, 2021; LOFFLER *et al.*, 2020).

Considerações Finais

Esse processo de abrigamento dos refugiados venezuelanos é recente no país e não sabemos por quanto tempo vai se manter. Ainda assim, podemos afirmar que dar voz e compreender como as equipes funcionam e pensam sobre as crianças abrigadas, junto com suas famílias, em todas as suas ambiguidades, é um passo importante, no âmbito do contexto brasileiro, na compreensão, continuidade e mudanças no atendimento e acompanhamento das infâncias em deslocamento. Qualificar e atualizar os conhecimentos das equipes sobre os conceitos das infâncias refugiadas, assim como construir processos específicos de acolhimento e atendimento às famílias imigrantes e refugiadas, nos serviços da proteção social especializada, é um caminho seguro e eficaz.

É preciso ainda construir fluxos de acolhimento, ainda na fronteira, com foco nas crianças. Fazer uma escuta qualificada das suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio. Entender que os

processos precisam partir destes sujeitos, afinal é por eles que os pais migram. É para garantir, não somente a sua sobrevivência, mas o seu desenvolvimento integral, que abandonam suas casas, laços familiares e rede de amigos em busca de melhores oportunidades. Todas as vezes que foi perguntado aos pais/cuidadores na pesquisa como imaginavam a vida deles e das crianças daqui para frente, a maioria traz o desejo que as coisas melhorem, que as crianças possam estudar e comemorar os aniversários com um bolo, com uma festa. Afinal, é preciso celebrar a vida, a vida das crianças.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Autonomia e integração local de refugiados (as) e imigrantes venezuelanos (as) acolhidos (as) nos abrigos em Boa Vista (RR)**. 2021. Disponível: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf. Acesso em: 21 mar.2023.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Convenção de 1951**. 2023. Disponível: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial>. Acesso em: 21 mar.2023.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Venezuela**. 2023. Disponível: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ALVAREZ, Luciana. Crianças refugiadas: longe da pátria e longe da escola. **Revista Educação**: edição 275, abril de 2021. Disponível:<https://revistaeducacao.com.br/2022/01/19/criancas-refugiadas/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ANGELIDOU, Georgia; RAMIREZ, Eva Aguaded. Attitudes' analysis of fifth grade Spanish and Greek pupils towards refugee children: The cases of Granada and Alexandroupolis. **International Journal of Humanities Education**, 17 (1): p.1-

19, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331082196_Attitudes'_Analysis_of_Fifth_Grade_Spanish_and_Greek_Pupils_towards_Refugee_Children_The_Cases_of_Granada_and_Alexandroupolis . Acesso em: 20 fev. 2022.

ASSIS, S. G; FARIAS, L. O. P(ORG). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. Ed. Hucitec. São Paulo, 2013.

AZEVEDO, R. S; AMARAL, C. T. O trabalho do professor com crianças imigrantes e refugiadas: um estudo teórico do contexto brasileiro. **Revista Profissão Docente**. V. 21, n. 46, 2021. Disponível: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1403>. Acesso em: 21 mar.2023.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

BARALDI, C. B. F. Migrações Internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana. Universidade de São Paulo. **Tese de Doutorado**. 2014. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-08102014-171457/pt-br.php>. Acesso em: 21 mar.2023.

BARBOSA, L. A; NETA, E. L. M. S; TEIXEIRA, L. D.G; SILVA, S. M; BRASIL, C. O; LEAL, N. A. C. Aspectos gerais da vida de imigrantes em abrigos para refugiados. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. 33, 2020. Disponível: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10734>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BARLEY, Rute; RUSSELL, Lisa. Participatory visual methods: exploring young people's identities, hopes and feelings. **Ethnography and Education**, 14 (3): 1-19, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323269325_Participatory_visual_methods_exploring_young_people's_identities_hopes_and_feelings>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BARRETO, L.P.T; LEÃO, R. Z. R. O Brasil e o espírito da Declaração de Cartagena. **Revista Forced Migration**, ed. 35, 2010. Disponível: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMR35brasil.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL, Lei n 13.445 de 24 de maio de 2017, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL, Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL, Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL, Lei n 13.257 de 08 de março de 2016, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

CARVALHO, G.M. Análise comparativa das políticas públicas de acolhimento desenvolvidas pelo Brasil e Colômbia no caso dos refugiados Venezuelanos. Universidade do Sul de Santa Catarina. Curso de Direito. **Monografia**, 2019. Disponível: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/5922>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CIDADE, N. C. Refugiados Urbanos: Estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Dissertação de Mestrado**, 2018. Disponível: <http://www.prourb.fau.ufrj.br/integrantes/natalia-da-cunha-cidade/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CONDE, S. F; ALCUBIERRE, K. S. L. Sentidos e Percepções de crianças migrantes em Florianópolis. **Revista Katál**, v. 21, n. 2, p. 358-368, Florianópolis, 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rk/a/CtMcmbtv7wV9sjcX7z5QwtG/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2023.

COSTA, P., SOUZA, L. *ET AL.* O acolhimento de refugiados recolocados em Portugal: a intervenção das instituições locais. **II Congresso Internacional de mediação social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação**. (p. 113-133). Braga: CECS, 2019. Disponível: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3021. Acesso em: 21 mar. 2023.

DALGAARD, Nina; THOGERSEN, Marie; VAEVER, Mette; MONTGOMERY, Edith. Family violence in traumatized refugee families: A mixed methods study of

mother/child dyadic functioning, parental symptom levels and children's psychosocial adjustment. **Nordic Psychology**, 72 (1): p.1-22, 2019. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/335242195_Family_violence_in_traumatized_refugee_families_A_mixed_methods_study_of_motherchild_dyadic_functioning_parental_symptom_levels_and_children's_psychosocial_adjustment>
Acesso em: 20 fev. 2022.

ELHAJJI, M; PARAGUASSU, F. Infância e Estrangeiridade: Duas alteridades, a mesma minoridade. **Zero-a-seis**, Florianópolis, V.23, N.43, P. 399- 499, jan/jul., 2021. Disponível:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/72762>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ELHAJJI, M; AGUIAR, G. A; ASSUMPÇÃO, A.M. Crianças Migrantes no Rio de Janeiro: questões para sua integração nas escola públicas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. N. 20, p. 44- 68, 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/KQGjtgPbgtbQWKVRmHPcjhC>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FIGUEIREDO, J. G.; ARAGÃO, E. M. A. Crianças e adolescentes acolhidos: histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas. **Revista EPOS**. V.4, N. 2, Rio de Janeiro, 2013. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 mar. 2023.

GADÊLHA, F. RIBEIRO, M. **Guia de acesso a serviços para famílias venezuelanas refugiadas e migrantes com crianças na primeira infância**. Brasília, 2023. Disponível: http://www.primeirainfanciarefugiada.com.br/arquivos/230428_AVSI_GuiadeAcesso_web.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade casa de passagem regionalizada: com foco em migrantes e refugiados**. Curitiba, março de 2021. Disponível: https://www.ceas.pr.gov.br/sites/ceas/arquivos_restritos/files/documento/2021-06/guia_fluxo_casa_de_passagem_regionalizada_-07.06.2021_word.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

JABBAR, Sinaria; BETAWI, Amy. Children express: war and peace themes in the drawings of Iraqi refugee children in Jordan, **International Journal of**

Adolescence and Youth, 24:1, p.1-18, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02673843.2018.1455058>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JOIA, J. H. Infâncias imigrantes, silêncios e fronteiras do cuidado em um CAPS infantojuvenil. **Estilos Da Clínica**, 26(1), 145-159, 2021. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/174748>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LOFFLER, D; COLL DELAGADO, A.C. O direito das crianças à participação: entre conquistas e desafios. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**. Porto Velho, v.7, n,17, p.82-101, jan/dez, 2020. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/340005423_O_direito_das_crianças_a_participacao_entre_conquistas_e_desafios. Acesso em: 20 fev. 2022.

MENDES, A. A; BRASIL, D. R. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Sequência** (Florianópolis), n.84 Florianópolis Jan./Apr. 2020. Disponível: <https://www.scielo.br/j/seq/a/m857phqNWZFzQDZ8vqhLDLM/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Estratégia de Interiorização**. Disponível: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 21 mar.2023.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMNTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 21 mar.2023

MINISTERIO DO DESENVOLVIMNTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 21 mar.2023

MINISTERIO DO DESENVOLVIMNTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023

MATOS, C. C. R. Trabalho humanitário, saúde mental e atenção psicossocial: um relato de experiência nos abrigos para migrantes e refugiados venezuelanos em Boa Vista/RR. Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História. **Curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina**. Foz de Iguaçu, 2022. Disponível:

<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/6964/Trabalho%20Humanit%C3%A1rio%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Psicossocial%3A%20um%20Relato%20de%20Experi%C3%AAncia%20nos%20Abrigos%20para%20Migrantes%20e%20Refugiados%20Venezuelanos%20em%20Boa%20Vista%20/%20RR?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 mar. 2023

MOTTA, F.; PAULA, C. Questões raciais para crianças: resistência e denuncia do não dito. **Revista Educação e Realidade**. V.44, n.2, 2019.

NASCIMENTO, Maria Livia. Abrigo, Pobreza e Negligência: percursos de Judicialização. **Psicologia e Sociedade**, Vol. 24, (n.spe.): p. 39-44, 2012 Disponível:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Cj3wKXhg7xYxhtgFjwclzMf/?lang=pt#>. Acesso em: 21 mar.2023

PAIVA, A. R; GONÇALVES, A. G. P. Declaração de Cartagena e os Desafios para os Direitos Humanos de Pessoas Refugiadas na América Latina. **Revista Agora**: v.33, n. 2. 2022. Disponível: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/37953>. Acesso em: 21 mar.2023

PARAGUASSU, F. Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história. **Dissertação de Mestrado**, Rio de Janeiro, 2020.

PLATAFORMA REGIONAL DE COORDEAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS E IMIGRANTES VENEZUELANOS– **R4V**. 2023. Disponível: <https://www.r4v.info/>. Acesso em: 21 mar.2023.

PRADELA, V. O. Fluxo Migratório Venezuelano: a atuação das autoridades brasileiras para o acolhimento de venezuelanos no Brasil. Universidade Federal de Uberlândia. 2021. Disponível: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31807>. Acesso em: 21 mar.2023.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007. Disponível:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 mar. 2023.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2ed, 2008. Disponível: http://www.ser.puc-rio.br/4_S%C3%A9culo_Perdido_completo.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

SANCHEZ-MOJICA, Jonh. Fredy. Migración infantil e inclusión educativa: Un tópico en deuda para el desarrollo de enfoques y políticas integrales de atención en Latinoamérica. **Educare**, Heredia, v. 25, n. 2, p. 262-284, Aug. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-42582021000200262&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANTINHO, M.C. **Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos políticos no Campo da Saúde**. Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de Antropologia. Doutorado em Antropologia, 2011.

SANTOS, T. C. Desafios do acolhimento institucional para refugiados no município do Rio de Janeiro. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**, 2017. Disponível: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo14/desafiosdoacolhimentoinstitucionalpararefugiadosnomunicipiodoriodejaneiro.pdf>. Acesso em: 21 mar.2023.

SANTOS, I. D. C. A proteção das Crianças e Adolescentes Refugiados no Brasil: A necessidade de políticas Públicas de Integração. (Tese de Doutorado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/23137/Isabelle%20Dias%20Carneiro%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2023.

ILVA, D.F. O fenômeno dos refugiados no mundo e a atual cenário complexo das migrações forçadas. **Revista brasileira de Estudos de População**. Belo

Horizonte, v. 34, n.1, p. 163-170, jan./abril, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Xf7yQhXqhY3YyRp9fZZgzwm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar.2023.

THOMÉ, R. G. **Crianças e adolescentes refugiadas e solicitantes de refúgio no município do Rio de Janeiro**: desafios e perspectivas para a proteção social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 2019. Disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46348/46348.PDF>. Acesso em: 21 mar. 2023.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas pela Infância. **Crise Migratória Venezuelana** no Brasil. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 21 mar. 2023

UNICEF. Fundo das Nações Unidas pela Infância. **A Convenção sobre os Direitos da criança**. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-Vos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 21 mar.2023.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Fluxo de migrantes Venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos**. 2023. Disponível: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/07/fluxo-de-migrantes-venezuelanos-no-brasil-cresceu-mais-de-900-em-dois-anos.html>. Acesso em: 21 mar.2023.

VARESE, Luis. *Redes e Parcerias*. In: **Revista Scalabriniane nel Mondo**. Ano 12, Número 23 – Julho/Dezembro de 2004.

VASCONCELOS, A. M. N; BOTEGA, T. Política Migratória e o paradoxo da globalização. Porto alegre: **EDIPUCRS**, Brasília: **CSEM**, 2015. Disponível em: <https://www.csem.org.br/livros/politica-migratoria-e-o-paradoxo-da-globalizacao/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

5.3 Crianças e famílias: a escuta das narrativas e suas histórias

A chegada ao Campo: conhecendo famílias e crianças

Com a covid-19 tudo ficou mais distante. As primeiras tentativas de iniciar a pesquisa de campo foram por e-mail, conversas pelo *Whatsapp* e entrevistas pelo OBS Studio, um programa gratuito de codificação e transmissão de vídeo, *on-line*. As incertezas de uma volta presencial eram inúmeras, não sendo possível prever o seu início com as crianças. Após o início da vacinação e usando máscaras, uma das instituições do Rio de Janeiro, autorizou minha entrada. Em São Paulo, por duas vezes, foi adiada a visita de campo, devido a casos de covid-19 e isolamento do grupo das famílias. Como o retorno ao presencial ainda era provisório, deixei para mais adiante os campos de observação de São Paulo e Boa Vista e iniciei no Rio de Janeiro.

A chegada à instituição do Rio de Janeiro foi acolhedora. A equipe estava animada em receber novas famílias e ter seus portões abertos novamente, mesmo com restrições. Foi neste clima de retomar a vida que cheguei para iniciar a pesquisa de campo. Como a instituição tinha um histórico de receber muitos voluntários e projetos com estudantes universitários, não houve um estranhamento com minha presença. Mesmo eu me apresentando e apresentando a pesquisa para a equipe, poucos entre eles me perguntaram o que eu fazia por lá. Sabiam que eu era pesquisadora da Fiocruz e isso parecia ser suficiente. Outro aspecto a ser aqui somente pontuado e mais comentado em outra passagem do estudo, refere-se ao fato que me comunicava em espanhol com as famílias refugiadas. Tal atitude teve desdobramentos ao longo do trabalho de campo. A maioria me chamava de professora. Como toda instituição, as regras básicas foram logo compartilhadas. A principal delas era nunca entrar nas casas das famílias sozinha, precisava estar acompanhada de alguém da equipe. À medida que a pesquisa ia avançando, outras regras foram

surgindo, como a proibição de circulação de crianças dentro da casa administrativa, local usado pela pesquisa para as crianças desenharem. Havia um incômodo da equipe com a valorização que a pesquisa dava à escuta das crianças e conseqüentemente isso se traduziu na visibilidade da perspectiva da criança em contraste com a invisibilidade desta dentro da instituição.

Em São Paulo e Boa Vista, onde o número de famílias era menor e todos dividiam a mesma casa, o acolhimento foi mais caloroso, embora o tempo de permanência tenha sido menor. Tinham suas regras e limites que foram compartilhadas no momento da chegada. Em São Paulo, não foi permitido gravar as entrevistas com as famílias. Nas três cidades, 32 crianças participaram diretamente da pesquisa.

No Rio de Janeiro, logo no primeiro mês de campo, chegava cedo junto com a equipe, pela manhã. Subia o morro andando e encontrava algumas crianças venezuelanas a caminho da escola, com seus pais. Embora o caminho fosse íngreme e longo, sempre havia pessoas subindo e descendo, pois a van que fazia o percurso cobrava R\$3,00 reais na subida e R\$2,00 para descer. Geralmente as famílias pagavam a subida quando faziam compras no supermercado. Pela manhã, a instituição era muito silenciosa, somente a partir das 10h que as crianças começavam a circular comendo alguma coisa; estavam acordando. A equipe comentava que eles dormiam muito tarde, vendo televisão e comendo pizza. Para quem estava chegando, era destinado uma ajuda de custo mensal para despesas com alimentação e higiene pessoal. Custos com medicação e outros cuidados, eram pagos pela instituição, uma parceria com agências da ONU. Era comum a doação de cestas básicas e outros alimentos,

além de eletrodomésticos para suas casas definitivas, pós-abrigo, por outros parceiros institucionais, voluntários e população em geral.

Com o tempo, fui adaptando os horários da observação do campo, ficando mais no turno da tarde, quando as crianças e os adultos circulavam mais, fora das residências. Para chegar às crianças, procurava primeiro os pais, não somente para autorizar seus filhos a participarem da pesquisa, mas para mostrar para as crianças que foi permitido eu me aproximar, chegar junto e brincar com elas. Embora as crianças circulassem dentro da instituição livremente, pais/cuidadores e crianças estavam sempre em vigília para saber onde cada um deles estava e o que faziam. Este comportamento não era identificado pela equipe, pelo contrário, tinham a impressão e verbalizavam com frequência que os pais não sabiam cuidar dos seus filhos, deixando-os soltos demais ou não levando para a escola.

Para as famílias, um novo cotidiano iniciava. Mesmo dividindo o espaço físico com outras famílias, uma rotina de dormir no seu quarto e preparar sua comida estava de volta, depois de meses morando em Carpas¹⁴ em Pacaraima e Boa Vista, no Estado de Roraima, fronteira com a Venezuela. Assim, quando um novo grupo chegava, as famílias ficavam um tempo sem sair das casas, parecia que curtindo o momento, somente depois de alguns dias que começavam a circular.

As entrevistas com os pais e/ou cuidadores era quase sempre no batente, entre a porta de entrada das casas e a calçada. Foram as mães as principais interlocutoras, elas que ficavam com as crianças na instituição, enquanto os

¹⁴ Abrigos provisórios localizados em Pacaraima e Boa Vista para acolher os refugiados venezuelanos.

maridos/padrastos/pais saíam em busca de trabalho. Sentávamos lá e virava uma conversa, sempre com as crianças ao redor, ouvindo o que suas mães tinham a dizer sobre o processo de partida e chegada. Era comum as mulheres serem tomadas pela emoção quando lembravam como foi sair de sua casa, deixar suas coisas, as pessoas que conviviam e mudarem para outro país. Nestes momentos, as crianças ficavam muito atentas às respostas das mães e as suas emoções, que quase sempre eram de voz embargada e lágrimas. Com algumas mães solo não foi possível conversar, pois tinham que sair em busca de trabalho. Como de alguma forma todos estavam buscando trabalho formal, era comum as famílias cuidarem das crianças uma das outras. Estes laços que iam se construindo, por vezes, continuava fora da instituição, onde famílias se juntavam para alugar casas em conjunto, assim poderiam contar uns com outros no cuidado das crianças.

Este processo de chegar às crianças foi construído e revisto à medida que iam falando de si, do processo de partida de suas casas, do que deixaram para trás e o que queriam para os nossos momentos. Foi a massinha de modelar que eles nomeavam plastilina, a senha inventada para o diálogo e os segredos. Foi a partir dela que histórias puderam ser contadas e compartilhadas.

Sempre tinha comigo plastilina e as crianças aos poucos iam se dando conta disso. No começo havia muita disputa, com brincadeiras de brigas que assustavam pela força da violência, para ver quem conseguia mais plastilina. Era um pleito de atenção, cuidado e limites. Havia um medo de serem esquecidas. Quando estávamos juntas e perguntava os nomes, mais de uma vez, questionavam: já me esqueceu? Algumas crianças pediam para anotar o meu nome no papel e guardavam, diziam que era para não esquecer. Reter objetos

e massinha de modelar era uma constante. Assim como os pedidos de levar para casa os brinquedos da sala destinada às atividades com as crianças, na instituição de acolhimento no Rio de Janeiro.

Sempre depois das entrevistas com as famílias convidava uma criança para desenhar. Não havia recusas de imediato, gostavam da atenção individualizada e de desenhar. Usar o lápis e o papel de alguma forma remetia à escola, lugar que sentiam falta desde a saída da Venezuela.

Pedia para desenhar primeiro sua família, depois a sua casa, a que desejavam morar e, por último, o trajeto entre a Venezuela e o Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, o espaço físico usado por mim com as crianças alterava com muita facilidade. Inicialmente, foi a mesa da casa destinada às atividades lúdicas das crianças. Muitas eram as instruções sobre o espaço: não era permitido bagunçar, ficar de olho para as crianças não levarem nada (brinquedos, massinha, lápis, etc) e sempre manter a porta fechada com cadeado. Mesmo com todas as recomendações, nem sempre era possível usar o espaço, pois era comum estar repleto de doações (roupas e alimentos) por cima da mesa e ocupando todo o piso. Um segundo espaço destinado à atividade do desenho foi a sala dos técnicos, no primeiro andar da casa administrativa. Espaço com mesa grande, escura e com pouca ventilação. Também foi usada por pouco tempo, afinal, os técnicos precisavam usar a sala. No mesmo andar tinha a sala da psicóloga que foi cedida uma única vez, com várias advertências e um certo constrangimento, pois a mesma não estava presente para autorizar. Restou a mesa grande da sala de jantar na entrada principal da casa administrativa. Lugar de passagem para a sala da Assistente Social e para a cozinha dos técnicos. Foi lá que a maioria dos desenhos foram feitos durante a pesquisa de campo. Em

São Paulo, os desenhos foram feitos na mesa redonda da cozinha, sempre no turno da tarde, depois do almoço e antes do lanche da tarde, quando o espaço estava vazio. Em Boa Vista, também na mesa onde as famílias faziam suas refeições, na varanda da casa e próximo à cozinha, as crianças desenhavam, lugar ventilado e com muita luminosidade. Também lugar de passagem, pois ficava próximo ao portal de entrada da instituição.

A nova vida e a saudade na Venezuela

O campo etnográfico foi conduzido pelas propostas das crianças. Uma das preferidas era a leitura de histórias. Elas pediam sempre para repetir o livro *Barco de Histórias*. No Rio de Janeiro, a identificação com o livro foi imediata, com relatos do que deixaram para trás, como seus animais de estimação, das comidas que levaram nas bolsas e da ajuda que tiveram de pessoas estranhas, com caronas ou alimentos doados, durante o tempo de deslocamento entre a saída da Venezuela e a chegada na fronteira com o Brasil. As leituras sempre começavam com poucas crianças, no máximo quatro, e terminavam com mais de 15 ao redor do livro. Eles iam falando e construindo uma história única, marcada por diversas falas. Embora não compartilhassem dos mesmos fatos, havia uma solidariedade do desamparo do outro que permita a inclusão do comentário de cada um na história única, em geral ouviam o que cada um tinha para acrescentar na história. A cada imagem do livro, um fragmento de narrativas das partidas das crianças iam sendo agregadas. Abaixo, notas do diário de campo em que descrevo parte desta dinâmica, desta construção coletiva da história,

Hoje fui convidada para entrar no campo verde. Abro uma lona branca grande no chão e as crianças deitam com os braços para o alto e perguntam o que trouxe hoje. Mostro o livro Barco de Histórias e vamos juntos passando página por página. Em cada folha, um fragmento de narrativa de suas partidas. Na mala ilustrada no livro, as crianças venezuelanas trazem arepas, brinquedos e até um cachorro que se perdeu no caminho. Do imaginário literário se somavam o imaginário/realidade que constituíam a narrativa de cada criança. Na p. 15 o lápis virou um anzol que pegava peixes. Na p. 22 e 23 assim como no livro, as crianças ficavam em tendas, duas famílias dormiam juntas e as comidas eram boas, vinham em quentinhas e brincavam de se esconder entre as tendas. Na p. 27 o farol do livro virou uma casa. Na p. 28 e 29 entendem que os personagens do livro estão felizes, e começam a cantar músicas venezuelanas. Na p. 34 e 35 acham que as pessoas estão desembarcando na Venezuela, de volta para casa. E, na p. 42, última página do livro, é noite escura e as crianças acreditam que naquelas casas do livro, elas dormem, estão de volta em suas casas na Venezuela.

Em São Paulo, a contação de histórias foi na garagem da instituição, espaço reservado para as aulas de português para os adultos, que naquela semana não contou com a presença do voluntário responsável. A idade das crianças que participavam variava entre 7 e 10 anos. Cinco meninas eram bem mais desinibidas e ficaram uma ao lado da outra e, enquanto dois meninos mais envergonhados, ficaram quase de frente para elas. As meninas contavam suas histórias, os meninos ficavam rindo e depreciando os comentários das meninas ou demonstravam falta de interesse pela narração. Uma das meninas, com português fluente, narra com muito entusiasmo a vida que gostaria de ter no Brasil e que gosta de samba. Um dos meninos, que é seu irmão, a repreende, falando em espanhol, que não pode gostar mais do Brasil que da Venezuela, narrando todo o seu patriotismo para os presentes. Ele fala com muita emoção! Sentimento não compartilhado pela irmã e pelas demais meninas. Parece haver um jogo entre eles de disputa e poder.

Os vários espaços da instituição do Rio de Janeiro foram visitados, os permitidos e os proibidos. Nos permitidos, a quadra coberta de futebol acolheu as atividades de argila, recorte e colagem e música. Sempre estávamos por lá, sentados em roda ou correndo, mas sempre conversando sobre a vida lá na

Venezuela ou aqui no Brasil. Um tema sempre recorrente era alimentação. Eles gostavam de falar das diferenças de gostos e paladares entre os dois países.

Um dos motivos que levam as famílias a migrarem é a fome. Para Pereira (2021), a Venezuela é o país americano com maior proporção de pessoas em estado de fome (p. 59). Com a saída da Venezuela e a chegada ao Brasil, as mulheres deixaram de cozinhar. As comidas ofertadas nos abrigos, para quem consegue um lugar, eram quentinhas prontas, sendo uma das grandes alegrias das crianças nas instituições de acolhimento era ter a mãe/pai preparando os alimentos como eles gostavam. Aos poucos fui entendendo porque as mulheres passavam tanto tempo na cozinha das casas/instituições e as crianças largavam qualquer coisa que estavam fazendo quando a mãe vinha chamar para comer. Era fome de comida de mãe! Em São Paulo, o preparo da comida era dividido semanalmente pelas famílias e era percebido pela equipe o poder temporário do preparo, como separar a melhor parte das refeições para si e sua família. Para Vasconcelos e Santos (2021), o alimento constitui uma linguagem, ela é revestida de significados e não deve ser confundida com o simples até de encher a barriga” (p. 29).

Os abrigos são de lona e as comidas já vem prontas, a gente não comia o que gostava. Somente os indígenas podiam cozinhar. Por isso, é bom aqui! (Diário de campo, mãe relatando a diferença entre os abrigos em Boa Vista e no Rio de Janeiro– 15.06.22)

A questão da alimentação, fazia parte do dia a dia das instituições. Era comum no caminho de chegada encontrar famílias voltando do supermercado, profissionais comentarem sobre os gostos exóticos dos venezuelanos, como feijão doce e *arepas* e também era assunto de conversa entre as crianças. As que estavam na escola relatavam da dificuldade em adaptar o paladar ao feijão

salgado do Brasil e a falta de banana na comida do almoço escolar. Nem todas as frutas eram gostosas como na Venezuela.

Um outro espaço permitido, na instituição do Rio de Janeiro era o campo verde, que parece de futebol pela sua dimensão. Levemente inclinado, proporcionava várias brincadeiras de correr e de escorregar, com velocípedes ou rolando com o corpo. A grama protegia de arranhões e machucados. No fundo do campo, havia uma gangorra e uma casinha de madeira bem precária. Brinquedos que facilmente poderiam machucar. Mesmo assim, eles driblavam as imperfeições dos combalidos brinquedos, especialmente os muito pequenos, brincando muito por lá, raras eram as vezes que alguém se machucava de verdade.

Havia uma regra, uma fantasia, compartilhada entre as crianças, não explícita, que todos seguiam: os adultos não eram bem-vindos no campo verde! Jogos de interditos! Os espaços em que os acessos eram proibidos a eles, e os espaços, que eles proibiam o acesso aos responsáveis pelo abrigo. A mim, no início, era permitido ficar observando de longe. Sempre que me aproximava do campo verde eles me levavam para a quadra coberta de futebol para brincar. Era quase imperceptível esse deslocamento. Foi somente meses depois que fui convidada para brincar junto, no campo verde, onde o abraço era liberado e as conversas em espanhol sem fim, eram permitidas.

Um dos lugares proibidos, ficava dentro do campo verde, ao lado de uma grande pedra que as crianças subiam e acessavam várias árvores. Tinha a impressão de que entrar lá era um faz de conta, onde ali era a floresta e as montanhas entre Venezuela e Brasil, onde todos passaram horas ou dias atravessando para se chegar na fronteira. Nos relatos das crianças e adultos, o

perigo de animais peçonhentos e perigosos era eminente no caminho da Venezuela para o Brasil. Assim, quando subiam a pedra e resolviam entrar, eram para lá que estavam voltando, repetindo a experiência no faz de conta, elaborando as perdas, os medos e as esperanças. Entravam em grupo, jamais sozinhos, e voltavam rapidinho. Fiz algumas tentativas de ir na expedição dos grupos, contudo, as crianças diziam que era perigoso para mim.

As meninas e meninos sempre estavam em grupo, brincando juntas e, entre eles, falavam a língua materna. Com os adultos brasileiros, tentavam falar em português, muitos diziam que preferiam assim, para aprender logo o idioma local. As brincadeiras não diferem das crianças brasileiras e pouco se via os pais ou qualquer outro adulto brincando ou mediando o faz de conta. Mesmo quando havia aulas com voluntários, as relações sempre eram marcadas pelo adulto que ensina e a criança que aprende. Era comum também os irmãos maiores, meninos e meninas, cuidarem dos menores. Crianças de 7 ou 8 anos cuidando dos irmãos de 2 ou 3 anos de idade.

Maria de 8 anos conserta o velocípede para o irmão menor brincar e chama minha atenção para isso. É ela que empurra, dando velocidade ao brinquedo para deslizar no campo. (Diário de campo, Rio de Janeiro, 9/2/22)

Cuidar uns dos outros fazia parte da rotina institucional, ou porque compartilhavam a mesma casa e, em alguns casos as famílias já se conheciam anteriormente, conviviam nos abrigos em Boa Vista ou Pacaraima; ou também porque as equipes das instituições deixavam claro, logo na chegada, que era responsabilidade de cada família cuidar dos seus filhos ou delegar, em caso de trabalho, para outra família cuidar. Nenhuma das instituições se colocava no lugar de ser cuidador das crianças. Essa era uma função exclusiva da família.

Estas, por sua vez, aceitavam as regras sem perguntas ou questionamentos. Quando indagávamos como se dava o acompanhamento diário das crianças nas instituições, quase sempre as respostas eram de satisfação e agradecimento por estarem acolhidos. É fácil compreender este sentimento de gratidão por parte das famílias, uma vez que a maioria sai de suas casas com os pertences que conseguiam carregar e ao atravessar a fronteira, dependiam da ajuda e solidariedade do governo e sociedade civil. A condição de desamparo que se encontravam não permitia exigências ou interrogações do que se ofertavam.

Estão bem, eu gosto. Tem atividades e estão tranquilos. (Diário de campo - mãe, família 15, Rio de Janeiro)

Para muitos, há uma vivência de morar na rua, passar fome e frio. Quando conseguem uma vaga nos abrigos, a vida continua cheia de incertezas, inseguranças e vigília de proteção das filhas e filhos contra todo tipo de violência. Segundo o relato da mãe,

Há um ano, o filho mais velho adoeceu gravemente e veio para o Brasil em busca de tratamento. Foram 2 dias no trajeto, passaram fome. Em Boa Vista, morou na rua e no abrigo. No abrigo sofreu ameaças. Como é mãe solo, não trabalhava, pois se saísse alguém poderia molestar seus filhos. Também não dormia à noite, vigiando o sono dos filhos e para protegê-los. Não confia nos venezuelanos, são perigosos e maus. Desde que chegou na instituição, começou a trabalhar e os filhos estão mais empáticos e felizes. Veio para São Paulo para reunificação familiar. Sua mãe mora em Guarulhos com o seu filho mais novo, de 2 anos. Consegue reunir a família uma vez por mês. Em breve, todos vão morar juntos. (Diário de campo - mãe, família 6, São Paulo)

A saudade da vida e da casa da Venezuela era frequente em todos os grupos. Nas famílias em Boa Vista, onde o tempo de saída era mais recente e com marcas mais expostas, as emoções estavam mais afloradas uma vez que a dor da partida ainda estava no olhar das crianças e dos pais/cuidadores. Foi com comoção que relataram a despedida do seu país e os percalços da

chegada. Histórias de sofrimento, fome, dor e também de muita esperança. Para as famílias já interiorizadas, somente as crianças falavam espontaneamente sobre a vida e a casa na Venezuela. Nos desenhos, havia uma mistura de orgulho e saudade da vida por lá. Em São Paulo e Rio de Janeiro, eram nas entrevistas que as mães falavam espontaneamente sobre o assunto. A dor da saudade era latente, bastava uma pergunta, uma referência que tudo vinha à tona com muita força. As palavras faltavam, o choro embora contido, não cessava e a esperança do reencontro com os que ficaram, filhos, pais, amigos, era uma certeza. A maioria tem contato por telefone e vídeo chamada pelo WhatsApp com os que ficaram na Venezuela.

Para amenizar a saudade, no Rio de Janeiro, as mulheres se reuniam, informalmente, na calçada uma das outras para conversar. Enquanto arrumavam os cabelos das filhas, fazendo tranças e penteados, comiam arepas, conversam sobre o dia a dia, recomendam remédios para exterminar piolhos, preços e produtos do mercado que melhor atendiam aos gostos e paladares de suas famílias. As comparações com o país de origem eram inevitáveis e sempre estavam trazendo notícias e se atualizando do que está acontecendo por lá, na Venezuela.

A expressão da saudade nas crianças estava refletida nas brincadeiras e nos desenhos. Como a linguagem falada articulada ainda não era um recurso amplamente utilizado para expressar os seus sentimentos mais secretos, outras expressões do discurso surgiram para dar conta da realidade.

O Desenho da família foi o que teve maior adesão das crianças. Das 32 crianças que participaram da pesquisa, apenas uma não desenhou. As crianças vêm de famílias numerosas, além da família ampliada. A figura dos avós, que

ficaram na Venezuela, é uma marca e uma saudade, muito presente no discurso, enquanto desenham. As figuras materna e paterna estão presentes em grande parte dos desenhos, embora nas entrevistas com as mães, a figura do companheiro/pai das crianças seja ambivalente, pois há muitas histórias de abandono do núcleo familiar em algum momento pós-decisão da partida da Venezuela. Para as crianças, ficou a saudade. Alguns tem contato por telefone, não é a regra.

Nem sempre as figuras humanas são ricas em detalhes, dependendo da etapa do desenvolvimento e do estilo pessoal, contudo trazem, em sua maioria, o núcleo familiar mais próximo. Incluem, nos desenhos, avós, tios e primos que ficaram na Venezuela.

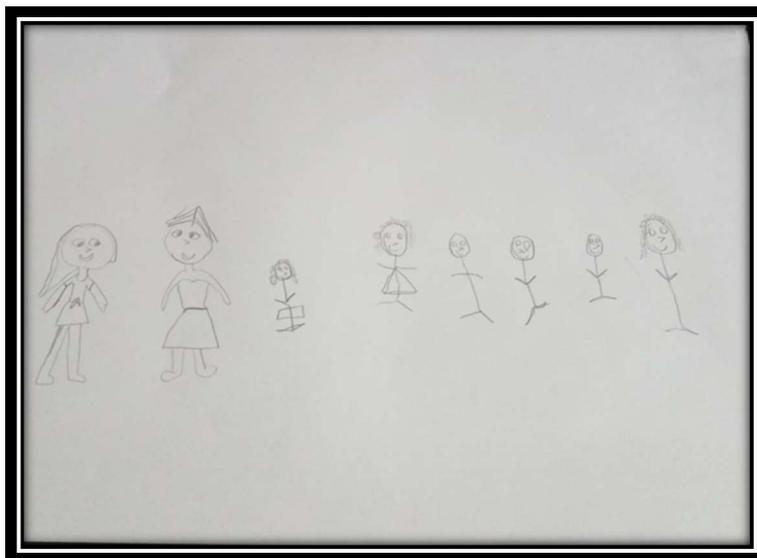


Figura 27 - cri15_F_7anos_Família ampliada.

A figura materna está presente na maioria dos desenhos, seguida pelo pai e irmãos. Cri13_F_9anos, com aparência de tristeza, veio com a família para o Brasil e moraram 6 meses nos abrigos em Boa Vista. Fizeram a travessia a pé e de carona, foram dois dias para chegar à fronteira. A mãe com sinais de depressão, falou da saudade que sente de sua família na Venezuela.

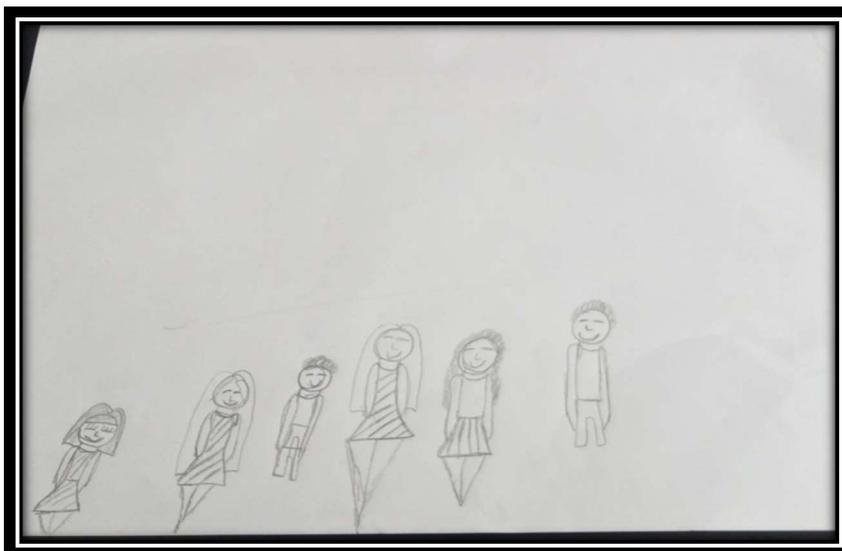


Figura 28 - Da direita para a esquerda: irmã mais velha, Cri13_F_9 anos, irmão, irmã, mãe e pai.

A figura paterna ser a primeira desenhada, foi pouco comum. Cri29_M_10anos, veio da Venezuela com a mãe, a irmã mais velha e a família da tia materna. O pai ficou na Venezuela. A situação econômica da família era boa, sendo uma decisão da mãe migrar com a irmã mais velha e sua família, pois eram muito próximas. Cri_29 tem muitas saudades do pai e dos passeios que faziam juntos.



Figura 29 - Da direita para a esquerda: pai, mãe, cri29_M_10 anos, irmão, irmã, avô e avó paternos.

Durante a observação de campo, apenas duas famílias eram chefiadas pelo pai com ausência da mãe. Na primeira, em Boa Vista, o pai estava cuidando dos 03 filhos enquanto a mãe das crianças estava em outro Estado Brasileiro trabalhando. A família aguardava reunificação familiar. Na outra família, era apenas o pai e um menino de 7 anos, no Rio de Janeiro. Cri32 tinha atitudes que manifestavam certo desamparo. O destino da mãe era desconhecido pela instituição e o pai se ausentava durante o dia para trabalhar, deixando-o sob os cuidados de outra família. Tal configuração deixava sinais concernentes de cuidado sem referência de um adulto cuidador. Pude constatar tal observação ao encontrá-lo várias vezes vagando pela instituição à procura de ser acolhido. Veio com o pai para o Brasil sozinho. O desenho sobre a família, primeiro desenha ele e o pai, a única figura que possui mãos, dedos e detalhes do rosto.

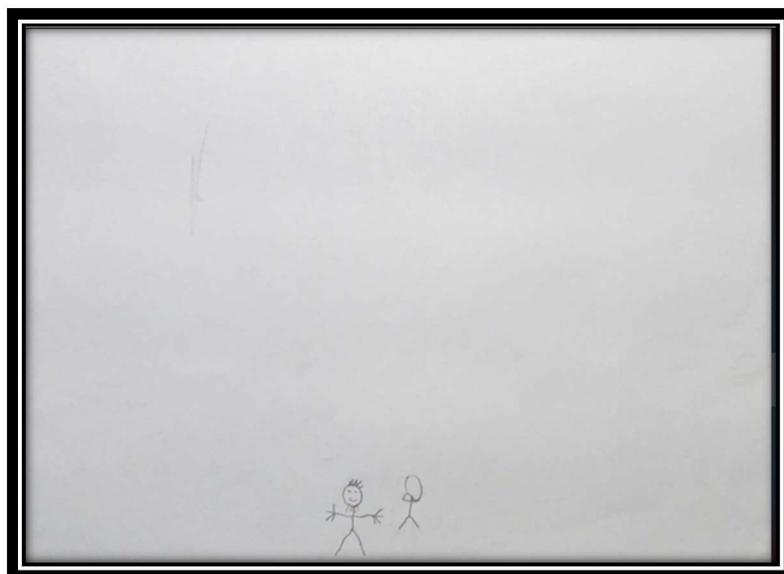


Figura 30 - O pai e cri32_M_7 anos.

Depois do desenho, pede borracha. Como não tem, ele desenha no verso da folha o segundo desenho da família. Primeiro ele sozinho e depois o pai, ele, a mãe e o avô.



Figura 31 - Da direita para a esquerda: pai, cri32, mãe e avô paterno.

O desenho da casa é a marca da saudade. As crianças gostavam de desenhar especialmente suas casas na Venezuela. A cor vibrante das casas revela sorrisos, nos relatos e a maioria traz lembranças dos seus brinquedos e bichos de estimação que ficaram para trás. Embora a saudade marque o tom das narrativas, são desenhos coloridos e rico em detalhes. A grande maioria (18), desenhou a casa que vivia na Venezuela. Durante o desenho, trazem detalhes de quem ficou na casa (em geral os avós), se foi vendida, se ficou fechada ou se tem algum parente morando lá, para evitar saqueadores. Há um apego pelo lugar e uma certeza, para muitos, que não retornarão.

A casa é a estabilidade afetiva. Como passam muito tempo morando em abrigos e casas de passagem, algumas crianças desenharam a casa que desejam fincar os seus pés, seja no Brasil ou em outro país. Foi comum desenharem árvores, com frutos ou não, próximas das casas. Nas conversas,

falam muito de como gostam de comer frutas (manga, abacaxi, banana, pera e maçã) e como aqui no Brasil o sabor delas é diferente.

Essa casa idealizada no imaginário delas, pelos desenhos, continua sendo a casa deixada na Venezuela. Das 29 casas desenhadas, 18 delas estavam na Venezuela. Não é possível acompanhar como estas dinâmicas sociais afetam o desenvolvimento psíquico de cada um e suas consequências subjetivas para cada criança. O que podemos conjecturar, a partir de uma leitura da observação de campo e dos desenhos, que um número grande de crianças, ainda estão conectadas com suas casas e vidas na Venezuela. Lugar onde ficaram a maioria dos avós das crianças, que tinham uma forte ligação.



Figura 32 - Casa na Venezuela - cri25_F_8anos.

Cri25_F_8 anos, sempre está acompanhada da irmã menor, demonstrando preocupação e cuidado com as irmãs mais novas. É uma menina alegre e muito curiosa. A mãe relata que caminharam muito para chegar à fronteira e moraram na rua até conseguir uma vaga no abrigo. Cri25 não queria vir para o Brasil, queria ficar na sua casa na Venezuela. Passaram um ano sem

ver televisão. Agora têm cama, comida e a mãe faz como ela gosta, parece com a Venezuela, fala sorrindo Cri25.

Outra vivência significativa é a de Cri1, uma menina de 8 anos que está na casa de passagem com o pai e mais dois irmãos, uma menina de 6 anos e um menino de 1 ano. Tem medo de dormir na beliche do quarto, pois pode cair, assim como tinha medo de dormir na rede, em sua casa na Venezuela. Estão no Brasil há um ano e nove meses. É o pai que cuida de todos. Um homem silencioso e muito cuidadoso, especialmente com o filho pequeno, que começa a andar. A menina nos conta que na Venezuela morava na casa do avô e que tinha muitos brinquedos, 3 gatos e uma rede. Tudo ficou para trás. Há 3 meses sua mãe foi trabalhar no sul do país; naquela noite eles iam ao encontro dela. Estava radiante! Foi a única vez na conversa que os olhos brilharam naquele pequeno rosto. Disse que a avó materna e uma tia estão juntos com a mãe. Fala com muito entusiasmo do trabalho da mãe, no necrotério da cidade. Ela arruma os mortos e faz maquiagem, relata, com muita naturalidade. Fala da saudade da mãe com a mesma tristeza que fala da vida que deixou para trás, dos amigos, das festas em família e da sua casa. Muda o tom quando pensa na nova casa, junto com a mãe e a avó materna.



Figura 33 - Cri1_F_8 anos - casa na Venezuela.

Crianças e famílias falavam o tempo todo de suas casas na Venezuela e no Brasil. Para as famílias, nem sempre a casa na Venezuela era algo do passado. Muitos ainda mantêm suas casas com parentes próximos. Havia a esperança de um dia voltar, pelo menos para visitar os que ficaram. Para as crianças, a casa na Venezuela era uma saudade presente, que por não ter ainda se tornado um passado, nem sempre significava um desejo de retorno, explícito como os adultos. Lar para as crianças era qualquer lugar que a mãe estivesse.

As incertezas e dificuldades do trajeto migratório

A partir de 2015, o fluxo de venezuelanos entrando na fronteira e não mais retornando ao seu país se intensificou devido à crise econômica na Venezuela. Quem tinha mais poder econômico, migrou rapidamente para países da Europa, da América Central, dos Estados Unidos e países da América do Sul de língua espanhola. Os que chegavam pela fronteira do Brasil, vinham de ônibus, de carona ou a pé. Quanto mais tempo se ficava na Venezuela, esperando a

economia melhorar, mais empobrecido se tornava. Havia famílias que conseguiam pagar seu transporte, tinha dinheiro para o aluguel e poderiam aguardar o processo de interiorização sem passar pelos abrigos. Para a grande maioria, a realidade imposta era vender o que tinha para chegar a fronteira com o Brasil. Alguns conseguiam pagar o transporte, outros só conseguiam pagar aos atravessadores e, todos, precisavam de ajuda financeira ao atravessar a fronteira. De ônibus, carona ou a pé, o sol estava à espera, com poucas sombras para se abrigar. Os processos de entrada no país são burocráticos e pouco acolhedores. Enquanto as crianças brincam no entorno da polícia Federal, no chão de areia batida ou no asfalto quente, os pais iniciam a retirada dos documentos necessários para permanência no País. Este processo pode durar dias ou semanas. Enquanto aguardam, buscam uma vaga nos abrigos. Nem todos conseguiam e acabavam recorrendo às ruas.

Pacaraima, vindo de Boa Vista, começa com uma pista reta asfaltada, que parece ter sido construída para receber ou dar vazão aos venezuelanos que chegam. As laterais da pista são ocupadas por abrigos e serviços (Polícia Federal, Exército, Posto de Saúde). Não se vê casas ou qualquer referência de pertencimento local. É uma cidade muito pequena e com pouca estrutura física para comportar tanta gente chegando, diariamente. Assim, é inevitável o êxodo diário para a cidade de Boa Vista, cerca de 200km em estrada com péssimas condições de tráfego. O trajeto de carro dura em média 4h. Há relatos de que famílias fazem esse percurso a pé.

Desde 2015, Boa Vista vem se adaptando ao fluxo intenso de refugiados venezuelanos. Em 2022, na visita de campo da pesquisa, fomos apresentados ao que é denominado “circuito do refúgio”. Começamos pela rodoviária,

passando pelos abrigos, posto de triagem e finalizamos no Complexo Consolata, onde é oferecido acesso a banho, roupas, documentação e alimentação aos que vivem na rua, e atividades lúdicas e pedagógicas diárias para as crianças residentes na cidade. Logo abaixo segue o relato de uma mãe que passou pelo abrigo em Pacaraima, depois ficou nas ruas em Boa Vista, para posteriormente ser abrigada novamente.

Essas duas semanas foram muito mais fortes depois que eles nos mandavam para a rodoviária. As condições da rodoviária não são muito boas para as famílias. Os banheiros não podem ser usados, não podemos tomar banho... eles colocam muitas regras... Bom, os dois banhos são bons porque a gente tem o Orinoca - projeto Caritas de banho e lavanderia para refugiados e brasileiros (mãe, família 3, Boa Vista).

A casa de acolhida em Boa Vista, visitada pela pesquisa, abriga temporariamente famílias que estão em vias de embarcar na Operação Acolhida. As crianças chegam à instituição debilitadas fisicamente, com quadros de anemia e desnutridas. Nestes casos, a instituição recorre a rede pública de saúde e compram as medicações necessárias. São acolhidas famílias com passagens pela rua e por abrigos, à espera da reunificação familiar em alguma cidade brasileira. O tempo que se fica por lá é para ser curto, por isso, as crianças não frequentam escolas ou os adultos buscam trabalho. Ficam todos ali, em contagem regressiva para os seus destinos.

Quando as famílias chegam a São Paulo e ao Rio de Janeiro pela Operação Acolhida do Governo Federal, vêm de uma estadia nos abrigos provisórios de Pacaraima e/ou Boa Vista. Ficam em média 6 meses a 1 ano rodando pelos abrigos (Rondon 1, 2, 3; BV-8, 13 de Setembro, entre outros) até serem incluídos nos grupos de viagem para uma das cidades destino dentro do Brasil. Para algumas famílias, o destino foi uma escolha, ou porque tinham

parentes e amigos no destino final (reunificação familiar) ou porque ouviram falar que era mais fácil conseguir trabalho em determinada localidade. Para outros, foi oferecido qualquer destino e aceitaram sem saber o que aguardar ou esperar desta estadia, que, para a maioria, será a última financiada pelo Governo Federal e parceiros de organizações internacionais.

Em São Paulo, a equipe da instituição participa da escolha do grupo que virá e faz contato, por vídeo conferência, antes da chegada, para conhecer as famílias e começar uma convivência que vai durar, pelo menos, 3 meses. Há grupos que já vem com trabalho pré-definido, o que diminui o tempo de estadia na instituição. Como os custos com estadia das famílias é por conta da instituição, sem apoio financeiro de parceiros, condições foram colocadas para diminuir os gastos, como evitar famílias com bebês. Além do custo alto com fraldas e leite, havia a dificuldade dos pais de buscarem e/ou encontrarem trabalho mais rápido, por causa dos filhos pequenos.

Estas particularidades não foram vistas na cidade do Rio de Janeiro. Por ser um grupo mais numeroso e diverso, com presença de famílias homoafetivas, famílias extensas, e um número elevado de crianças muito pequenas, por exemplo. A instituição recebia apenas uma listagem com nomes e idades, dias antes do embarque das famílias. Não era incomum ter alterações na véspera da chegada, com substituições de famílias. A chegada nas instituições sempre era marcada pelo cansaço da viagem e adaptação às regras de convivência da instituição acolhedora.

É difícil dimensionar o que significa para as crianças a partida de sua casa e país. Os desenhos nos revelam que não foi fácil. Das 32 crianças, apenas 19 desenharam o trajeto. Todas que recusaram fazer, estão no Brasil há mais de 5

meses e em processo de interiorização. Na maioria dos desenhos há referências de vegetação, montanhas, animais e o ônibus como meio de transporte.

O Desenho do trajeto foi o que mais mobilizou as crianças. Algumas se recusaram a desenhar, justificando não lembrar, ou não saber desenhar, cansaço ou um “depois faço isso”. São relatos de medo, fome e desamparo. Tinham medo do escuro, das montanhas, da fome, de animais ferozes e de pessoas desconhecidas. Quem fez o trajeto a pé, passou dias andando, passando muito calor durante o dia e muito frio à noite. A ajuda de desconhecidos no percurso, com água, carona ou comida, era comum. Nas entrevistas com as mães, foi constante o relato de que pouco as crianças perguntavam no trajeto, ficando mais em silêncio. Alguns não sabiam do que estava acontecendo. No RJ, crianças relatam ter ouvido falar de mortes no caminho. Quem viajou de ônibus, traz relatos mais positivos do trajeto. Viajar de avião, dentro do Brasil, traz lembranças muito positivas, uma vez que era uma novidade. Os meninos relatam com mais detalhes a viagem de avião, com comentários sobre o tamanho, a cor, o barulho.

Uma criança não desenhou e preferiu tentar montar um quebra-cabeça em cima da folha do desenho. O jogo estava incompleto e ele pega duas peças aleatórias para encaixar, sem sucesso. Foi essa a impressão dos desenhos – as crianças pouco participam ou são comunicadas das decisões que foram tomadas. A vida muda e precisam, com os recursos psíquicos que dispõem, entender e encaixar as peças.

As figuras materna e paterna são os guias. É por eles que as crianças partem. Para alguns foi dada a escolha de ficar com os avós ou o pai e todos preferiram partir junto com a mãe. Para as mães, a causa da tomada de decisão

de partir foram os filhos. A falta de dinheiro, comida, remédios, escola, o envolvimento eminente com o tráfico ou a busca de tratamento médico, são os motivos mais presentes, em suas falas.

Cri6_F_5anos está no Brasil há duas semanas, e na instituição em Boa Vista, há uma semana com a mãe e as irmãs. O pai ficou na Venezuela. Ela está muito animada para reencontrar as duas irmãs e a avó materna que estão há dois anos no interior do Brasil. No desenho do trajeto tem flores, corações, nuvens e uma montanha. Tudo muito colorido. Enquanto desenha, olha para os lados e tenta esconder o desenho da mãe e da irmã. A mãe, mulher jovem de aproximadamente 30 anos, de fala forte e sorriso tímido, mantém as filhas sempre por perto, controlando o tempo todo o comportamento delas e criticando como as demais famílias cuidavam dos seus filhos, não parece estar muito à vontade na instituição.



Figura 34 - Trajeto_cri6_F_5anos.

A irmã mais velha, Cri6_F_8anos queria saber sobre a pesquisa e pediu para cuidar do material para a produção dos desenhos (lápiz, folhas), das outras crianças, uma espécie de ajudante/controladora momentânea dos materiais.

Enquanto desenhava, ficava de olho no que as outras crianças estavam fazendo no entorno. Relata que a viagem foi boa e rápida. Ela e sua família estavam dentro do ônibus, que estava cheio de passageiros.



Figura 35 - Cri5_F_8anos: montanhas, estrada e ônibus.

Cri28_F_9anos mora no Brasil há sete meses e está há um mês na instituição. Na Venezuela, a mãe saiu na frente com os irmãos mais velhos e ela ficou com o pai e os irmãos mais novos. Diz que ficou com muitas saudades da mãe e medo de não reencontrá-la. No desenho do trajeto, faz uma casa, onde há cifrões nas janelas. Relata que a casa foi vendida quando o pai, ela e os irmãos vieram para o Brasil. A casa não tem porta e o caminho está em aberto. Diz que andou muito, não sabe quantos dias. Contudo, não teve medo no caminho, pois o pai estava junto. A vontade de encontrar a mãe era tão grande que teve medo de não conseguir. Em Boa Vista, o pai levou toda a família no aeroporto com destino ao RJ e ele ficou. Os pais se separaram. Cri28 ainda fala com o pai, por telefone. Embora não tenha incluído o pai no desenho da família, ele se fez presente durante toda a sua fala. É com tristeza no olhar e na voz, às vezes parecia que ia chorar, que conta a sua história.

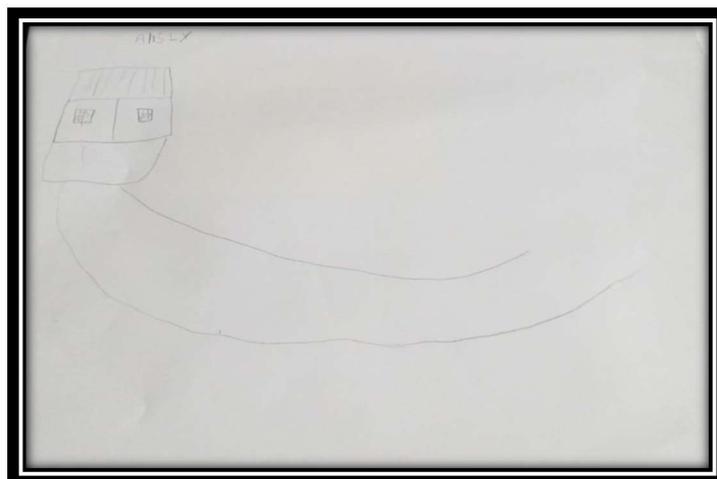


Figura 36 -
Cri28_F_9anos: saída casa na Venezuela a caminho do Brasil. Nas janelas cifrões, pois a casa foi vendida logo após partida da família.

Cri21_M_7anos, fala fluente português. O pai ficou na Venezuela com os avós e ele veio com a mãe e a irmã mais nova. É um menino muito esperto e sagaz. Participa de várias atividades propostas pela pesquisa, como a contação de histórias e argila. Tem um sorriso largo e frequenta a escola no turno da tarde, junto com outras crianças de idades próximas. Saiu da Venezuela de ônibus, foram 02 dias de viagem. Gostou da viagem, diz ter conhecido pessoas. Relata também, com prazer e muitos detalhes, a viagem de avião de Pacaraima até São Paulo. De lá para o Rio de Janeiro, foi uma viagem de ônibus que foi diferente da primeira, onde dormiu quase o tempo todo. Ele nunca tinha viajado antes, e as duas primeiras viagens, o marcaram positivamente.

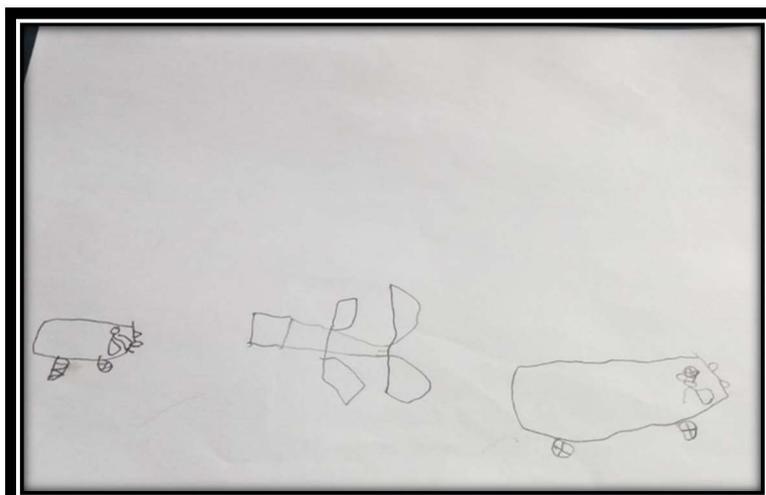


Figura 37 - Cri21_M_7anos, da direita para a esquerda: ônibus - avião – ônibus.

O cotidiano, as dificuldades, positivities da vida no Brasil: para onde iremos

Chegando aos seus destinos, pela Operação Acolhida, nas instituições acompanhadas, as famílias conseguem acessar, através das equipes técnicas das instituições, os serviços assistenciais (CRAS), de saúde (ESF e UPAS) e educação (escolas) que atendem as demandas mais emergenciais, devido as parcerias já estabelecidas. O acesso à creche é mais difícil e a inclusão escolar se dá no acesso à rede, sem um acompanhamento. Já sua permanência e aprendizagem requer um tempo que excede os três meses no abrigo. Assim, não há registros, nas instituições, como se dá a inclusão escolar das crianças refugiadas venezuelanas. No Rio de Janeiro, antes da pandemia, a instituição ia às escolas municipais parceiras para explicar o que eram os refugiados e que em geral as coisas transcorriam bem. Depois da Covid-19, passaram apenas a matricular as crianças nas escolas, sem qualquer contato prévio sobre quem eram as crianças que estavam chegando. Embora já existam estudos no Brasil sobre a escolarização das crianças refugiadas (Aguar, 2023; Assumpção, 2022; Azevedo, 2021), as observações ainda são muito incipientes.

As crianças se queixam das escolas. Dizem não gostar da comida ofertada e que não tem amigos. As diferenças em vez de aproximar, uma forma de identificação com o outro, criam barreiras e afasta, aumentando a violência com o outro. Os professores não perguntam se estão compreendendo os conteúdos e pouco conversam com as crianças, pois não falam espanhol. Os colegas de sala, ou não se aproximam ou fazem movimentos de exclusão. O que acontece nas escolas parece não fazer parte do escopo das instituições.

A escola é longe, tem que pegar três ônibus. A professora fala rápido e somos as únicas Venezuelas na escola. Tem muita tarefa e o feijão é preto e sem açúcar. As frutas não são boas como na Venezuela, a manga e a melancia aqui não tem gosto. (diário de campo, 15.03.22)

Na instituição do Rio de Janeiro não acompanhamos despedidas. Assim como chegam, as famílias se vão, em silêncio. Para algumas mães solo, o tempo de permanência pode ser estendido por mais dois meses, no máximo. A maioria acaba indo morar na comunidade próxima da instituição, pois é uma forma de manter alguns contatos, doações e também porque de alguma forma a vida já começou por lá, os caminhos da escola, do posto de saúde e do supermercado já começam a serem conhecidos. Em São Paulo, como a instituição está localizada em um bairro residencial, não é possível alugar nas redondezas, fixando residência mais longe e abandonando, mais uma vez, as frágeis referências estabelecidas com a escola e o posto de saúde. A instituição pouco acompanha a vida das famílias, mais quando eles fazem contato.

Desde a chegada a instituição se fala do momento da partida, tanto a equipe técnica como as crianças. Os pais evitavam falar, embora já se organizassem, buscando trabalho e doações, desde a chegada, para este momento. As crianças são as mais animadas para morar em suas novas casas.

Essa partida para a casa definitiva é aguardada com muita ansiedade pelas crianças, refletida nos relatos dos desenhos, onde sonham com suas casas e vidas novas que parece estar em suspenso desde que deixaram seus quartos, brinquedos, animais de estimação e avós maternos e paternos.

Das crianças que parecem em um momento de transição, três meninas (duas eram irmãs) desenharam sua casa como sendo a instituição que estavam temporariamente; outras três, a casa no Brasil e uma na Argentina (local que viviam os pais e que ela esperava encontrar em breve).



Figura 38 - Cri7_F_10anos - casa onde planeja morar com a família em São Paulo.

Cri18_F_é uma menina de 9 anos que chegou a instituição com mais duas irmãs menores, acompanhadas dos avós maternos. Em 2015, toda a família morava na Venezuela. O pai migra para a Argentina em busca de trabalho. Em 2018, a mãe, vai ao encontro do pai e deixa as filhas com a avó materna, uma senhora de poucas palavras e esperanças. O grupo sai da Venezuela em busca da reunificação familiar. Os pais agora estão no Sul do país. Antônio acreditava

que Pacaraima era muito próximo da região Sul do Brasil. Ela tem muitas saudades da mãe. Não lembra muito do pai. Pede um mapa para entender as distâncias. Sua fala só expressa esperança e desejo pelo reencontro. Sua casa é a mãe perdida. Desenha a casa onde os pais estão na Venezuela.



Figura 39 - Cri18_F_9 anos – Casa na Venezuela, onde vai encontrar os pais.

O sentimento de desamparo real era comum em algumas crianças, Cri9_F_9 anos, falava muito bem português. Tem um olhar bonito, doce e triste. No desenho da casa, desenha a mãe e a irmã bebê e todos estão na casa da instituição que abriga a família. Onde ela está na casa? Sorri timidamente e responde: minha casa é minha mãe e o bebê. No desenho do trajeto diz que não se recorda e afasta o papel. Antes de sair, pergunta à pesquisadora: Tu era contente quando era igual a mim?

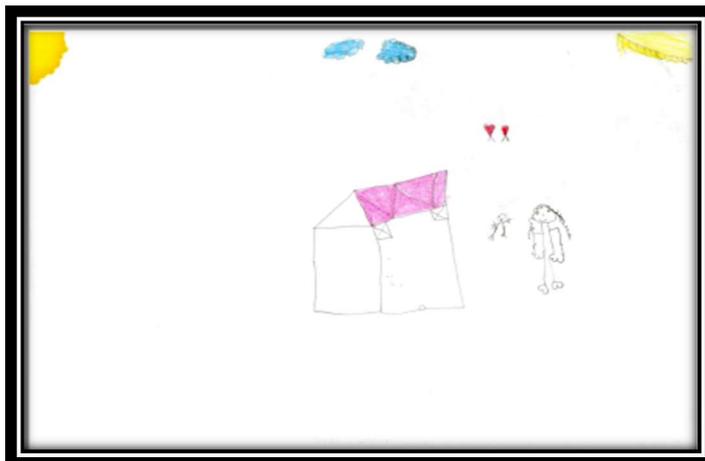


Figura 40 - Cri9_F_9anos: desenho da casa da instituição, irmã bebê e a mãe ao lado, fora da casa.

6. Considerações Finais

As infâncias têm maneiras próprias de revelar o seu sofrimento. A maneira como a criança se apropria da palavra é diferente do adulto. Na pesquisa identificamos que foi através do brincar que elas revelaram e elaboraram respostas às contingências deste momento de mobilidade. Sair da Venezuela tem representações diferentes para crianças e adultos. As crianças compreendem ao seu modo porque precisaram partir e deixar suas casas e familiares para trás. A tristeza da partida é compartilhada com as alegrias de novas descobertas e realidades, uma mistura de sensações que desconhecem limites e fronteiras. São estas experiências de vida que deixarão marcas no que vão se tornar mais tarde.

As infâncias em deslocamento e suas mobilidades são algo novo para a realidade brasileira. Embora o país seja constituído de imigrantes que aqui aportaram, desde a sua origem, poucos são os registros de pesquisas sobre as crianças pequenas que aqui chegavam (Del Priori, 2018). A criança é entendida como fazendo parte de um grupo familiar, sem levar em consideração suas especificidades, o seu desenvolvimento e os seus direitos. (BAKER et al., 2019; SANTOS, 2018; BASAK, 2012). Buscar ouvir as crianças em suas percepções e sentimentos sobre o refúgio causou, no primeiro momento, reações de surpresa e admiração, para depois surgir a estranheza, especialmente entre os profissionais das instituições de acolhimento visitadas. Para as famílias, assim como para as crianças, foi um canal de dar voz às emoções reprimidas, pois numa situação de fuga, a realidade da maioria, as palavras dão lugar ao ato, não havendo tempo para conversas ou reflexões.

Iniciamos nossa pesquisa buscando referências nacionais e internacionais sobre abordagens utilizadas na literatura para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade. Realizamos um levantamento em seis bases eletrônicas de dados das áreas da saúde mental e educação, publicados entre 2010 e 2019. Analisar os artigos selecionados nos orientou quanto às metodologias utilizadas com crianças pequenas e como os países recebiam e acolhiam as famílias e as crianças refugiadas (SCHERF *et al.*, 2020; OIM, 2019; BARLEY *et al.*, 2019; ANGELIDOU *et al.*, 2019; MARSH, 2017; MAAGERØ *et al.*, 2016; AFFOUNEH *et al.*, 2015). Naquele momento, não foi encontrado nenhum artigo nacional sobre a temática. Embora o método mais utilizado no levantamento tenha sido as entrevistas (individuais, grupais, semiestruturadas, estruturadas, em profundidade, por telefone ou pelo computador) com pais e crianças. Optamos por ampliar os métodos na pesquisa, deixando o campo etnográfico nos apontar os caminhos a seguir (SILVEIRA, 2014; LOPES *et al.*, 2009; CORSARO, 2005, 2007; 2011). Foi uma ousadia, pois iniciamos a pesquisa de campo com atraso por conta da covid-19. Ainda assim, conseguimos realizar a pesquisa nas três cidades planejadas: Rio de Janeiro, São Paulo e Boa Vista. Um campo vasto, envolvendo profissionais, pais e crianças.

No levantamento realizado, o desenho foi utilizado como uma estratégia eficaz de acesso ao mundo infantil (JABBAR *et al.*, 2019a; MAAGERO *et al.*, 2016). No campo de pesquisa aqui apresentado, dos três desenhos solicitados para as 32 crianças que participaram da pesquisa, 87,5% (28) desenharam suas casas, a maioria na Venezuela, 96,8% (31) suas famílias e apenas 59,3% (19) desenharam o trajeto. A recusa em desenhar o trajeto revelou como estas

crianças lidavam com a dor da partida. Os desenhos da casa na Venezuela demonstraram que as conexões com o país de origem estavam preservadas, havendo muita saudade nos relatos, dos avós que lá ficaram, dos primos e tios. Talvez por essa proximidade familiar, o desenho da família foi o mais aceito pelas crianças, havia uma satisfação em realizá-lo.

Esse levantamento inicial foi publicado como um artigo da tese, orientando e delimitando o campo da pesquisa, um guia na compreensão dos caminhos já percorridos em outros países e um melhor entendimento de como o Brasil vem se estruturando no acolhimento aos refugiados.

Durante a pesquisa de campo, as crianças sinalizavam os caminhos que deveríamos percorrer para se chegar a elas. A massinha de modelar foi a conexão com as crianças e com outras atividades, como: contação de histórias, brincadeiras com argila, pular corda, correr de pega, momento mãe e filhos pintando unhas, recorte e colagem e música. A música fazia parte deles, sempre cantarolavam nas brincadeiras, nos desenhos, andando pela instituição e dentro das casas. Parecia que conectava as crianças com os pais e todos com a Venezuela. Algumas eram comuns, como as do cantor Reynaldo Armas e de Oscar D'león, entre outros.

Quanto as instituições visitadas, a preocupação era dar logo um destino para as famílias, por isso a preocupação com o trabalho formal era explicitada logo ao chegar um novo grupo. Era preciso ter novas vagas no local. Essa rotatividade pouco possibilitava criação de vínculos e cuidados com a saúde mental do grupo, algo tão relevante e tão pouco considerado nos fluxos existentes. Não havia um interesse das equipes em atualizar os seus conhecimentos sobre os temas da primeira infância e crianças maiores. O

cuidado e o entendimento sobre as infâncias era interpretado como o acesso à rede escolar e uma responsabilidade das famílias durante o tempo na instituição, não existindo reflexões sobre as agruras infantis na inclusão de um ambiente que não fala sua língua, entre outras adversidades. Em todas as instituições acompanhadas, quando a criança era vítima de violência doméstica, atribuíam a cultura dos venezuelanos o ato de bater, com poucas intervenções. As parcerias com as redes de saúde e socioassistencial do território funcionavam através das instituições e para as questões mais emergenciais, como: vacinação, intercorrências clínicas e acesso aos programas sociais. Participar do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) ou do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), com atendimento e acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos nos CRAS como preconiza o SUAS (MDS, 2016) não era uma realidade, nem chegava a ser citado pelas equipes.

Nas cidades pesquisadas, mapeamos as instituições que ofereciam algum tipo de serviço para os refugiados, como curso de português, apoio na inclusão escolar, serviços de orientação na assistência social, vagas de trabalho, entre outros. A cidade de São Paulo, em comparação ao Rio de Janeiro e Boa Vista é a que tem um número mais significativo de organizações governamentais e não-governamentais voltadas para este público.

As famílias eram numerosas e em situação extrema de vulnerabilidade. Os pais estavam sempre correndo para buscar trabalho e/ou preparar as comidas que as crianças e adultos mais gostavam. Como qualquer grupo social, havia mães/pais/cuidadores preocupados com a higiene pessoal dos filhos e outras nem tanto assim. As meninas, em sua maioria, estavam sempre com tranças ou penteados nos cabelos. Ao contrário do imaginário das equipes, os

pais e cuidadores estavam atentos às demandas físicas dos filhos e alguns chegavam a orientarem como evitar o *bullying* e a xenofobia nas escolas. (ANGFELDT et al, 2021; ANGELIDOU *et al*, 2019; ASSIS et al, 2010)

A saudade dos que ficaram na Venezuela, as incertezas de uma vida melhor, o processo de aculturação e a necessidade de falar rapidamente um novo idioma, deixam marcas em todos. Nas três cidades, nas entrevistas com as mães, foram identificados traços de tristeza e depressão (do choro contido a uma desolação profunda), compartilhados com as equipes que pouco tinham o que fazer, justificando a falta de vagas na rede pública de saúde e a dificuldade da compreensão do idioma (YOHANI, 2010, HURLEY *et al.*, 2011; BASAK, 2012; Baker *et al.*, 2019; Ventura *et al*, 2019; Abelson, 2020.). Nas crianças, a saudade estava presente nos desenhos, nas brincadeiras e nas histórias narradas. A criatividade e a liberdade nas brincadeiras criavam conexões do passado com o presente e pareciam compreender, mais rapidamente que os adultos, a fluidez das fronteiras.

Ser pesquisadora exige uma atenção e uma releitura constante de sua posição no campo que vai para além das questões objetivas e conceitos teóricos (PIRES, 2011; 2008; 2007). Quando iniciei a pesquisa de campo, sabia que falar espanhol facilitaria minha compreensão e aumentaria a empatia das crianças e famílias pela pesquisa, o que se confirmou! O efeito não esperado é que no campo do Rio de Janeiro, o mais longo e onde era proibido falar espanhol com os refugiados venezuelanos, (essa orientação nunca foi explícita para a pesquisadora e sim uma orientação para as equipes que trabalhavam na instituição), com o tempo passei a ser vista como uma estrangeira por integrantes da equipe institucional, por isso a dificuldade da coordenação de me

apresentar para os visitantes, as palavras faltavam e acabava sempre dizendo – “uma colaboradora aqui na instituição”, e de integrantes da equipe de compartilharem espontaneamente histórias das crianças e famílias vivenciadas na instituição.

Embora a pesquisa tenha tido a intenção de dar visibilidade às infâncias em deslocamento, inúmeras foram suas limitações. Ficamos restritos ao acolhimento e acompanhamento dentro das instituições. O que acontece na vida como ela vai ser de verdade, quando as famílias e crianças se mudam para os territórios, buscando outras referências de saúde e inclusão escolar, foi um dos limites da pesquisa. As instituições acompanhadas, por sua vez, não faziam uma mediação entre as famílias e as escolas, nada se contava sobre como funcionavam o ambiente escolar e, também quem seriam as crianças refugiadas. Também não foi possível acessar famílias em situação de rua, famílias que optaram por não se interiorizarem e, também, as crianças e adolescentes desacompanhados. Um outro limite foi a escassez de tempo para análise de tantos dados produzidos pelas crianças e das variadas metodologias utilizadas, dificultando um olhar mais minucioso sobre cada ação com as crianças. Também, a quantidade de informações relatadas pelas mães e profissionais das instituições merecem maior tempo para aprofundamento e categorização analítica.

Do que vi e ouvi sobre as crianças, estas continuam sendo invisíveis para as famílias (de certa forma), para as equipes institucionais, para os parceiros governamentais, agências internacionais e para todo o processo de interiorização. Não há documentos ou fluxos nacionais que tratem a criança com absoluta prioridade. Não há uma escuta qualificada de suas percepções,

expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio. Há números, estatísticas e uma retórica com pouca sustentabilidade no acompanhamento cotidiano das infâncias.

São vários os deslocamentos. Começa na saída da casa da Venezuela até o aluguel da casa que vão ficar em alguma cidade brasileira. Embora cada criança tenha suas marcas pessoais de cada trajeto, elas compartilham fatos e vivências que as fazem pertencer a um grupo. Nas brincadeiras que compartilhavam nas instituições, proposta pela pesquisadora ou não, estavam sempre em grupos, se protegendo e se divertindo. A pesquisa buscou dar voz às crianças sobre sua experiência no refúgio. Para cada criança uma nova fantasia vem sendo construída e a nova realidade imposta produz efeitos sobre cada uma delas. A forma como a criança enfrenta os desafios está também relacionada aos pais e ao ambiente em que está inserida; por isso, como afirma Jabbar *et al.* (2019b), é importante apoiar os responsáveis e identificar a forma como respondem ao perigo e à ameaça; por exemplo, mães migrantes com depressão são determinantes para o estresse pós-traumático e depressão dos filhos. Aqui na pesquisa, foi dito por várias mães e pais, nas entrevistas, que é preciso seguir adiante. Essa coragem de migrar e de apostar que mais à frente as coisas podem dar certo deixa suas marcas nas infâncias em deslocamento.

É preciso explorar mais as consequências educacionais e de saúde mental na discussão sobre as migrações infantis, assim como construir fluxos de acolhimento ainda na fronteira com foco nas crianças, entendendo que os processos precisam priorizar estes sujeitos, não somente porque somam um número significativo dos refugiados no mundo, mas também necessitam ser vistas como sujeitos de direito com prioridade absoluta, como preconizado pela

Legislação Nacional. Apesar do olhar sobre as migrações infantis ser um fenômeno recente, é antiga a discriminação, a xenofobia e o racismo contra os refugiados. Ainda é necessário avançar na compreensão dos efeitos do racismo e outras formas de discriminação nos deslocamentos infantis, dando continuidade à pesquisa iniciada.

Referências Bibliográficas

ABELSON, M. I. R. S. Mobilidade Humana e Saúde: equidade e políticas públicas. Cad. Saúde Pública. (Resenha). V.36, N.3, Rio de Janeiro, 2020. Disponível: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1007/mobilidade-humana-e-saude-equidade-e-politicas-publicas>. Acesso em: 15 maio 2023.

AFFOUNEH, S.; HARGREAVES, E. Fear in the Palestinian Classroom: Pedagogy, Authoritarianism and Transformation. **Pedagogies: An International Journal**, v. 10 (3): p.1-16, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276377106_Fear_in_the_Palestinian_classroom_pedagogy_authoritarianism_and_transformation>. Acesso em: 20 fev. 2022.

AGOSTINI, O.S; MOREIRA, M.C.N. Quando fazer pesquisa com crianças significa negociar com adultos: bastidores de uma pesquisa com crianças de seis anos em escolas. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.24, n.10, Rio de Janeiro, 2019. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001003753&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2021.

AITKEN, S. **Jovens, direitos e território**: apagamento, política neoliberal e ética pós-infância. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Relatório anual do ACNUR Tendências Globais de 2020**. Disponível: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ALVES, M. **A voz de estudantes bolivianos em uma escola pública da Cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História). Universidade Presbiteriana Mac-kenzie, São Paulo, 2015.

ANGELIDOU, G.; RAMIREZ, E. A. Attitudes' analysis of fifth grade Spanish and Greek pupils towards refugee children: The cases of Granada and Alexandroupolis. **International Journal of Humanities Education**, 17 (1): p.1-19, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331082196_Attitudes'_Analysis_of_Fifth_Grade_Spanish_and_Greek_Pupils_towards_Refugee_Children_The_Cases_of_Granada_and_Alexandroupoli. Acesso em: 20 fev. 2022.

Apoiando o Desenvolvimento na Primeira Infância: da ciência à difusão em grande escala. **Resumo Executivo da série do THE LANCET**. Outubro, 2016. Disponível: <http://www.everywomaneverychild.org/wp-content/uploads/2017/04/ecd-lancet-exec-summary-pr.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
ASSIS, S. G; AVANCI, J.Q; SILVA, J.C.V; SERPELONI, F. Aporte das Neurociências para a Compreensão da Violência. In: **Novas e Velhas Faces da Violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde**. Rio de Janeiro, Fiocruz: 474, 2017.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J.Q. (org). **Violências e vulnerabilidades nos desenhos infantis**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

ASSIS, S. G; CONSTANTINO, P; AVANCI, J. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

AVANCI, J.Q.; ASSIS, S.G.; DESLANDES, S.F.; SILVEIRA, L.M.B.; PESCE, P.; MATA, N.T. Violência Contra a Criança e o Adolescente: descobertas e desafios. In: **Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

BAKER, J.; RAMAN,S.; KOHLHOFF, J. (et al.). Optimising refugee children's health/wellbeing in preparation for primary and secondary school: A qualitative inquiry. **BMC Public Health**, v. 19, n. 812, 2019. Disponível em: <<https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-7183-5>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BASAK, P. The Impact of Occupation on Child Health in a Palestinian Refugee Camp. **Journal of Tropical Pediatrics**, V. 58 (6), 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/223972985_The_Impact_of_Occupation_on_Child_Health_in_a_Palestinian_Refugee_Camp>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Trad. Sergio Joaquim de Almeida. Petrópolis: RJ, Vozes, 2014.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: duas cidades/34, 2005.

BEZERRA, C.B; MARTINS-BORGES,L;&CUNHA, M.P. Filhos das Fronteiras: revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental. Ver. **CES Psico**, 12(2), 26-40, 2019. Disponível: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2011-30802019000200026&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Lei n 6.815, de 19 de agosto de 1980, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Lei n 9.474, de 22 de julho de 1997, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Lei n 13.257 de 08 de março de 2016, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Lei n 13.445 de 24 de maio de 2017, Brasília. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRITO, M. A. Onde estão as crianças que estavam aqui? Antropologia com crianças em instituições. **Zero-a-seis**, Florianópolis, V.21, N.40, P. 343-366, set/dez., 2019. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2019v21n40p343/41867>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRITO, G. Fluxos migratórios recentes já somam novos traços a São Paulo. **Rede Brasil Atual** [online]. (2014, 07 de janeiro) Recuperado de: <https://www.redebrasilatual.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAETANO, I. F. A Criança e o Adolescente Refugiados. **Direitos Fundamentais. Serie Aperfeiçoamento de Magistrados**, 2016. Disponível: http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/11/normatividadejuridica_92.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

CARVALHO, R. S. Participação Infantil: reflexões a partir da escuta de crianças de assentamento rural e de periferia urbana. **Dissertação Mestrado**. Ribeirão Preto: 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Voces y experiencias de la niñez y adolescencia venezolana migrante em Brasil, Colombia, Ecuador y Perú, 2020. Disponível: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/151027-opac>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COHN, C. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Conare concede status de refugiado a quase 8 mil venezuelanos (2020). Disponível: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conare-concede-status-de-refugiado-ha-quase-8-mil-venezuelanos#:~:text=Conare%20concede%20status%20de%20refugiado%20a%20quase%208%20mil%20venezuelanos,-Avan%C3%A7os%20normativos%20e&text=Bras%C3%ADlia%2028%2F08%2F2020%20%2D,7.795%20adultos%20e%20197%20menores>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CORSARO, W. A. Entrada no Campo, Aceitação e Natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a08v2691.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COSTA, A. Um Luto Impossível: efeitos de trauma em migrações. **Rev. Associação Psicanalítica**. Porto Alegre, n45-46, p. 32-36, jul.2013/jun.2014. Disponível: http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista_45_46.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

COSTA, T. **Psicanálise com crianças**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COX, M. **Desenho da Criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984. Disponível: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DELGADO, A.C.C.; MULLER, F. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças e suas culturas. IN: 28 **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**. Anais. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt0781int.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DEL PRIORE, M. O Cotidiano da Criança Livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R. A pesquisa qualitativa nos serviços de saúde – Notas teóricas. In: Bosi, M. L. M. **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DI LEO, J.L. **A interpretação do Desenho Infantil**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

ELHAJJI, M. Mapas Subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia ética e identidades transnacionais. **Eptic (UFS)**, v.13, p.03, 2011.

ELHAJJI, M. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. INTERIN – **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens**, v.22, n.1, jan/jun, 2017.

ELHAJJI, M; PARAGUASSU, F. Infância e Estrangeiridade: Duas alteridades, a mesma minoridade. **Zero-a-seis**, Florianópolis, V.23, N.43, P. 399- 499, jan/jul., 2021.

ESTATUTO DOS REFUGIADOS, ONU, 1951. Disponível: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

ESTEFAN, L.F. et al. Unaccompanied Children Migrating from Central America: Public Health Implications for Violence Prevention and Intervention. **Curr Trauma Rep.** 3(2): 2-13, 2017.

FERNADES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Rev. Bras. Educ.** vol.21 no.66 Rio de Janeiro Julho/Setembro, 2016.

GABBAI, M. B. B. Cerâmica arte da terra. São Paulo, SP: Callis LTDA, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil (1936). São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HAHN, E. C; VALDEZ, M.E (ORG). **Cuando yo Salí de Casa**. Boa Vista: Even3 publicações, 2020.

HURLEY, J.; MEDICI, A.; STEWART, E.; COHEN, Z. Supporting Preschoolers and Their Families Who Are Recently Resettled Refugees. **Multicultural Perspectives**, v 13, n.3, p160-166, 2011. Disponível em: <<https://brycs.org/clearinghouse/4801>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Investir na Primeira Infância é como uma vacina para o desenvolvimento humano. **Jornal da USP**. São Paulo, 26/04/2021. Disponível: <http://jornal.usp.br/universidade/investir-na-primeira-infancia-e-como-uma-vacina-para-o-desenvolvimento-humano-diz-pesquisadora-da-usp/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

IABELBERG, R. **O desenho cultivado da criança**: prática e formação de educadores. Porto Alegre: Zouk, 2006.

JABBAR, Sinaria; BETAWI, Amy. Children express: war and peace themes in the drawings of Iraqi refugee children in Jordan, **International Journal of Adolescence and Youth**, 24:1, p.1-18, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02673843.2018.1455058>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JABBAR, S.; ZAZA, H. Post-traumatic Stress and Depression (PSTD) and general anxiety among Iraqi refugee children: a case study from Jordan. **Early Child Development and Care**, 189 (5): p.1-21, 2019b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319938332_Post-traumatic_Stress_and_Depression_PSTD_and_general_anxiety_among_Iraqi_refugee_children_a_case_study_from_Jordan>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JOIA, J. H. Infâncias imigrantes, silêncios e fronteiras do cuidado em um CAPS infantojuvenil. **Estilos da clínica**, 26(1), 145-159, 2021. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/174748>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JUNIOR, S. J. C. A Operação Acolhida e a Imigração Venezuelana em Roraima. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 17, n. 3, p. 430-447, setembro-dezembro, 2019. Disponível: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1133/1285>. Acesso em: 21 Jul. 2023.

LANGFELDT, C. C.; URSIN, M. Entre o bullying e outras violências: Experiências de crianças imigrantes e refugiadas no ensino fundamental em Duque de Caxias (RJ). **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, V.46, N 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67833>. Acesso em: 20 fev. 2022

LARROSA, J. Experiência e Alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19; n2, p. 04-27, Jul./dez.2011.

LAZARIN, M. R. **Quando a infância pede refúgio**: os processos de crianças no Comitê Nacional para os Refugiados. Mestrado (Dissertação) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

LOFFLER, D.; COLL DELAGADO, A. C. O direito das crianças à participação: entre conquistas e desafios. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**. Porto Velho, v.7, n,17, p.82-101, jan/dez, 2020. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/340005423_O_direito_das_crianças_a_participacao_entre_conquistas_e_desafios Acesso em: 20 fev. 2022.

LOPES, J. J. M. Espaço, lugar e territórios de identidade: a invisibilidade das crianças migrantes. IN VASCONCELOS, V.M.R; SARMENTO, M.J. (ORG). **Infância (in)visível**. Araraquara,SP: Junqueira e Martins, p. 151-172, 2007.

LOPES, J. J. J. M.; MELLO, M. B. (org). **O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas: dialogando com lógicas infantis**. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

LOPES, J. J. M. Mapas narrativos e espaços de vivência: cartografando os lugares de infância. In: ANDRADE, D. B. S. F.; LOPES, J. J. M. **Infâncias e crianças**: lugares em diálogo. Cuiabá: Ed. UFMT, 2012.

LOPES, J. J. M. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista de Educação Pública**, 22(49), 283-294, 2013. Disponível:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/915/716>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LOPES, J. J. M; MOTTA, F. M. N. Crianças deslocadas: narrativas em território das Palavras. **Zero-a-seis**, Florianópolis, V.23, N.43, P. 602- 626, jan/jul., 2021.

MAGALHÃES, G. M. **Fronteiras do direito humano à educação**: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2010

MAAGERO, E; SUNDE, E. T. What Makes Me Happy, and What Makes Me Scared? An Analysis of Drawings Made by Norwegian and Palestinian Children. **European Early Childhood Education Research Journal**, V.24, 2016. Disponível:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1350293X.2016.1143267>. Acesso em: 20 fev. 2022

MALILOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: Zaluar, A. (org). **Desvendando Máscaras Sociais**. Francisco Alves Ed, 1990.

MACLEAR, K. **Barco de Histórias**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

MARCHI, R. C. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.

MARTUSCELLI, P. N. A Proteção Brasileira para crianças refugiadas e suas consequências. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** vol.22 no.42 Brasília Jan./June 2014. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-5852014000100017. Acesso em: 20 fev. 2022.

MARTUSCELLI, P. N. Onde estão as meninas soldados? Gênero e conflito armado na Colômbia. **Cadernos PAGU**, N.55, Campinas, 2019. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-3332019000100508&script=sci_arttext. Acesso em: 20 fev. 2022.

MENDES, A. A; BRASIL, D. R. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Sequência** (Florianópolis), no.84 Florianópolis Jan./Apr. 2020.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed., São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Os Múltiplos Tentáculos da Violência que Afeta a Saúde. In: **Novas e Velhas Faces da Violência no Século XXI**: visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. 2016. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

MOTTA, C. R.; SILVA, L. R. O lúdico na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes com constipação intestinal funcional: um estudo prospectivo-qualitativo. Ver. **Ciência Med. Biolo.**, Salvador, v.14, n.3, p.360-371, set/dez.2015.

NASCIMENTO, M.; MORAIS, C. (In) visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 2, p. 437-458, 28 jul. 2020.

NEVES, A. de O. **Política linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

NJAINÉ, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

OIM – **Organização Internacional para as Migrações**. Informe sobre las Migraciones em el Mundo 2020. 2019. Disponível:

https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_es.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. **Revista de Antropologia**, vol.39, n.1, p. 13-37, 2006.

OMS: para crescerem saudáveis, crianças devem sentar menos e brincar mais. **ONU News**. 25/04/2019. Disponível: <https://news.un.org/pt/story/2019/04/1669601>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ONU: Nações Unidas Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil 2022. Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OPAS/OMS – **Organização Pan- Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde**. Desenvolvimento Sustentável e Saúde: tendência dos indicadores e desigualdades no Brasil. 2014. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/desenvolvimento_sustentavel_desigualdade_brasil.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

PARAGUASSU, F. **Narrativas de infâncias refugiadas**: a criança como protagonista da própria história. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PIRES, F. F. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e infância no semi-árido nordestino. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PIRES, F. F. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. **Cadernos de campo**, N. 20, p. 143-148, São Paulo, 2011. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36794>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PIRES, F.F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, 50, (1), 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ra/a/sRGpwnFNBpDzF9S53sqtzgc/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

QUEIROZ, R. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RADHAY, R. **Discurso e Poder na Política de Imigração Brasileira**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

RAMOS, G. **Vidas secas**. São Paulo: Martins, 1969.

RAMOS, F. P. A História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

RÊGO, J. L. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

REZENDE, H. L. **Não Temos uma Mãe para Você: as crianças refugiadas desacompanhadas no Brasil**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

RIOS, S.O; COSTA, J.M.A; MENDES V.L.P.S. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, jan./jul.2016.

SANTOS, I. D. C. **A proteção das crianças e adolescentes refugiados no Brasil**: a necessidade de políticas públicas de integração. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/23137/Isabelle%20Dias%20Carneiro%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2023.

Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em Números – 4 Edição, 2018**. Disponível: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANTOS, D. M. **Infâncias e Jogos Digitais**: uma investigação sobre o consumo infantil a partir do *Minecraft*. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2018. Disponível: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/7612/2/Debora%20Maria%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Biblioteca Nacional de Portugal: CES, 2009.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SARMENTO, M. J.; Tomás, C. A infância é um direito? Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Número Temático - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais, p. 15-30, 2020. Disponível: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/10133>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SARMENTO, T. **O cometa é um sol que não deu certo**. São Paulo: Edições SM, 2017.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p.117-149, março/maio 2002. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SEYFERTH, G. O Problema da Imigração no Brasil: Continuidades e Mudanças. **VIII Congresso Português de Sociologia**: 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas. 2014, Universidade de Évora, Portugal.

TORRES, A. S. **Convívio, Convivência e Proteção Social: entre relações, reconhecimentos e política pública**. São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos, 2016.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas pela Infância. **A Child is a Child**, Nova York, 2017. Disponível: <https://weshare.unicef.org/Package/2AMZIFLNNPP0>. Acesso em: 20 abr. 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas pela Infância. **Crise Migratória Venezuelana no Brasil**. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 12 dez. 2022

UNICEF. Fundo das Nações Unidas pela Infância. **A Convenção sobre os Direitos da criança**. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-Vos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VENTURA, D. F. L.; YUJRA, V. Q. **Saúde de migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019.

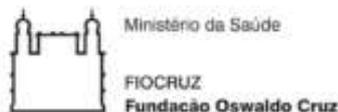
VENANCIO, S.I. Por que Investir na Primeira Infância? **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. vol.28, Ribeirão Preto, 2020.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico livro para professores. Trad. Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

WINICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro, Imago Editora: 1975.
YOHANI, Sophie; Nurturing hope in refugee children during early years of post-war adjustment. **Children and Youth Services Review**, v. 32, ed. 6, p.865-873, june, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0190740910000496>>. Acesso em: 20 abril. 2021.

ANEXOS

ANEXO I – REGISTRO DE PROJETO



Rio de Janeiro, 5 de julho de 2021.

REGISTRO DE PROJETO

Declaro que as exigências feitas para liberação da pesquisa "*Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento.*" desenvolvido por *MARIA ISABEL RAMOS DA SILVA ABELSON* sob a orientação de *Simone Gonçalves Assis*, protocolado neste departamento sob o nº 2533/VDP/2021, foram todas realizadas. Portanto, projeto está **Aprovado**.

Informamos que o projeto de pesquisa só poderá ser desenvolvido após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente – Fernandes Figueira.

Saint Clair Gomes Junior
Coordenador de Pesquisa

ANEXO II - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento

Pesquisador: Simone Gonçalves de Assis

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50573721.4.0000.5269

Instituição Proponente: Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.950.656

Apresentação do Projeto:

Resposta às pendências do parecer 4.919.655 de 20/08/2021.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1789725 de 30/08/2021).

"O objetivo desta projeto de tese é compreender a partir da perspectiva da criança migrante suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio, privilegiando a escuta da criança, além de seus pais e profissionais envolvidos a fim de fomentar a construção de infâncias em deslocamento. A pesquisa pretende realizar um estudo etnográfico com crianças refugiadas venezuelanas, no período da infância, até 10 anos de idade. Para ampliar a compreensão dessas infâncias em deslocamento, pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas com as famílias das crianças e os profissionais das instituições que atendem e acolhem crianças e famílias migrantes e refugiadas. As entrevistas com os profissionais envolvidos, buscará identificar e descrever os fluxos de trabalho (acolhimento, atendimento e encaminhamento) de serviços dos Estados de Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro que se destinam à proteção de crianças refugiadas. O trabalho de campo será realizado no Estado de Roraima, porta de entrada do fluxo migratório venezuelano e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que recebem diariamente famílias refugiadas de diversas nacionalidades, especialmente os venezuelanos. A pesquisa propõe realizar uma análise sócio antropológica dos dados, dialogando os dados empíricos com os estudiosos da Sociologia da

Endereço: RUI BARBOSA, 716
Bairro: FLAMENGO **CEP:** 22.250-020
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2554-1730 **Fax:** (21)2552-8491 **E-mail:** cepiff@ff.fiocruz.br

INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS



Continuação do Parecer: 4.950.656

Infância e articulando às teorias da migração e refúgio.*

Objetivo da Pesquisa:

*Objetivo Primário:

Compreender a partir da perspectiva da criança migrante suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio, privilegiando a escuta da criança, além de seus pais e profissionais envolvidos a fim de fomentar a construção de infâncias em deslocamento.

Objetivo Secundário:

- Realizar revisão sistemática de documentos e políticas internacionais que explorem concepções e narrativas infantis no tema da migração/refúgio.- Identificar e descrever os fluxos de trabalho (acolhimento, atendimento e encaminhamento) de serviços dos Estados de Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro que se destinam à proteção de crianças refugiadas.- Analisar as motivações das crianças para a migração, o traslado, a adaptação em um novo país, os sentimentos gerados e as violências vivenciadas, identificando avanços e retrocessos desenvolvimentais. - Compreender a visão das famílias sobre o processo migratório e adaptação ao Brasil, com ênfase nas necessidades e dificuldades infantis, articulado a visão da criança sobre o tema."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

*Riscos:

Caso surja algum desconforto na observação participante e nas atividades e dinâmicas propostas e/ou perguntas, o pesquisador não insistirá nas perguntas, pois o bem-estar das crianças é prioridade. Caso seja necessário, o pesquisador poderá solicitar aos psicólogos das instituições envolvidas, atendimento e/ou acompanhamento da criança. Como o pesquisador também é psicólogo clínico de formação e com experiência em atendimento clínico infantil em serviços de saúde na rede pública e consultório privado, o cuidado na condução das dinâmicas e/ou perguntas e a identificação da necessidade de acompanhamento psicológico por parte da criança, faz parte das suas práticas cotidianas. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelas crianças. Não serão publicados dados ou informações que possibilitem a identificação da criança e tomaremos todos os cuidados necessários para que qualquer dado que possa identificá-la e a sua família seja omitido. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, os pais ou cuidadores poderão solicitar a pesquisadora informações sobre a participação de seu filho/filha e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Benefícios:

A participação na pesquisa das crianças não lhe trará nenhum benefício direto, entretanto, estará

Endereço: RUI BARBOSA, 716
Bairro: FLAMENGO CEP: 22.250-020
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2554-1730 Fax: (21)2552-8491 E-mail: cepiff@ff.fiocruz.br

**INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS**



Continuação do Parecer: 4.950.666

contribuindo para a investigação e o conhecimento dos efeitos causados pelo processo de refúgio nas crianças como um todo. As informações coletadas irão ajudar a entender melhor como compreender a partir da perspectiva da criança migrante suas percepções, expressões e sentimentos de todo o processo de saída de seu país, de sua casa, para um outro território, uma outra cultura. Em relação aos benefícios indiretos, os resultados deverão contribuir para um despertar sobre o discurso das crianças, o lugar de agente político capaz de falar sobre si e de como as mudanças cotidianas impactam em suas vidas, havendo a possibilidade do desenvolvimento de estratégias de intervenção e melhor acolhimento nas fronteiras e instituições voltadas para crianças entre 0 a 10 anos, a partir das falas coletadas. Como a participação na pesquisa é voluntária, as crianças não receberão nenhum pagamento por participar dela."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante no cenário atual, com possibilidade de trazer conhecimentos importantes sobre as crianças refugiadas.

Todas as pendências foram atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1-folha de rosto [ok]

2-carta de autorização da(s) chefe(s) de serviço(s) / instituições [ok]

3-carta do Departamento de Pesquisa -[ok]

4-projeto original/brochura do pesquisador - [ok]

5-TCLE/TALE - [ok]

Recomendações:

O (A) pesquisador(a) deve observar os prazos e frequências estabelecidos pela resolução 510/16 e NOB 001/13 para o envio de relatórios de modo a manter o CEP informado sobre o andamento da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências atendidas. Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	30/08/2021		Aceito

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

E-mail: cepiff@ff.fiocruz.br

**INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS**



Continuação do Parecer: 4.950.656

Básicas do Projeto	ETO_1789725.pdf	14:03:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Roteiro_Entrevista_Familias_espanhol.pdf	30/08/2021 13:53:00	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_Familias.pdf	30/08/2021 13:52:29	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Criancas_ate_10_anos.pdf	30/08/2021 13:50:38	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Criancas_ate_10_anos_espanhol.pdf	30/08/2021 13:49:38	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
Outros	Formulario_resposta.pdf	30/08/2021 12:55:19	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Roteiro_Entrevista_Profissionais.pdf	29/08/2021 18:32:08	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PROFSSIONAIS.pdf	29/08/2021 18:31:47	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Autorizacao_participacao_criancas_ate_10_anos.pdf	29/08/2021 18:23:27	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Autorizacao_participacao_criancas_ate_10_anos_espanhol.pdf	29/08/2021 18:23:08	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pai_Mae_Responsaveis_espanhol.pdf	29/08/2021 18:21:57	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pai_Mae_Responsaveis.pdf	29/08/2021 18:21:28	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_TESE_Agosto_2021.pdf	29/08/2021 17:47:40	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Centro_Social_Liberdade_Boa_Vista.pdf	29/08/2021 17:08:37	Simone Gonçalves de ASsis	Aceito

Endereço: RUI BARBOSA, 716
 Bairro: FLAMENGO CEP: 22.250-020
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2554-1730 Fax: (21)2552-8491 E-mail: cepiff@ff.fiocruz.br

**INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS**



Continuação do Parecer: 4.950.666

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_SP.jpeg	31/07/2021 21:08:24	Simone Gonçalves de ASSIS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_AldeiasInfantis_RJ.pdf	31/07/2021 21:06:41	Simone Gonçalves de ASSIS	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_Caritas_RJ.pdf	31/07/2021 21:03:49	Simone Gonçalves de ASSIS	Aceito
Folha de Rosto	folha_De_Rosto_assinada.pdf	16/07/2021 08:45:07	Simone Gonçalves de ASSIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 02 de Setembro de 2021

Assinado por:

**Ana Maria Aranha Magalhães Costa
(Coordenador(a))**

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

E-mail: cepiff@ff.fiocruz.br

APÊNCIDES

APÉNDICE I - PLANILLA DE CONSENTIMIENTO - PADRES O RESPONSABLES AUTORIZAN LA PARTICIPACIÓN DE NIÑOS HASTA LOS 10 AÑOS DE EDAD

Título de la investigación: La voz de los niños refugiados, la construcción de una infancia desplazada.

Investigador responsable: Maria Isabel Ramos da Silva Abelson.

Contactos: (21) 99488 – 1603 E -mail:isabelrs76@gmail.com

Institución responsable por la investigación: Instituto Fernandes Figueira (IFF).

Dirección: Av. Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro – RJ 22250 – 020.

Nombres y apellidos del niño (a): _____.

Estimados Padres o Responsables,

Su hijo/hija esta siendo invitado para participar del proyecto de investigación titulado “En La voz de los niños refugiados la construcción de infancias desplazados”. Lo que se quiere con esta investigación es entender a partir de la visión del niño (a) emigrante sus percepciones, experiencia de refugio, privilegiando el habla de los niños a fin de estimular la construcción de la infancia en desplazamiento.

Para eso el investigador responsable va a observar como su hijo/hija juega con otros niños y como convive con los adultos que están en su entorno. Para eso, vamos a acompañar las actividades como: Cuenta historias o cuenta cuentos, juego de la rueda, musicalización, actividades culinarias, actividades de pegar y plastilina, entre otros juegos. Más allá de la observación, su hijo/hija podrá ser invitado a participar en las actividades: 1) La primera, hacer tres dibujos:

- a) Hacer dibujo sobre la casa donde vivía en el país que nació y quien/quienes vivían en la casa.
- b) Hacer un dibujo sobre el viaje, ¿cómo llego hasta aquí?
- c) Hacer un dibujo de la familia. Durante el dibujo vamos a conversar sobre lo que esta dibujando en el papel y haremos en el diario de campo del investigador las conversaciones de los niños.

2. La segunda, si su hijo/hija acepta, podemos jugar Minecraft. Es un video juego que será jugado en un celular o table. En el juego, hay pocas limitaciones para el jugador. Funciona como un mundo libre, sin misiones predefinidas y sin oraciones que sean eliminadas o ultrapasadas. El juego lleva *al.* niño a montar y desmontar, como si fuese un gigantesco mundo de tacos recogiendo recursos, construyendo herramientas y enfrentando monstruos. Todo de modo o manera virtual, construyendo una infinidad de posibilidades. Los niños se movilizan, construyen ciudades, casas y pueden hasta crear animales. Un mundo imaginario y ideal, construyendo a partir de sus deseos; sean ellos cual fueren. Los niños podrán optar por las dos actividades o solamente por una. Durante la estadía del investigador en la institución, el dibujo y el juego serán ofrecidos a cada niño individualmente y separadamente.

Durante la observación participará de las actividades de dibujo y del video juego Minecraf, el investigador hará preguntas para los niños sobre los juegos, el dibujo y el juego en caso surja alguna eventualidad en la observación, en las actividades y dinámicas propuestas y/o preguntas, el investigador no insistirá en las preguntas, pues el bien estar de los niños es prioridad. El no aceptar la investigación no traerá ningún problema a la familia o *al.* niño en el acompañamiento en esta institución.

La participación en la investigación de los niños no le dará ningún beneficio directo, entre tanto estará contribuyendo para la investigación y el conocimiento del efecto causado por el proceso de refugio en los niños como un todo. Las informaciones recogidas o recolectadas irán ayudar a entender mejor a partir de la visión de los niños emigrantes sus percepciones, expresiones y sentimientos de todo el proceso de salida de su país, de su casa, para otro territorio, otra cultura. En relación a los beneficios indirectos, los resultados deberán contribuir para un despertar sobre lo que los niños piensan sobre lo que está sucediendo en su alrededor y de cómo los cambios cotidianos tocan en sus vidas habiendo la posibilidad del desarrollo de estrategias de intervención y mejor acogimiento en las fronteras y instituciones involucradas para que niños entre 0 a 10 años a partir de las conversaciones recogidas. Como la participación en la investigación es voluntaria, los niños no recibirán ningún pago por participar en esta.

Sera garantizada la confidencialidad y la privacidad de las informaciones dadas por los niños. No serán publicados los datos o informaciones que posibiliten la identificación del niño y tomaremos todos los cuidados necesarios para que cualquier dato que pueda

identificarlo y a su familia sea omitido. En cualquier momento durante la investigación o posteriormente, los padres o cuidadores podrán solicitar a la investigadora informaciones sobre la participación de su hijo/hija y/o sobre la investigación el que podera ser hecho a través de los medios de contacto explicados en esta planilla.

La participación es voluntaria, o sea, el niño puede preferir no participar. Las familias no tendrán ningún costo adicional o cualquier gasto con la realización de los procedimientos hechos en este estudio. También no habera ninguna forma de pago por la participación de su hijo/hija. Es garantizado el derecho refrenté a eventuales datos surgidos de la investigación.

Este documento está dirigido también para la Autorización de uso de voz e imagen de su hijo/hija fijados en esta fecha, en total o en partes, para el fin específico de divulgación científica, en las actividades de presentación y vinculación de la investigación citada.

Los resultados de la investigación serán presentados en esta institución a los profesionales, las familias y los niños presentes, en forma de exposición oral o escrita de acuerdo con la coordinación.

En caso de duda en cuanto a conducción ética del estudio entre en contacto con “El comité de Ética en investigación (CEP) del Instituto Fernandes Figueira”, se encontrará a su disposición para eventuales esclarecimientos éticos y otras previsiones que se hagan necesarias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br); Telefonos: 2554-1730/fax:2552-8491).

De esta manera solicitamos su consentimiento para que su hijo/hija participe en la investigación en los términos referidos arriba.

Esta planilla es escrita en dos vías, siendo una para usted y otra para el (la) investigador (a). Por favor, firme todas las páginas de esta planilla. El (la) investigador (a) responsable también deberá firmar todas las páginas. Caso este de acuerdo en participar, por favor, firme abajo.

“Yo _____ en calidad de responsable legal, de _____

como _____ (grado de parentesco) Autorizo voluntariamente a la participación de mi hijo/hija en esta investigación.

Declaro que leí y entendí todo el contenido de este documento.

Firma: _____.

Fecha: _____.

Teléfono: _____.

Testigo (Cuando sea necesario).

Nombres y Apellidos: _____.

Documento de Identidad: _____.

Dirección /Teléfono: _____.

Firma: _____.

Fecha: _____.

Investigador que maneja la planilla de consentimiento.

Nombres y Apellidos: _____.

Firma: _____.

En caso el (la) participante tenga dificultad para leer () si () no, el escrito arriba. El investigador hará lectura pausada de este documento e irá a explicar todas las dudas del (a) participante. El (la) participante irá a buscar un testigo alfabetizado mayor de 18 años e irá a colocar su (huella dactilar). Caso esté de acuerdo en participar.

Yo _____ (Nombres y Apellidos del testigo).

Testifico la lectura minuciosa de la planilla de consentimiento y explicación de la investigación por el investigador, y que el (la) participante tuvo la oportunidad de preguntar y tener respuestas para sus dudas. Yo confirmo que el (la) participante dio su consentimiento para la participación en esta investigación voluntariamente.

Firma del testigo: _____.

APÉNDICE II - PLANILLA DE CONSENTIMIENTO - PADRES, MADRES O RESPONSABLES

Título de la investigación: La voz de los niños refugiados, la construcción de una infancia desplazada.

Investigador responsable: Maria Isabel Ramos da Silva Abelson.

Contactos: (21) 99488 – 1603 E -mail:isabelrs76@gmail.com

Institución responsable por la investigación: Instituto Fernandes Figueira (IFF).

Dirección: Av. Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro – RJ 22250 – 020.

Nombres y apellidos del niño (a): _____.

Estimados Padres, Madres o Responsables,

Los invito a participar en el proyecto de investigación titulado “En la voz de los niños refugiados, la construcción de una infancia desplazada”. Lo que se pretende con esta investigación es comprender, desde la perspectiva del niño migrante, sus percepciones, vivencias de refugio, privilegiando el habla de los niños para estimular la construcción de la infancia en desplazamiento. También comprender lo que las familias piensan sobre el proceso de migración y adaptación a Brasil, haciendo la conexión con las necesidades y dificultades de sus hijos e hijas.

¿Quiere participar de una entrevista individual sobre el proceso de salida de su país de origen hasta la llegada a Brasil, pasando por las instituciones de acogida? La entrevista dura aproximadamente una hora y el investigador anotará las respuestas en su livreta. Como la participación en la encuesta es voluntaria, no recibirá ningún pago por participar en la encuesta.

Caso surja alguna eventualidad en la preguntas, el investigador no insistirá en las preguntas. El no aceptar la investigación no traerá ningún problema a la familia en el acompañamiento en esta institución.

La su participación en la investigación no le reportará ningún beneficio directo, sin embargo, contribuirá a la investigación y *al.* conocimiento de los efectos que el proceso de refugiados causa en las familias y en los niños en su conjunto. En relación a los beneficios indirectos, los resultados deben contribuir para un despertar sobre la participación de los niños, lo que los niños piensan sobre lo que está sucediendo en su

alrededor y de cómo los cambios cotidianos tocan en sus vidas habiendo la posibilidad del desarrollo de estrategias de intervención y mejor acogimiento en las fronteras y instituciones involucradas para que niños entre 0 a 10 años a partir de las conversaciones recogidas.

Sera garantizada la confidencialidad y la privacidad de las informaciones dadas por usted. No serán publicados los datos o informaciones que posibiliten su identificación y tomaremos todos los cuidados necesarios para que cualquier dato que pueda identificar usted y a su familia sea omitido. En cualquier momento durante la investigación o posteriormente, usted podrá solicitar a la investigadora informaciones sobre su participación en la investigación, el que podera ser hecho a través de los medios de contacto explicados en esta planilla.

La participación es voluntaria, lo que significa que puede preferir no participar. No habrá ningún costo adicional o cualquier gasto con la realización de los procedimientos hechos en este estudio. Tampoco habrá forma de pago por su participación. Es garantizado el derecho a indemnización por cualquier dato que surja de la investigación.

Los resultados de la investigación serán presentados en esta institución a los profesionales, las familias y los niños presentes, en forma de exposición oral o escrita de acuerdo con la coordinación.

En caso de duda en cuanto a conducción ética del estudio entre en contacto con “El comité de Ética en investigación (CEP) del Instituto Fernandes Figueira”, se encontrará a su disposición para eventuales esclarecimientos éticos y otras previsiones que se hagan necesarias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br); Telefonos:2554-1730/fax:2552-8491).

De esta forma, solicitamos su consentimiento para realizar la entrevista en los términos antes mencionados. Esta planilla es escrita en dos vías, siendo una para usted y otra para el (la) investigador (a). Por favor, firme todas las páginas de esta planilla. El (la) investigador (a) responsable también deberá firmar todas las páginas. Caso este de acuerdo en participar, por favor, firme abajo.

“Yo _____ Autorizo
voluntariamente mi participación en esta investigación.

Declaro que leí y entendí todo el contenido de este documento.

Firma: _____.

Fecha: _____.

Teléfono: _____.

Testigo (Cuando sea necesario).

Nombres y Apellidos: _____.

Documento de Identidad: _____.

Dirección /Teléfono: _____.

Firma: _____.

Fecha: _____.

Investigador que maneja la planilla de consentimiento.

Nombres y Apellidos: _____.

Firma: _____.

En caso el (la) participante tenga dificultad para leer () si () no, el escrito arriba. El investigador hará lectura pausada de este documento e irá a explicar todas las dudas del (a) participante. El (la) participante irá a buscar un testigo alfabetizado mayor de 18 años e irá a colocar su (huella dactilar). Caso esté de acuerdo en participar.

Yo _____ (Nombres y Apellidos del testigo).

Testifico la lectura minuciosa de la planilla de consentimiento y explicación de la investigación por el investigador, y que el (la) participante tuvo la oportunidad de

preguntar y tener respuestas para sus dudas. Yo confirmo que el (la) participante dio su consentimiento para la participación en esta investigación voluntariamente.

Firma del testigo: _____.

APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFISSIONAIS

Título da Pesquisa: Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento

Pesquisador responsável: Maria Isabel Ramos da Silva Abelson

Contatos: (21) 99488-1603 E-mail: isabelrs76@gmail.com

Instituição responsável pela pesquisa: Instituto Fernandes Figueira (IFF)

Endereço: Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, 22250-020

Nome do sujeito de pesquisa: _____

Prezado Participante,

Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado “Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento”. A finalidade da pesquisa é compreender a partir da perspectiva da criança migrante suas percepções, expressões e sentimentos sobre a experiência de refúgio, privilegiando a escuta da criança, além de seus pais e profissionais envolvidos a fim de fomentar a construção de uma infância em deslocamento. E, um dos objetivos específicos é identificar e descrever os fluxos de trabalho de serviços que acolhem, atendem e encaminham as crianças refugiadas, com o intuito de protegê-las, nos Estados de Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para isso, o pesquisador responsável gostaria de convidá-lo (a) para participar de uma entrevista individual semiestruturada sobre os fluxos de trabalho de sua instituição, que acolhe, atende e encaminha as crianças refugiadas, com o intuito de protegê-las. A duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e o pesquisador tomará nota em seu diário de campo do conteúdo da conversa. Como a participação na pesquisa é voluntária, você não receberá nenhum pagamento por participar dela.

Caso surja algum desconforto durante a entrevista, o pesquisador interromperá a sessão. A recusa ou não aceitação em participar da entrevista não trará qualquer prejuízo à você.

A participação na pesquisa não lhe trará nenhum benefício direto, entretanto, estará contribuindo para a investigação e o conhecimento dos fluxos de trabalho de serviços que acolhem, atendem e encaminham as crianças refugiadas, com o intuito de protegê-las. Em relação aos benefícios indiretos, os resultados deverão contribuir para um despertar sobre

a participação das crianças, o lugar de agente político capaz de falar sobre si e de como as mudanças cotidianas impactam em suas vidas, havendo a possibilidade do desenvolvimento de estratégias de intervenção e melhor acolhimento nas fronteiras e instituições voltadas para crianças entre 0 a 10 anos.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas por você. Não serão publicados dados ou informações que possibilitem a sua identificação e tomaremos todos os cuidados necessários para que qualquer dado que possa identificá-lo (a). A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar a pesquisadora informações sobre a sua participação sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A participação é voluntária, ou seja, você pode preferir não participar. Não terá qualquer custo adicional ou qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão apresentados a esta instituição, aos profissionais, as famílias e as crianças presentes, na forma de apresentação oral ou escrita, a ser combinado com a coordenação.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com “O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira, se encontra a disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br; Telefones: 2554-1730/fax: 2552-8491).

Desta maneira solicitamos o seu consentimento para a realização da entrevista nos termos referidos acima. Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para você e outra para o(a) pesquisador(a). Por favor, rubricue todas as páginas desse termo. O(a) pesquisador(a) responsável também deverá rubricar todas as páginas. Caso concorde em participar, por favor, assine abaixo.

“Eu, _____

Autorizo voluntariamente a minha participação nesta pesquisa.

Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Assinatura _____

Data _____

Telefone _____

Testemunha (quando necessário)

Nome _____

Documento _____

Endereço/telefone _____

Assinatura _____

Data _____

Investigador que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome _____

Assinatura _____

*Caso o(a) participante tenha dificuldade para ler () SIM () NÃO o escrito acima, o pesquisador fará leitura pausada desse documento e irá esclarecer a todas as dúvidas do (a) participante. O (A) participante irá escolher uma testemunha letrada maior de 18 anos e irá fornecer a sua impressão digital caso concorde em participar.

Eu _____ (nome da testemunha)

testemunhei a leitura cuidadosa do Termo de Consentimento e explicação da pesquisa pelo pesquisador, e que o (a) participante teve a oportunidade de perguntar e ter respostas para as suas dúvidas. Eu confirmo que o (a) participante concedeu seu consentimento para a participação na pesquisa voluntariamente. Assinatura da Testemunha: _____

APÊNDICE IV - TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO

Título da Pesquisa: Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento

Pesquisador responsável: Maria Isabel Ramos da Silva Abelson

Contatos: (21) 99488-1603 E-mail: isabelrs76@gmail.com

Instituição responsável pela pesquisa: Instituto Fernandes Figueira (IFF)

Endereço: Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, 22250-020

Nome da criança: _____

Assentimento informado para crianças até 10 anos

Estamos convidando você e todas as crianças até 10 anos desta instituição para participar de uma pesquisa chamada: “Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento”. O que a pesquisa quer é ouvir as suas histórias e de outras crianças sobre a saída da sua casa até chegar aqui no Brasil.



Você quer participar?

Quem cuida de você sabe que estamos lhe convidando e também vão assinar um papel



concordando.

Se quiser conversar com outras pessoas antes de assinar ou gravar sua voz concordando,



OK! Você não precisa aceitar agora!

Você tem dúvidas? Pode perguntar que eu tento responder!!

Na pesquisa, você e todas as crianças aqui da instituição até 10 anos vão ser convidadas a participar de algumas atividades como: contação de histórias, brincadeiras de roda, musicalização, atividades culinárias, atividades de colagem e massinha, entre outras brincadeiras.

E, também, participar de mais duas atividades: 1) fazer alguns desenhos: um desenho sobre a casa onde você vivia antes de viajar, um desenho sobre a viagem e outro desenho sobre sua família.

E, durante seu desenho, vamos conversar e vou escrever no meu caderno, ok?

Outra atividade é jogar Minecraft. Você conhece esse jogo?

É um jogo que está no celular ou tablete e fácil de jogar. Posso te mostrar, você quer?

Só quem trabalha na pesquisa vai saber do que você desenhou, brincou e o que me falou em nossas conversas. Você terá um número ao invés de seu nome. Só nós, os investigadores, saberemos qual é o seu número e manteremos em segredo.

Ex: Esperanza = 1 Marcos = 2

No final da pesquisa, vamos contar para as crianças e famílias que estão na instituição o que aprendemos na pesquisa. Depois, nós vamos dizer para outros pesquisadores tudo o que aprendemos, escrevendo em revistas e em reuniões de pesquisadores.

Eu entendi que a pesquisa é sobre as histórias que contei e de outras crianças que também contaram, como foi sair das nossas casas e morar em outro país e concordo em participar.

Eu entendi que vou brincar, desenhar, jogar e conversar com a pesquisadora e com outras crianças, durante o tempo da pesquisa nessa instituição.

Assinatura da criança: _____

Assinatura dos pais/responsáveis: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Dia/mês/ano: _____

APÊNDICE V – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES

Título da Pesquisa: Na voz das crianças refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento

Pesquisador responsável: Maria Isabel Ramos da Silva Abelson

Contatos: (21) 99488-1603 E-mail: isabelrs76@gmail.com

Instituição responsável pela pesquisa: Instituto Fernandes Figueira (IFF)

Endereço: Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, 22250-020

Dados do Entrevistado

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Formação: _____

Instituição que trabalha: _____

Cargo/função: _____

Tempo no cargo/função na instituição: _____

Tempo que trabalha com migrantes/refugiados: _____

Perguntas

- 1- Como é o processo de chegada e o acolhimento inicial das crianças até 10 anos migrantes e refugiadas que chegam na instituição? *(chegam sós, com suas famílias?; quem recebe, o que faz).*
- 2- Como se dá o processo/fluxo de atendimento das crianças na instituição *(acolhimento apenas e encaminhamento X internamento da família na unidade; fluxos construídos X fluxos impostos X ausência de fluxos).*
- 3- Como se dá o acompanhamento das crianças no dia a dia na instituição? *(existem atividades ou atendimentos voltados para as crianças até 10 anos na instituição; quem faz cada atividade na equipe)*
- 4- Durante o atendimento das famílias com crianças até 10 anos, como é o contato direto com as crianças? *(Como elas se sentem, como estão física e emocionalmente? Quais as impressões que a equipe tem das crianças? Essas impressões são compartilhadas dentro da equipe?)*

- 5- De forma geral, como são as histórias de vida das crianças migrantes e refugiadas que são atendidas na instituição?
- 6- Quais as maiores facilidades/alegrias mais evidenciadas pelas crianças junto às famílias e aos profissionais?
- 7- Quais as queixas mais frequentes das crianças junto às famílias e aos profissionais?
- 8- Quais as dificuldades encontradas pela instituição para atender e acolher crianças até 10 anos?

APÉNDICE VI – PLANILLA DE ENTREVISTA - PADRES Y RESPONSABLES DE LOS NIÑOS.

Título de la investigación: La voz de los niños refugiados, la construcción de la infancia en desplazamiento.

Investigadora responsable: Maria Isabel Ramos da Silva Abelson.

Contactos: (21) 99488 – 1603, E-mail: isabelrs76@gmail.com

Institución responsable por la investigación: Instituto Fernandes Figueira (IFF).

Dirección: Av. Rui Barbosa, 716- Flamengo, Rio de Janeiro-22250-020.

El objetivo general de la investigación es comprender a partir de la perspectiva de los niños emigrantes sus percepciones, expresiones y sentimientos sobre la experiencia de refugio, privilegiando la escucha del niño, también la de sus padres y profesionales envueltos con el fin de fomentar la construcción de una infancia en desplazamiento. Y uno de los objetivos específicos es comprender la visión de las familias sobre el proceso migratorio y adaptación *al*. Brazil, con énfasis en las necesidades y dificultades infantiles, articulando la visión el niño sobre el tema.

Datos del entrevistado

Nombres y Apellidos: _____.

Edad: _____.

Grado de parentesco con el niño (a): _____.

Graduación o estudios realizados: _____.

País de origen: _____.

Tiempo de permanencia en Brazil: _____.

Tiempo de permanencia en la institución: _____.

Preguntas:

1. ¿Cómo fue tomada la decisión de salir de su país de origen?
2. Describa como fue la salida de su casa y dejar sus cosas y las personas con quien/quienes usted convivía para ir a otro país.
3. ¿Cuándo los niños supieron o se dieron cuenta que se iban?
4. ¿Qué tipo de preguntas los niños hacían sobre lo que estaba pasando?

5. ¿Puedes hablar cómo fue el viaje de salida hasta llegar a/ Brazil?
6. ¿Cuáles fueron las mayores dificultades durante el viaje?
7. ¿Cómo los niños se comportaron y de que ellos hablaban durante el viaje?
8. ¿Cómo fue la llegada a/ Brasil? ¿Por dónde paso hasta llegar a esta institución?
9. ¿Cómo se da el acompañamiento de los niños en el día a día en la institución? (existen actividades o atención exclusiva para los niños hasta 10 años en la institución, ¿Quién hace cada actividad en el equipo?)
10. Actualmente cuales son las mayores facilidades/ alegrías más vividas por los niños junto con sus familias y los profesionales.
11. Actualmente cuales son las quejas más frecuentes de los niños junto con las familias y los profesionales.
12. ¿Cuáles son las dificultades encontradas por la institución para atender, mantener y albergar niños hasta 10 años?
13. ¿Cómo usted siente a los niños ahora? ¿Algo cambio en ellos?
14. ¿Cómo usted imagina que va a ser su vida y la de los niños de aquí en adelante?